



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Biomédico

Instituto de Medicina Social

Concepción Gandara Pazo

**Enfrentando a violência contra a mulher: uma
experiência pioneira no interior do Estado do Rio de Janeiro**

Rio de Janeiro

2007

Concepción Gandara Pazo

**Enfrentando a violência contra a mulher: uma
experiência pioneira no interior do Estado do Rio de Janeiro**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade de Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ciências Humanas e Saúde.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Plastino

Coorientadora: Prof.^a Dra. Adriana Cavalcanti de Aguiar

Rio de Janeiro

2007

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CB/C

G195 Gandara Pazo, Concepcion.
Enfrentando a violência contra a mulher: uma experiência pioneira
no interior do Estado do Rio de Janeiro / Concepcion Gandara Pazo. –
2007.

151f.

Orientador: Carlos Alberto Plastino.

Coorientadora: Adriana Cavalcanti de Aguiar.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Instituto de Medicina Social.

1. Violência contra a mulher – Teses. 2. Serviço social com
mulheres – Teses. 3. Violência familiar - Rio de Janeiro – Teses. 4.
Relações de gênero – Teses. I. Plastino, Carlos Alberto. II. Aguiar,
Adriana Cavalcanti de. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Instituto de Medicina Social. IV. Título.

CDU 616.89-008.444.9-055.2

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Concepción Gandara Pazo

**Enfrentando a violência contra a mulher: uma
experiência pioneira no interior do Estado do Rio de Janeiro**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade de Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ciências Humanas e Saúde.

Aprovada em 06 de maio de 2007 .

Prof.^a Dra. Adriana Cavalcanti de Aguiar (Coorientadora)
Instituto de Medicina Social – UERJ

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Carlos Alberto Plastino (Orientador)
Instituto de Medicina Social - UERJ

Prof.^a Dra. Corina Helena Mendes
Instituto Fernandes Figueira - FIOCRUZ

Prof.^a Dra. Fabíola Rodhen
Instituto de Medicina Social - UERJ

Prof.^a Dra. Laura Moutinho
Instituto de Medicina Social - UERJ

Rio de Janeiro

2007

AGRADECIMENTOS

Ao *Plastino*, por ter apostado em mim desde o início.

A *Adriana*, por me ensinar que a generosidade é firme, aos *professores* do Curso de Pós-graduação de Saúde-coletiva do IMS, pela transmissão do conhecimento e pelos debates, aos *funcionários da biblioteca e da informática*, pela ajuda entre os labirintos de livros e arquivos.

A *Laura e Corina*, pelos toques e pelo interesse vivo em minha pesquisa, aos *meus pacientes*, por me mostrarem as faces de Eros, ao *Ser Mulher*, por ser uma estrela para as mulheres de Nova Friburgo.

Às *companheiras do Disque-Mulher*, pelos questionamentos e descobertas compartilhados.

Às *imensamente queridas Laura e Alessandra*, por formarmos um “trio e tanto”.

A *Ana Paula*, pela paciência e minúcia com as letras e os números dessa dissertação.

Ao *Thomás*, por seu bom humor nos momentos que o caldo entornava.

A *Lúcia*, minha “fiel escudeira”, por cuidar de tudo tão bem.

À *minha mãe*, por sua bondade e acolhida, a *tia Carmem*, pelo interesse em me escutar.

A *Rosinha*, que tornou o concreto mais leve.

s *minhas amigas, todas grandes amigas*, que agüentaram a distância e o lero-lero chato de quem está escrevendo uma dissertação: *Cris, Ana Teresa, Rosa, Marcinha, Gracia, Suely, Marise, Graciela, Eugênia, Marta, Wal, Kátia e Concha*, e, finalmente, ao *Felipe*, por tudo que é para mim, por tudo que nos tornamos um para o outro.

Amor, então,
também acaba?
Não, que eu saiba.
O que eu sei
É que se transforma
Numa matéria-prima
Que a vida se encarrega
De transformar em raiva.
Ou em rima.

Paulo Leminski, 1983.

RESUMO

Gandara Pazo, Concepción. *Enfrentando a violência contra a mulher: uma experiência pioneira no interior do Estado do Rio de Janeiro*. 2007. 168 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

A pesquisa analisou a estratégia adotada por uma Organização Não Governamental feminista do interior do Estado do Rio de Janeiro, o Ser Mulher, no enfrentamento da violência contra a mulher. A estratégia compreende a implantação de um Serviço telefônico anônimo, denominado Disque-Mulher e a composição da Rede Multisetorial de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência (REMUV). A experiência do Serviço é descrita a partir das diferentes metodologias de atendimento e registro dos relatos telefônicos. A análise buscou identificar, no banco de dados resultante dos registros telefônicos, a percepção e a atribuição de significados das usuárias do Disque-Mulher em relação às suas vivências de violência conjugal à luz da literatura feminista brasileira contemporânea. Esta dissertação alinhou-se a um grupo de pesquisadoras que focaram a atenção em descrever e refletir sobre as representações femininas acerca da violência retratadas através da divisão das estudiosas que representam a mulher como vítima ou cúmplice da violência e as que salientam a não universalidade da experiência feminina diante das agressões, valorizando aspectos singulares das mulheres agredidas. Foram utilizadas três fontes de dados: os 1274 registros telefônicos que compõem um banco de dados denominado “geral”, delineando o perfil sócio-econômico-cultural das usuárias e os 413 registros do banco de dados “específico”, que faz parte do “geral” e foi montado após as mudanças na forma de realizar o registro e que contém informações de caráter qualitativo, permitindo problematizar os impasses das usuárias frente ao desejo expresso de separarem-se de relações conjugais violentas. Além disso, foram realizadas entrevistas e supervisões gravadas e transcritas, com as plantonistas do Disque-Mulher visando apreender suas percepções sobre os limites e possibilidades de utilização do atendimento telefônico anônimo como estratégia de enfrentamento da violência contra a mulher. Além de salientar para a necessidade de uma constante articulação entre ONGs e poder público, a pesquisa aponta também para a importância de confluir esforços em busca de categorização e sistematização das informações obtidas em serviços semelhantes ao Disque-Mulher, cujo objeto de trabalho é a escuta de fenômenos complexos e multifacetados como a violência e o acesso a direitos. Além de categorizar o motivo principal dos telefonemas há um questionamento em que medida os impasses das usuárias frente ao desejo de separarem-se estariam relacionados a tensões entre a subjetivação feminina e as mudanças sociais, que permitiram às mulheres ampliar sua autonomia.

Palavras-chave: Violência contra a mulher. Família. Relações de gênero. Disque-Mulher.

ABSTRACT

The research analyzed the strategy adopted for a feminist Not Governmental Organization of the interior of the State of Rio de Janeiro, the Being Woman, in the confrontation of the violence against women. The strategy understands the implantation of an anonymous telephonic Service, called Dial-Woman and the composition of the Net Multisetorial of Attendance to the Women Victims of Violence (REMUV). The experience of the Service is described from the different methodologies of attendance and register of the telephonic stories. The analysis searched to identify, in the resultant data base of the telephonic registers, the perception and the attribution of meanings of the users of Dial-Woman in relation hers experiences of conjugal violence to the light of Brazilian feminist contemporary literature. This research lined up with a group of researchers that approach the attention in describing and reflecting on the feminine representations concerning the violence, portraied through the division of the scholars that represents the women as victim or abetter of the violence and the ones that ahead point out not the universality of the feminine experience of the aggressions, valuing singular aspects of the attacked women. Three sources of data had been used: the 1274 telephonic registers that compose data base called "general", delineating the socioeconomic-cultural profile of the users and the 413 registers of data base called "specific", that it is part of the "general" and was mounted after the changes in the form to carry through the register and that contains information of qualitative character, allowing to problematize the hesitates of the users front to the express desire to be broken up of violent conjugal relations. Moreover, recorded and transcribing interviews and supervisions had been carried through with the attendants of Dial-Woman aiming to apprehend its perceptions on the limits and possibilities of use of the anonymous telephonic attendance as strategy of confrontation the violence against women. Beyond pointing out for the necessity of a constant joint between ONGs and public power, the research also points with respect to the importance to gather efforts in categorization and systematization of the information gotten in similar services to Dial-Woman, whose object of work is the listening of complex and multifaceted phenomena as the violence and the access the rights. Beyond categorizing the main reason of the phone calls, it has a questioning where measured the hesitates of the users front to the desire to be broken up would be related with the tensions between the feminine subjectivation and the social changes, that had allowed women to extend its autonomy.

Word-key: Violence against woman. Family. Gender relations. Dial-Woman.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BO	– Boletim de Ocorrência
CEDIM	– Conselho Estadual dos Direitos da Mulher
CIAM	– Centro Integrado de Assistência à Mulher
CREM	– Centro de Referência da Mulher
DEAM	– Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher
DM	– Disque-Mulher
FBI	– Federal BUREAU of intelligence
OMS	– Organização Mundial de Saúde
OPAS	– Organização Pan-Americana de Saúde
MS	– Ministério da Saúde
NIAM	– Núcleo Integrado de Atendimento à Mulher
PAIS	– Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher
REDESAÚDE	– Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos
RSMLAC	– Rede de Saúde das Mulheres Latino-americanas e do Caribe
SUS	– Sistema Único de Saúde
WHO	– World Health Organization

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	01
2	VÍNCULOS CONJUGAIS E FAMILIARES NA ATUALIDADE	08
2.1	Breve história da família e da conjugalidade no Ocidente	08
2.2	Desafios para a conjugalidade na contemporaneidade	14
3	Violência familiar no Brasil hoje	24
3.1	Magnitude da violência familiar no Brasil	24
3.2	As perspectivas dos estudos feministas sobre as relações de gênero e violência contra a mulher no Brasil	35
3.2.1	<u>A categoria de gênero como instrumento para a análise da violência nas relações erótico-afetivas</u>	37
3.2.2	<u>Dominação masculina e identidade de gênero</u>	41
3.2.3	<u>Um outro olhar sobre a violência erótico-afetiva: o pioneirismo de antropólogas brasileiras</u>	44
4	A CONSTRUÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA PARA ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: A EXPERIÊNCIA DA ONG SER MULHER	51
5	OBJETIVOS E METODOLOGIA DA PESQUISA	59
5.1	Objetivo geral	59
5.2	Objetivos específicos	59
5.3	Metodologia	59
5.3.1	<u>Coleta e registro das informações</u>	62
6	A EXPERIÊNCIA DO SERVIÇO TELEFÔNICO ANÔNIMO DISQUE-MULHER	66
6.1	Origem e desenvolvimento e estrutura do Disque-Mulher	66
6.2	Seleção, treinamento e supervisão da equipe	74
6.3	Percepções da equipe	76
7	RESULTADOS DA ANÁLISE DOS REGISTROS TELEFÔNICOS DO	

	DISQUE-MULHER	91
7.1	Características das usuárias do Disque-Mulher (2001-2006)	91
7.2	Análise do banco de dados específico (2004-2005)	100
7.3	Fatores associados e/ou desencadeadores da violência	107
7.4	Impasses e motivações: as mulheres na busca de soluções para a violência ..	111
7.5	Identidade feminina e os impasses na clínica	125
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
	REFERÊNCIAS	140
	ANEXOS	152

1) Introdução

Dois caminhos conduziram-me à presente pesquisa. Quase vinte anos trabalhando como médica homeopata e psicoterapeuta permitiram-me conhecer histórias de vidas, acompanhar famílias que se constituíam e se rompiam, e refletir sobre dinâmicas psíquicas que envolvem toda sorte de afeto humano. Minha clínica é formada em grande parte por pessoas com queixas e aflições relacionadas à esfera erótico-afetiva-conjugal. Na maioria, mulheres cujos casamentos são apresentados como a fonte de seus sofrimentos. O desequilíbrio de forças e de direitos que percebem em suas relações conjugais gera um contínuo sentimento de ter que “ceder”, abrir mão do que realmente desejam ou acreditam. Apresentam como material principal de análise as angústias, as reflexões e uma vasta sintomatologia relacionada aos impasses e à prolongada hesitação frente ao desejo de separarem-se de seus cônjuges, muitos dos quais, variando em frequência, tipo e intensidade, cometem violências contra elas. Esse impasse prolongado, fruto das ambigüidades geradas por conflitos intra e interpessoais que (não) se “resolvem” via violência física e psicológica, sempre me intrigou. Em paralelo à experiência na clínica privada, desenvolvi trabalhos na gestão do SUS, tendo coordenado o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM)¹ na cidade de Nova Friburgo, localizada na Região Serrana do Rio de Janeiro, no período de janeiro de 2001 a abril de 2003. Além disso, há oito anos participo da equipe coordenadora de uma Organização não Governamental feminista chamada Ser Mulher – Centro de Estudos e Ação da Mulher Urbana e Rural.

¹ Publicado em 1985, pelo Ministério da Saúde, o documento-base do PAISM torna-se a política oficial do governo brasileiro para a atenção à saúde da mulher e ainda hoje é bandeira de luta das feministas e sanitaristas para sua efetiva implantação.

Trilhar o caminho da militância no campo feminista deveu-se, em muito, a minha trajetória como psicoterapeuta. Em 1999 defendi na Universidade Estácio de Sá/RJ, monografia acerca do processo de subjetivação feminino teorizado por Freud e Lacan, como parte do processo de especialização em psicanálise. Percebo a compreensão da subjetividade feminina (e masculina) a partir da história pessoal em conexão ao mundo social, histórico, político e cultural como condição inequívoca para qualquer psicoterapia individual. Esta compreensão conduziu-me a ampliar meu trabalho junto às mulheres de classe popular, acompanhando e contribuindo com os processos de emancipação e empoderamento delas.

A entrada, em 1999, como sócia efetiva² da instituição não governamental Ser Mulher abriu a oportunidade de contato com uma série de projetos voltados para mulheres de classe popular a partir de uma perspectiva de gênero. Nestes projetos, os trabalhos educativos propostos objetivavam a percepção e apreensão, por parte dessas mulheres, de que homens e mulheres são diferentes e essa distinção sexual é marcadamente construída no social, onde se produzem, reproduzem, mantêm-se e transformam-se características das relações entre os sujeitos.

Entre os projetos desenvolvidos, dediquei-me particularmente à assessoria psicológica do Disque-Mulher, um serviço telefônico anônimo de apoio, orientação e encaminhamento para as mulheres de Nova Friburgo nas áreas de direitos e violência.

Em maio de 2003, já afastada da coordenação do PAISM, tinha disponibilidade de me engajar mais na instituição. O início de minha participação no Projeto Solidariedade e Cidadania para as Mulheres (onde o serviço telefônico era a função central) se deu em agosto de 2003, quando faltavam seis meses para o término do apoio recebido e havia perspectivas de renovação por mais três anos de apoio institucional para a continuidade de suas ações. O intuito que tinha era de contribuir com aportes que vinham da clínica em uma outra situação

² No corpo da dissertação será apresentado a estrutura organizacional da instituição, sua missão e áreas de atuação. Sócia efetiva é todo membro aceito no corpo da instituição após ter participado dois anos como sócia colaboradora e ter o nome aceito em assembléia geral.

onde a *escuta* era também o princípio de um trabalho, de uma prática. Realizei alguns atendimentos no Disque-Mulher tornando-me, num primeiro momento, a “psicóloga” para a qual alguns telefonemas eram referendados. Não pensava em transformar a experiência como assessora psicológica, que apenas se iniciava, em pesquisa acadêmica. A riqueza da experiência vivida ao longo dos três anos seguintes convenceu-me da importância de registrá-la.

O Projeto, transformado no Programa Cidadania, Direitos e Violência contra a Mulher em 2004, introduziu uma nova metodologia no atendimento telefônico do Disque-Mulher determinando-se orientações para o atendimento, a saber: a) registrar de forma o mais fidedigna possível a fala das mulheres, b) intervir o menos possível durante o relato, mantendo apenas algumas perguntas consideradas relevantes para o entendimento do caso. Percebíamos que esses telefonemas eram, muitas vezes, a primeira chance dessas mulheres estarem falando de seus dramas e essa abertura permitia também (para elas) que uma realidade até então apenas sentida fosse sendo objetivada.

Os registros dos relatos das usuárias não foram orientados por nenhum roteiro pré-estruturado e essa liberdade permitiu que fosse obtido um retrato vivo das inquietações vindas das mulheres. Numa cidade onde o Disque-Mulher funcionou por muito tempo como única instância voltada para assistir, orientar e encaminhar os casos de violência contra a mulher era natural se esperar que as mulheres ligassem para o serviço telefônico com uma gama de demandas que ultrapassavam, em muito, os casos de violência.

Essa modificação no registro dos casos imediatamente alterou também a *escuta*. Esta parecia necessitar de elementos balizadores que permitissem realizar uma leitura inteligível da experiência de violência contada ali pela mulher, que se mostrava geralmente confusa e com muito pouco tempo para a articulação de suas idéias.

A necessidade de uma maior inteligibilidade do fenômeno da violência conjugal relatado durante os telefonemas levou a autora desse projeto a realizar uma reflexão a partir de uma revisão bibliográfica de autoras feministas que estudaram o tema, visando contribuir com o fortalecimento de estratégias, no caso o Disque-Mulher, empregadas no enfrentamento de tão grave problema social.

A visibilidade que o tema violência contra a mulher vem adquirindo deve-se, em muito, à revolução social promovida pelo movimento feminista nos últimos quarenta anos, que abalou profundamente as delimitações de papéis que identificavam o que é ser homem e o que é ser mulher. A separação da sexualidade da reprodução, a entrada da mulher no mundo do trabalho remunerado, e a legitimidade social da heterogeneidade quanto aos padrões de família e casamento ampliaram as possibilidades da vivência da afetividade, principalmente da mulher.

Por que tanto desentendimento e violência nas relações afetivas? Até que ponto as diferenças de gênero fomentam o conflito interpessoal de um casal? O fato de os papéis sociais de homens e mulheres estarem hoje sofrendo fortes abalos vêm afetando sobremaneira sua forma de relacionarem-se, reorientando projetos de vida e demandando novas regras de reciprocidade, constantemente renegociadas entre os parceiros. Para Gregori (1993), um fator implicado na violência contra a mulher por parte do cônjuge seria a impossibilidade de repactuação de regras de reciprocidade dentro da conjugalidade, devido à “dificuldade de praticar novos padrões de gênero quando as mudanças propostas por um dos sexos supõem transformações nas relações de reciprocidade que atingem o outro” (p. 140).

Foi constatado também em diversas pesquisas (Carrara, 1996; Brandão, 1998; Soares, 1996) que garantir às mulheres vítimas de violência mecanismos legais, policiais e jurídicos que aplainem seus caminhos rumo a uma separação ou ação judicial de outra natureza em relação aos seus maridos, mostrou-se em grande medida, frustrante. O índice de recuo nas

decisões de levar adiante os processos punitivos aos atos violentos dos maridos é sempre muito alto. Evitando desqualificar os avanços legais e de ampliação dos direitos das mulheres, ressalto que esses índices, tomados juntamente com a constatada longa permanência das mulheres em relações violentas em vários estudos (Machado e Magalhães, 1999; Grossi, 1998; Soares, 1999) sugerem um estado hesitante permanente da mulher frente à tomada de decisão, ou seja, de denúncia ou de separação. Como analisar a “hesitação” considerada como categoria prevalente nas histórias das mulheres em situação de violência conjugal? Este prolongado hesitar pode ter muitas motivações: econômicas, insegurança de se expor, falta de autoconfiança no que pensa e julga, medo da reação dos outros, medo do julgamento alheio, conflito moral de difícil apreciação, medos e temores diversos.

Foram essas indagações, fruto de minha experiência clínica e militante, que conduziram-me na construção do desenho metodológico desta dissertação, traçando caminhos já percorridos, transformados em experiência qualificada após o esforço de tradução realizado pela pesquisadora. O objetivo geral desta pesquisa, portanto, constitui-se em analisar a estratégia empreendida pela Ong Ser Mulher no enfrentamento da problemática da violência contra a mulher no interior do Estado do Rio de Janeiro.

Um dos objetivos específicos é descrever a intervenção do Serviço telefônico anônimo Disque-Mulher a partir da mudança de metodologia de atendimento e registro dos relatos telefônicos. Além da descrição, a análise buscou identificar, no banco de dados, as regularidades nos comportamentos e sentidos (Soares, 1996), e também algumas singularidades apresentadas pelas usuárias à violência sofrida, delineando histórias freqüentemente ouvidas por todos os profissionais que trabalham no enfrentamento da violência contra a mulher.

O presente estudo não se propõe a oferecer a explicação definitiva para o problema da hesitação da mulher frente ao seu desejo de separação do cônjuge, porém é importante

estarmos atentos a essa regularidade que emerge dos registros. Nem sempre a possibilidade de oferecer às mulheres todas as informações necessárias é o que torna o meio telefônico eficaz. Saber que, possivelmente, complexos mecanismos identitários e suas idiossincrasias estão, entre outros fatores, envolvidos nos longos casamentos violentos, possibilitou às plantonistas atenderem aos telefonemas de maneira menos ansiosa.

Espero que, atingindo os objetivos acima expostos, esta pesquisa possa estar contribuindo com a discussão de problema social tão importante como a violência contra a mulher, que tem reflexos tão graves para as próprias mulheres e a família como um todo. Números assustadores revelam o quadro de violência contra a mulher no Brasil e no mundo em geral (OMS, 2002; Schraiber et. al., 2002).

A estruturação do texto desta dissertação se divide, basicamente, em duas partes. A primeira apresenta a pertinência do estudo no campo das estratégias de enfrentamento da violência contra a mulher, em especial a violência conjugal. Admitindo a peculiaridade dessa violência, que ocorre entre pessoas que mantêm uma relação amorosa e que a partir dela estabelecem também laços familiares, tornou-se necessário que abordagens teóricas nos temas conjugalidade, família e relações de gênero fossem pesquisadas a fim de balizarem a discussão das informações obtidas no banco de dados do Disque-Mulher. Esta primeira parte estará dividida em dois capítulos. No capítulo 2, apresento autores que problematizaram o amor romântico, a relação conjugal e o status da família contemporânea (Costa, 1983; Giddens, 1993; de Singly, 2000; Roudinesco, 2003; Machado, 2001) a fim de que suas análises contextualizem em que medida as atuais transformações sofridas no perfil das famílias, especialmente nos arranjos conjugais, poderia estar contribuindo com o aumento da visibilidade pública da violência contra a mulher.

No capítulo 3, dimensiono a magnitude do fenômeno violência familiar, em especial, a violência doméstica contra a mulher, enfatizando as dificuldades de obtenção e acesso a

informações confiáveis nessa área (Soares, 1999; Minayo, 2006; Johson, 1998). Analiso também um recorte da literatura feminista brasileira contemporânea que problematiza a questão da violência contra a mulher associando-a a uma discussão, intrínseca ao próprio problema, sobre as distintas perspectivas de análise sobre as relações de gênero (Chauí, 1985; Saffiotti e Almeida, 1995; Machado e Magalhães, 1999; Gregori, 1993).

A segunda parte é constituída pela apresentação da experiência do Serviço Telefônico Anônimo de Apoio, Orientação e Encaminhamento para as Mulheres nas Áreas de Direito e Violência, o Disque-Mulher, desde seu início em 1996, inserindo esta discussão no contexto da importância das Ongs feministas no cenário brasileiro de enfrentamento da problemática da violência contra a mulher. Após o capítulo 5, de metodologia de pesquisa, onde discrimino os passos realizados que orientaram minha pesquisa, descrevo o desenvolvimento do Programa Cidadania, direitos e violência contra a mulher, principalmente a partir da mudança metodológica de coleta e registros dos relatos telefônicos e as conseqüências desta mudança para o Programa. Para acompanhar essas mudanças e apreender melhor as dinâmicas do Serviço, com suas possibilidades e limites, utilizo-me de entrevistas com plantonistas antigas e atuais do Disque-Mulher. Por fim, realizo uma análise quantitativa e qualitativa de parte do banco de dados do Disque-Mulher que convergirá para a identificação dos sentidos associados às vivências de violência por parte das usuárias, à luz da revisão da literatura realizada. Na análise qualitativa do banco de dados, realizei também um recorte que objetivou revelar e salientar os impasses das usuárias em relação à temática da separação conjugal. No último capítulo, com aportes oriundos da clínica psicoterápica de mulheres com histórias de relações conjugais violentas, resalto e analiso, especificamente, a descrição dos impasses em tomar a decisão de separarem-se de seus cônjuges violentos.

Espero, ao final, haver contribuído para o debate acerca do tema violência contra a mulher, problematizando-o enquanto campo de estudos para onde convergem várias

disciplinas e também como inspiração para o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento da violência contra a mulher que levem em conta a interdisciplinaridade.

2) Vínculos Conjugais e familiares na atualidade

2.1) Breve história da família e da conjugalidade

Depois de muitos antropólogos (Gough, 1980; Spiro, 1980)³ terem afirmado durante 50 anos que a família, tal como é conhecida pelas sociedades modernas, só poderia ser pensada como fruto de uma longa evolução humana, Levi-Strauss (1980) afirma que a família, constituída pela união mais ou menos duradoura e socialmente aprovada de um homem, uma mulher e filhos de ambos é um fenômeno universal que se encontra presente em todas as sociedades e não somente na moderna. Acrescenta que o fenômeno da monogamia, mesmo com exceções de sociedades poligâmicas, é característico dos casamentos. Os membros estão unidos por laços legais, direitos e obrigações econômicas, religiosas e obedecem a uma rede precisa de direitos e proibições sexuais além de experimentarem uma quantidade variável de sentimentos como amor, respeito, temor e raiva.

A relevância da família para Levi-Strauss (1980) constituía-se a partir de duas dimensões: a aliança (o casamento) e a sexualidade (filiação). Para ele, a família seria agente de leis da cultura, canalizando para coesão forças que poderiam estar naturalmente destinadas à competição e à desagregação. Segundo o autor, para que uma família seja composta, duas outras famílias têm de existir, uma para fornecer um homem e outra para fornecer uma mulher, que irão unir, portanto as duas famílias. A sociedade humana só existe porque se

³ Esses autores problematizam a história da família afirmando sua existência desde os primórdios da sociedade, antes do surgimento da noção de Estado. Refutam os antropólogos que não aceitam esse posicionamento, citando autores que a pesquisadora não teve acesso.

estabelecem outros laços além da consangüinidade e o processo natural de filiação só se perpetua via o processo social das alianças.

Se a família é universal, como afirma Levi-Strauss, a família nuclear ou restrita, tal como conhecemos atualmente no Ocidente, é um fenômeno relativamente recente. Segundo Roudinesco (2003), entre o século XVI e XVIII, o núcleo familiar (pai, mãe e filhos) destacou-se gradativamente da família ampliada, ou seja, de “um conjunto, uma casa, um grupo, que incluía os outros parentes, as pessoas próximas, os amigos, os criados” (p. 18). Souza (1999) aborda esse destacamento, prolongando-o até o início do século XX, como um lento processo onde os espaços públicos e privados foram paulatinamente se diferenciando. Essa separação fez com que a família sofresse um enfraquecimento, tanto por perda de suas funções sociais – já que o Estado passa a assumir a responsabilidade da educação e da assistência social – quanto pela conquista da individualidade de seus membros.

Vários autores (Áries, 1987; Foucault, 1985; Roudinesco, 2003; Fères-Carneiro, 1998; De Singly, 2000; Giddens, 1993; Costa, 1983) vêm historicizando a trajetória simbólica da família e de sua base constitutiva, o casamento. Cada qual enfatiza um aspecto da família ou uma fase de sua história. Foucault (1985), por exemplo, faz um minucioso exame da história do vínculo conjugal a partir de textos da Antigüidade, demonstrando a tendência à valorização da relação pessoal entre os esposos que alcançou um protagonismo entre as outras funções do casamento (como gestão da casa e educação da prole). Costa (1983) apresenta a importância do ideário higienista na passagem da família colonial brasileira para a família republicana do início do século passado. Todos, entretanto, são unânimes em enfatizar que a experiência do amor erótico como condição *sine qua non* para a existência e continuidade do casamento é um fenômeno que surge paralelo aos ideais da modernidade nascidos pós Revolução Francesa e a

ascensão da burguesia. Apoiado nos autores citados, um resumo desse percurso da família pode ser formulado da seguinte forma.

Num período que vai da Antigüidade à Idade Média, eram os pais que arranjavam o casamento dos filhos. O casamento não consagrava um relacionamento amoroso; era um negócio de família e seu principal papel era embasar alianças políticas e de transmissão de patrimônio. Escolha e paixão não pesavam nas decisões e a importância da sexualidade estava relacionada com a reprodução que era parte componente da aliança firmada, tanto que a suposta “esterilidade” da mulher era motivo para seu repúdio por parte do cônjuge.

Segundo Flandrin (1987), para a maioria dos historiadores, a vida sexual, tanto dos casados como dos solteiros, foi regida pelos preceitos da moral cristã, pelo menos até o século XVIII ou mesmo até a Revolução Francesa. Como demonstra Áries (1987), através da análise de textos da Antigüidade e dos primeiros anos do cristianismo, o amor do casamento seria um amor respeitoso, que se instala lentamente ao longo de uma vida conjugal, baseado na reserva da esposa e mãe, como também no homem, que deveria amar a esposa com “discernimento e não com paixão” (p.157). O código moral formulava uma distinção entre o amor-reserva, no casamento e o amor-paixão, fora do casamento. A partir do século XVIII a sociedade tendeu a aproximar as duas formas de amor tradicionalmente opostas, instituindo-se no Ocidente, um ideal de amor romântico que impõe que os cônjuges se amem, “ou que façam de conta que se amem, como dois amantes” (p. 160).

Entre o século XVIII e meados do século XX, a família dita moderna, fundada no amor romântico, sanciona uma lógica afetiva baseada na reciprocidade dos sentimentos e dos desejos entre os cônjuges e valoriza a diferença sexual do trabalho e a dependência dos filhos. A partir dos anos 60, a família dita contemporânea ou “pós-moderna” se distingue da anterior pelo valor maior atribuído à individualidade e ao processo de individualização, e a família, ao

unir dois indivíduos em busca de uma relação íntima e igualitária, passa a questionar a hierarquia e a autoridade paterna (Roudinesco, 2003).

Uma digressão sobre a Modernidade se faz aqui necessária, já que a problemática da violência conjugal, foco dessa pesquisa, deve ser analisada de maneira contextualizada. As relações conjugais conflituosas e violentas aqui tratadas desenvolveram-se em determinada cultura e momento histórico. A forma como amam e se relacionam os indivíduos e os sentimentos eróticos e amorosos mais sublimes ou mais perturbadores estão inseridos num contexto social construído à base de crenças e expectativas, mitos e valores que formatam as condutas de homens e mulheres em suas relações íntimas.

A partir da Modernidade, vimos acompanhando uma subjetividade se constituir de forma distinta, centrada na figura do indivíduo como detentor de uma interioridade, feita de memórias, afetos, valores e emoções. Porém, a idéia de autonomia e liberdade, fruto dos ideais revolucionários e que predisponha homens e mulheres à busca de um status de igualdade, não se desenvolveu. É como se, simultaneamente, às mulheres fosse dado e negado o direito a serem indivíduos, pois ao mesmo tempo e paradoxalmente, a Modernidade funda também a desigualdade radical entre os sexos (Fraisse, 1991; Sledziwsk, 1991; Khel, 1998). Sledziwsk (1991) vai localizar nesse momento revolucionário (que sofreu, logo após, um retrocesso) a possibilidade de “viragem” na história das mulheres. A liberdade social que adentrava os lares, entretanto, instabilizava demais algumas premissas consideradas chaves para o bom andamento da mais promissora das épocas. O alargamento dos direitos sociais e políticos, chegando também às mulheres, borrava fronteiras entre o mundo público e privado, ameaçando a estabilidade do casamento e da ordem social. Sob os auspícios da ciência, toda uma construção discursiva⁴ foi elaborada visando que a mulher adquirisse atributos de uma

⁴ Esta construção teve expoentes como Rousseau, que disse serem as mulheres criaturas derivadas do sentimento e não da razão, de modo que era inútil tentar fazê-las compreender princípios racionais ou morais (Pateman, 1993). Laqueur (1992) historiciza a passagem do chamado “modelo de sexo único” para o “modelo de dois sexos” entre os séculos XVIII e XIX, demonstrando que todas essas mudanças giraram em torno do eixo da

feminilidade que coubesse e servisse aos interesses da sociedade incipiente. As mulheres deveriam voltar-se para a finalidade evidente de suas naturezas: a maternidade. As mulheres deveriam, portanto retornar a seus lares.

Ou seja, a importância dada à vida no espaço privado e à subjetividade e intimidade no mundo Moderno reforçaram a idéia de uma hierarquia natural entre os sexos, legitimada pelos discursos e instituições, que sobrepunha o marido à esposa. No plano familiar a legitimidade de tal princípio hierárquico organizava as relações entre pais e filhos, entre marido e mulher e entre os parentes de modo geral: aos maridos a autoridade, às mulheres a obediência, aos filhos a dependência (Roudinesco, 2003).

Portanto, a Revolução não foi assim tão revolucionária. Não se espalhou para as terras tropicais nem tampouco apagou traços do conservadorismo característico de outros períodos históricos. No Brasil, durante toda época colonial até finais do século XIX, os casamentos realizavam-se ainda sob a égide dos interesses familiares. Somente a partir da passagem do século XIX para o XX, o movimento higienista tende a conformar os princípios do bom casamento e da boa família. O compromisso essencial do casal passa a ser com a descendência e para tal era necessário pensar nas condições de saúde e moral dos cônjuges, para além de formalidades e interesses econômicos e familiares (Costa, 1987). Os higienistas criaram critérios rigorosos para as relações entre os cônjuges, porém incentivaram o direito de escolha individual do parceiro e a possibilidade de fruição do sexo e do amor no casamento mediante o cumprimento de regras e prescrições.

Mesmo que de forma heterogênea, as idéias que regem a família moderna –escolha livre do parceiro baseada no amor e as regras de educação dos filhos transitando da esfera da

natureza como causa condicionante da subjetivação específica da mulher, interpretada como passiva, instável emocionalmente e irremediavelmente dotada para a maternidade e o cuidar do outro. Rohden (2001) assim traduz a justificativa de uma ‘natural’ inferioridade do feminino: “As diferenças biológicas diagnosticadas pelos cientistas passam a oferecer a base para que os pensadores sociais dissertem sobre as diferenças inatas entre homens e mulheres e a conseqüente necessidade de diferenciações sociais. A natureza já se encarregou de postular a divisão. Cabe à sociedade respeitá-la e promover um comportamento adequado” (p. 19).

disciplinarização para a da negociação- foram se espalhando pelo mundo ocidental. Entretanto, a heterogeneidade de modelos de conjugalidade e família se manteve à medida que os países não desenvolveram os valores do individualismo no mesmo ritmo, haja vista que autonomia, liberdade e subjetividades sofisticadas estão intimamente relacionadas com desenvolvimento sócio-econômico de um povo. Além disso, em um mesmo país, como é o caso do Brasil, coexistem importantes diferenças.

O que alguns autores brasileiros (Machado, 1985; 2001; Duarte, 1987) irão aportar para a discussão dos efeitos do individualismo na “versão da alta modernidade” (Machado, 2001) no contexto brasileiro e da América Latina como um todo é que nenhum dos países constituintes desse amplo território alcançou o Estado de bem-estar ou generalizou os direitos sociais tal como o mundo desenvolvido alcançou. Um outro ponto de distinção foi o paradigma cultural ibero-americano de fortes características católicas que informou a construção das formas de família no Brasil (Machado, 2001). Essas diferenças com o mundo dos países centrais, de onde advêm grande parte dos estudos sobre os efeitos do individualismo na esfera conjugal-familiar⁵, têm de ser levadas em conta, principalmente quando pensamos que o Brasil é um país continente tanto em nível geográfico como também devido às imensas desigualdades sociais. O que se instituiu na sociedade brasileira desde o período colonial foi um “modelo relacional e hierárquico de sociabilidade que permaneceu interrelacionado aos processos posteriores de instituição e construção de um modelo igualitário e individualista nas suas diferentes fases” (Machado, 2001, p. 34)⁶.

⁵ Simmel (2001), Giddens (1993), de Singly (2000).

⁶ Para explicitar o conceito de relacional-hierárquico como um tipo de modelo familiar que está presente na sociedade brasileira desde a época colonial até os dias atuais, a autora utiliza definições dadas por Gilberto Freyre e Roberto da Matta à constituição da família nuclear burguesa, reapropriada e adaptada pela mentalidade da família patriarcal. Como modelo patriarcal brasileiro, da Matta (1987, apud Machado, 2001) entende como “a parentela de mais de duas gerações, com agregados, que age de modo corporado quando em crise e possui uma chefia indiscutível, bem como recursos de poder que o grupo cuida de manter e distribuir com cuidado e decisão, o que faz também com que esses grupos possam eventualmente chegar ao poder por meio do uso das relações pessoais”.

Segundo Duarte (1987), as classes trabalhadoras urbanas comporiam uma “sub-cultura” do continente mais amplo da “cultura ocidental” (e, no caso, das suas manifestações no espaço nacional brasileiro). Essa sub-cultura não mantém uma relação “igualitária” com a “cultura das classes dominantes”, mas tampouco é um resíduo desta. Antes, se supõe que tenha uma lógica própria, já que sem ela nenhuma significação e, portanto, nenhuma vivência seria possível. A matriz de significados da cultura das classes populares não seria conformada segundo representações balizadoras das classes sócio-culturais média e média-alta brasileiras, podendo até adotar uma configuração simetricamente inversa às classes média-alta e alta: “não-individualista”, “não-psicológica”, “não-sexualista”, “não-racionalista” e “não-igualitária” (p. 617, aspas do autor). A relacionalidade, a complementaridade e reciprocidade estariam sendo cada vez mais reconhecidas como características afirmativas estruturantes e legítimas das classes populares (p. 618, aspas do autor).

Em outras palavras, o que alguns autores pontuam de forma convincente é que coexistem no Brasil pelo menos dois códigos modeladores da família, um que chamam de relacional/hierárquico, e outro individualista numa variedade de formas de articulação e de preeminência de um ou outro código de acordo com as posições de classe social.

Voltemos agora a transitar entre os dois últimos períodos históricos tendo em mente as diferenças existentes na sociedade brasileira conforme alertado pelos autores Machado (2001) e Duarte (1987).

2.2) Desafios para a conjugalidade contemporânea

Adoto o verbo transitar, pois, principalmente ao longo do século XIX e até meados de XX, o que assistimos foi uma mudança nas delimitações dos domínios de homens e mulheres nos casamentos, radicalizando a lógica do amor romântico como base constitutiva do mesmo,

ou seja, a união entre dois seres autônomos que se escolhem em total liberdade e valorizam-se um em relação ao outro de forma igualitária. Segundo Rougemont (2003), nenhuma civilização conhecida deu ao “amor” chamado de romântico tal publicidade (referia-se aos filmes de Hollywood e às propagandas) e nem tampouco fez coincidir, perigosamente, amor e casamento (já que o casamento é uma instituição feita para durar, ao contrário do amor-paixão). Como o autor bem diz: “O *romance* alimenta-se de obstáculos, de breves excitações e separações; o casamento, ao contrário, é feito de hábitos, de convívio cotidiano.” (p. 393, itálico do autor).

O amor romântico, por ter como base sentimentos de completude –buscados via complementaridade e fusionalidade entre os parceiros-, tende a gerar relacionamentos com muitas expectativas que, com frequência, transformam-se em exigências de que o outro cumpra a “promessa” amorosa outrora realizada. Se o amor romântico supunha uma igualdade de envolvimento emocional entre duas pessoas, durante muito tempo as mulheres foram as mais afetadas pelos seus ideais. Os sonhos do amor romântico conduziram muitas mulheres a uma subordinação doméstica de diversos matizes. O que parecia “funcionar” até meados do século passado vem sofrendo transformações que muitas vezes têm sido enquadradas como crises de valores.

Os ideais do amor romântico começaram a se fragmentar com a emancipação sexual e a autonomia femininas, tendo como marco histórico o advento da pílula anticoncepcional. O declínio do controle sexual dos homens sobre as mulheres colocou possibilidades reais de transformação da intimidade. A simples possibilidade de exercer a liberdade sexual trouxe enormes efeitos na reorganização das relações conjugais.

Entretanto, nenhuma transformação ocorre sem conflitos e certamente estes não têm sido poucos no processo da reformulação dos modelos conjugais e familiares. Estaríamos vivendo uma crise da família e do casamento? Ou uma transição? Se uma transição, para onde

caminhamos? Alguns autores (Machado, 2001; de Singly, 2000; Roudinesco, 2003) vêm defendendo que o valor atribuído ao individualismo no mundo ocidental parece estar pondo em xeque o valor atribuído à família como princípio social balizador.

Elejo duas notícias de jornais, de dezembro de 2006⁷, com dados que o IBGE⁸ divulgou sobre novas tendências do perfil da família brasileira, a fim de possibilitar a emergência de elementos que permitam a contextualização da suposta crise ou transição vivida pela família e pela conjugalidade brasileira, além de estabelecer um pano de fundo para a análise do tema desta dissertação, a violência conjugal. A primeira: “Taxa de separações bate recorde histórico. Total de casamentos em 2005 é o maior em dez anos; crescem uniões de separados com mulheres solteiras.” A segunda notícia: “Modelo ‘pai, mãe, filhos’ perde espaço. Cresce proporção de casais sem filhos e mães solteiras.”.

Diante de um panorama social com crescente aumento de dissoluções conjugais, sucedidas ou não por recasamentos e outras formas de relação estável, torna-se necessário refletir sobre o papel da conjugalidade no projeto de vida do indivíduo e da família. Se o casamento hoje é realizado por amor, entre parceiros que se escolhem, por que tantas separações? Como a noção de amor ou as regras do pacto conjugal contribuem para as transformações em curso?

Certamente um modelo parece estar ruindo, mas o que se configuram como novas formas de experiência familiar pode, ou não, ser uma alternativa satisfatória para a reestruturação da família. Esta vem se modificando porque a base que a constitui, o casal, experimentou transformações profundas na forma de se relacionar. Além disso, parece

⁷ Folha de São Paulo, Cotidiano, 6 e 21/12/2006.

⁸ As notícias referem-se a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2005, que foram pesquisadas nessa dissertação através do endereço eletrônico www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2005/comentarios.pdf. O aumento do número de casamentos em relação ao ano anterior foi de 3,6%, seguindo uma tendência que vem sendo observada nos últimos dez anos. O número de separações judiciais foi de 7,4% maior que 2004 e os divórcios tiveram em 2005 um acréscimo de 15,5% em relação a 2004, havendo diferenças entre as regiões do Brasil. Foram 76,9% de separações consensuais e 22,9% não consensuais. Quanto à guarda dos filhos, em 91,1% das separações e 89,5% dos divórcios, a responsabilidade ficou com as mães.

também que o amor romântico, égide da constituição desses casais na história recente, cobra de homens e mulheres sua rendição. O amor romântico na radicalidade de sua vivência faz cada parceiro esperar/exigir do outro, simultaneamente, o desejo ardente da paixão e de corresponder a tudo aquilo que o apaixonado idealizou que esse outro fosse. Ao mesmo tempo em que funda o casamento burguês ocidental moderno, o amor romântico traz consigo a semente da sua própria impossibilidade. Com o aumento da expectativa de vida, como pensar a manutenção do desejo sexual e da ilusão em relação ao cônjuge por um prolongado tempo?

Ainda que o pacto entre o casal esteja fraturado, a idéia de família ainda é muito valorizada no Brasil. Poderíamos pensar, inclusive, num “desejo por família” quando assistimos a luta pela legalização das relações homoeróticas e da adoção de filhos por casais homossexuais, quando há tempos atrás havia por parte desse recorte populacional um rechaço à família, vista como uma “instância funesta ao desabrochar do desejo e da liberdade sexual além de carregar todos os vícios de uma opressão patriarcal” (Roudinesco, 2003, p. 8).

Uma pesquisa realizada pelo DataFolha (1998) revela que a maioria dos brasileiros enfatiza a importância da família em suas vidas, mas não demonstra a mesma simpatia pelo casamento. Em um ranking de valores, apresentado aos entrevistados, que incluía: família, casamento, educação, trabalho, religião, dinheiro e lazer, a família ficou na primeira colocação, empatada com o tópico educação. Focalizando-se as diferentes gerações contempladas no estudo, definidas com base na década em que os entrevistados completaram 16 anos, nota-se que entre os nascidos a partir dos anos 70, a percepção da importância da família cresce significativamente. As gerações de 80 e 90 tendem a valorizá-la com ênfase maior (64% e 63% respectivamente). Por outro lado, o casamento encontra simpatizantes mais frequentes nas gerações anteriores. Entre os que foram jovens nos anos 40, o índice de importância do casamento chega a 45%, caindo para 30% entre os integrantes da geração 90. Curiosas essas constatações. Ao mesmo tempo em que se desvaloriza o casamento a família

crece em importância, o que poderia nos levar a pensar que o casamento é necessário apenas como forma de constituir uma filiação, tornando as relações entre os cônjuges rapidamente obsoletas.

A constituição básica da família brasileira ainda é nuclear (marido, esposa e filhos), mas esse tipo de estrutura vem perdendo espaço para o esquema matrifocal (cerca de 30% dos lares brasileiros são “chefiados” por mulheres⁹). Considerando-se tal constatação, é fácil supor um crescente prestígio da figura materna e a conseqüente queda na importância atribuída ao pai, que vem perdendo seu poder social e econômico¹⁰. Em que medida essas mudanças vêm contribuindo para o aumento dos conflitos e para a violência familiar ainda não está totalmente mapeado.

A crise do casamento pode ser analisada como a crise da autoridade do marido/pai e das funções sobre as quais este se assentava, principalmente de provedor único do sustento familiar, e crise também, do papel submisso da mulher, confinada às tarefas caseiras e à educação dos filhos. Há uma descrença quanto à legitimidade da hierarquia, tanto no âmbito familiar quanto no social, hierarquia essa que se apoiava na rigidez de papéis e na complementaridade de funções dos esposos. Talvez isso seja um progresso em termos éticos, como diz Mezan (2003), mas o novo arranjo impõe a homens e mulheres uma repartição inédita de investimentos libidinais, onde são freqüentes as falhas na reciprocidade de tarefas e sentimentos, gerando conflitos e idealizações frustradas. Cada um não pode mais suportar o papel e expectativas que o outro lhe atribui e tampouco pode tolerar a falha do outro em ser “como devia ser” (p. 170).

Um autor das ciências sociais que vem contribuindo para a discussão das transformações sofridas pelo casal contemporâneo nas sociedades mais afluentes, Anthony

⁹ Análise da Fundação Getúlio Vargas de dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) do IBGE/2002. Ver www.fcc.org.br

¹⁰ Este aspecto, ausência do pai e reverência à mãe, foi ressaltado nas entrevistas com os “soldados do tráfico”, no documentário de MV Bill e Celso Athaide, “Falcão: meninos do tráfico”, divulgado pelo programa Fantástico da Rede Globo e reprisado inúmeras vezes em 2006.

Giddens (1993), aponta que os papéis vividos por homens e mulheres em diversos âmbitos e, especificamente, nas relações amorosas, permitem o reconhecimento, por ambos, de ganhos e perdas na interseção entre os processos de desenvolvimento psicosssexual peculiares aos indivíduos e os processos institucionais e históricos. Sua análise sugere a possibilidade de estabelecimento, nas relações amorosas (tanto hetero como homossexuais), do chamado “relacionamento puro”, fenômeno recente que comporia uma “reestruturação genérica da intimidade” (p. 69), paralelo ao desenvolvimento de uma “sexualidade plástica”, isto é, “uma sexualidade descentralizada, liberta das necessidades de reprodução e (...) da importância jactanciosa da experiência sexual masculina” (p. 10). O relacionamento puro e o amor confluyente, além de apresentarem manifestações distintas e mais radicais do amor romântico, são frutos também da fragmentação deste após a emancipação da mulher.

O “relacionamento puro” estaria centrado no compromisso, na confiança e na intimidade. Implica em desenvolver uma história afetiva compartilhada, onde a continuidade da relação depende do nível de satisfação que cada parceiro pode extrair da mesma. O amor confluyente (Giddens, 1993) é um amor ativo, sexual, do tipo “que seja eterno enquanto dure” e que tem papel chave na manutenção ou dissolução dos casamentos através da realização do prazer sexual recíproco dos cônjuges. Esse processo de “democratização das relações pessoais” afeta profundamente as representações e vivências do casamento.

As transformações, no que tangem às formas e aos valores familiares, estão intimamente relacionadas às transformações contemporâneas das relações de gênero e a conflitualidade e a violência nas relações familiares se apresentam como campos privilegiados para essas observações. A sintomatologia da crise conjugal favorece o entendimento do conflito em curso entre homens e mulheres.

Aqui se faz também necessário atentar para o contexto brasileiro no que tange a

profunda clivagem de classe que sofre nossa sociedade. Machado (1985; 2001) conforme já mencionado, observa a co-existência de dois códigos na formulação dos pactos de conjugalidade e família, os quais também denominou de “códigos relacionais de honra” e “códigos baseados nos valores do individualismo de direito”, presentes em sujeitos entrevistados de classes populares e médias envolvidas ou não em situações de violência conjugal (Machado e Magalhães, 1999).

Independente de haverem ou não pactuado um contrato conjugal tradicional (mulher honrada X homem provedor), as representações de cada parceiro sobre seu papel como cônjuge e do que esperar do outro são muito diferentes (Machado, 2001). Se as representações sociais de gênero (Moore, 2000)¹¹ afetam as construções subjetivas, e supondo que essas representações vêm sofrendo abalos, podemos nos perguntar qual a posição que as mulheres vem adotando dentro de seus relacionamentos quanto à divisão de cotas de poder, de autonomia e de satisfação pessoal. Quando se pensam as relações de gênero num contexto interpessoal dentro da conjugalidade mais moderna, os parceiros são vistos mais igualitariamente, sem a noção de hierarquia tão fortemente estabelecida e onde funções e tarefas podem ser conciliáveis de acordo com interesses individuais. Homens e mulheres podem fazer distintos acordos. Contudo, entre o que foi imaginado como possível para as relações amorosas atuais e o que realmente acontece há uma considerável distância.

No campo do amor parecem reinar ainda expectativas e fantasias que o casamento entre iguais pensara haver eliminado. Para Machado e Magalhães (1999) “parecem ser os registros da sexualidade e da afetividade, os registros que mais inscrevem o modelo hierárquico de gênero” (p. 221), derrubando a idéia de uma utopia amorosa entre iguais. As

¹¹ Mesmo não sendo minha pretensão estender-me na ampla conceituação sobre gênero, é necessário conceder relevância ao conceito que, alçado à categoria de análise das relações sociais, possibilitou ao feminismo compreender e explicitar a relação entre homens e mulheres não a partir da distinção sexual, mas sim a partir do que a cultura construiu sobre os corpos sexuados. Atualmente, algumas vertentes (Butler, 1992; Moore, 2000) problematizam a identidade de gênero e desconstruem posições estabilizadas das noções de mulher ou feminino. No próximo capítulo abordo um pouco mais extensamente esse tema.

mulheres estariam vivendo um duplo código em seus posicionamentos no campo amoroso. Ao mesmo tempo em que buscam relações entre iguais, as mulheres tenderiam a sucumbir a uma espécie de atavismo, “valorizando e buscando um amor marcado pela qualidade de um parceiro protetor...e o que se encontra é um companheiro controlador e muitas vezes violento” (Machado, 2001, p.11).

Com muitas ressalvas para não sugerir uma essencialização dos papéis de gênero, Machado e Magalhães (1999), a partir das análises de entrevistas com mulheres vítimas de violência, afirmam que, na mulher, o desejo de ser desejada sexualmente é maior do que a posição de desejar o outro. Seria estruturante da identidade amorosa feminina ser desejada pelo homem e também de ser reconhecida pelo olhar masculino. Para as autoras “é como se ela estivesse presa à fala do homem amado, pois só ele faz dela alguém que é” (p. 224). Os contratos conjugais/amorosos estabelecidos entre os parceiros tendem a ser pouco negociados por conta deles ocuparem posições hierarquicamente marcadas para o masculino e o feminino. E quem parece ter levado a pior durante séculos foram as mulheres.

Essa discussão nos remete para um texto de Carole Pateman (1993) que explicita como o “contrato conjugal” legitimou o direito patriarcal do homem sobre a mulher ao tornarem-se cônjuges. O contrato conjugal foi destituído da essência do que vem a ser um contrato, isto é, um acordo entre iguais. Desde Rousseau e Kant (que explicitavam a propriedade sobre a mulher adquirida pelo homem no casamento) até Hegel (que apregoava relações éticas baseadas na afeição e na busca de complementaridade entre os cônjuges, porém com esferas de ação bem delimitadas em relação ao mundo público e privado), a legitimação da diferenciação sexual foi transformada em assimetria hierárquica e de poder. Para a autora, mesmo após trinta anos de feminismo, atualmente mais de quarenta, a diferença sexual ainda estabelece status distintos para homens e mulheres, guardando uma assimetria de poder aparentemente indelével.

Se os contratos conjugais continuam a constituir bases de poder bastante desfavoráveis para grande parte das mulheres brasileiras, o que estatísticas vêm apontando é que após casamentos destituídos, as mulheres resistem a repetir a dose (Machado, 2001). Ao observar que muitas mulheres após um contrato conjugal fracassado não voltavam a se casar (por acreditarem pouco numa possível consensualidade de expectativas entre os parceiros, além de não acreditarem que os homens abrirão mão do comando, mesmo tendo perdido o posto de provedores), propõe que o aumento notável de domicílios com chefia feminina “podem ser indicadores de circulação de homens e também de suas dificuldades de se posicionarem ou como provedores ou como controladores de suas companheiras” (p.11). Não parece ser porque acreditam num “amor confluyente”¹² que muitas chefes de família se mantêm sozinhas. Não se sentindo capazes de romper com o atavismo que as coloca em posição assimétrica ao homem, preferem viver relações emocionais que não lhes retirem a autonomia da vida privada. Machado (2001) conclui que as mulheres de classes populares, por um lado, “contraditoriamente compartilham a idéia intocável do todo hierarquizado da família, de outro, reinventam a auto-percepção como indivíduo de subjetividade submetida” (p.11).

O que pretendi com este capítulo foi analisar a discussão sobre as transformações sofridas pela família ocidental no último século, em especial a brasileira. Autores aqui citados afirmam de maneira categórica que tanto a radicalização dos princípios individualistas¹³ da Modernidade, como a revolução feminista, vêm trazendo um grande desafio para as relações amorosas e afetivas entre homens e mulheres e entre pais e filhos. Na busca da utopia, onde as diferenças de gênero seriam cada vez menos hierarquizadas, atravessamos uma transição, e os

¹² Giddens (1993) faz algumas distinções entre “amor romântico” e “amor confluyente”, sendo este último influenciado radicalmente pelos pressupostos individualistas e onde a satisfação sexual e os benefícios alcançados por cada parceiro na relação devem ser altos (p.73-75).

¹³ Os princípios que norteiam o individualismo, principalmente o individualismo dos dias atuais, seriam o narcisismo e o hedonismo que formatam seres que devem, imperativamente, afirmar seus desejos, sua autonomia, sua independência e a liberdade individual (Simmel, 2001).

indivíduos parecem experimentar situações para as quais ainda não existem referências de como agir, o que dizer ou o que esperar.

Endossando Machado (2001), nessa transição e com a experiência social brasileira da heterogeneidade dos códigos, não podemos “perder a riqueza das diferenças presentes e das reinvenções possíveis das diferenças, nem deixar de apostar na possível e revolucionária reinvenção das relações de gênero, no sentido de construção de relações igualitárias” (p.12).

No próximo capítulo enfocarei os desdobramentos do debate sobre a conjugalidade na contemporaneidade, examinando a literatura feminista sobre uma de suas principais vertentes: a violência nas relações erótico-afetivas.

3) **Violência familiar no Brasil hoje**

O presente capítulo enfoca, principalmente, a literatura brasileira sobre a violência contra a mulher com duas ênfases. Inicialmente examino publicações importantes para o dimensionamento do fenômeno em termos coletivos. Apresento o debate sobre a conceituação das violências no âmbito da conjugalidade, menciono estratégias políticas de enfrentamento da questão e problematizo a qualidade das informações disponíveis. Enfoco ainda a descrição dos resultados dos principais trabalhos publicados.

Posteriormente analiso publicações de autoras feministas sobre a violência contra a mulher, destacando a crescente complexidade que os estudos sobre o tema foram ganhando a partir das tentativas de um maior esclarecimento dos paradoxos colocados pela interface entre violência e afetividade.

3.1) Magnitude da violência familiar no Brasil

O problema da violência¹⁴ no Brasil, hoje, se constituiu como tema complexo, dada sua pluricausalidade e várias manifestações, agregando interesse de diversos segmentos da sociedade, desde pesquisadores e profissionais das áreas de segurança, justiça e saúde públicas, além das próprias vítimas. A violência provoca danos, lesões, traumas e mortes que geram altos custos emocionais, econômicos e sociais, devido aos dias de ausência do trabalho,

¹⁴ Sem a pretensão de aprofundar a complexa e multifacetada conceituação sobre violência, essa dissertação parte do consenso de alguns autores que abordam a violência relacionando-a com conflitos de autoridade, lutas de poder e vontade de domínio, posse e aniquilamento do outro ou de seus bens (Minayo, 2006; Costa, 1995; Chauí, 1985).

pelos prejuízos emocionais incalculáveis que causam às vítimas, a seus familiares e pelos anos produtivos perdidos¹⁵.

A participação da violência na pauta do setor saúde ampliou-se a partir dos anos 60, através, inicialmente, de denúncias de profissionais de saúde sobre as conseqüências físicas e psicológicas dos abusos e maus-tratos na infância (Schraiber et al., 2005). Somente nos anos 90, a OMS e a OPAS mencionaram em seus documentos a relação entre violência e saúde (Minayo, 1994). Esta relação extrapola as “causas externas”, pois a intencionalidade evidente de muitas situações de violência imprime ao fenômeno uma especificidade que obriga uma tomada de posição por parte das instituições mundiais de fomento à saúde. Para o setor saúde convergem as vítimas da violência, causando impactos importantes nas redes de atendimento e demandando redirecionamentos na sua política de prevenção e promoção da saúde (Minayo, 2006).

Diversos foram os documentos e pesquisas que a OMS¹⁶, OPAS¹⁷ e MS¹⁸ produziram, ao longo dos anos 90 e 00, aprofundando a análise da violência, que a OMS define como:

“o uso da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação” (OMS, 2002, p. 5).

Quando a violência é praticada contra outra pessoa, a OMS considera-a como violência interpessoal ou coletiva. As violências interpessoais são classificadas em dois âmbitos: o intrafamiliar e o comunitário. Interessa a esta pesquisa o âmbito intrafamiliar que,

¹⁵ Segundo o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Mundial, um em cada cinco dias de falta ao trabalho no mundo é causado pela violência sofrida pelas mulheres, a cada cinco anos a mulher perde um ano de vida saudável, na América Latina e Caribe espanhol a violência doméstica atinge de 25% a 50% das mulheres e que entre 1,6% a 2% do PIB de cada país é perdido anualmente devido à violência contra a mulher (www.cladem.org/port).

¹⁶ Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, OMS, 2002: www.who.int/violence_injure_prevention/

¹⁷ Violência y Salud. Resolución n. XIX. Wahington, 1994. Destaca-se também o “Simpósio 2001: Violência de Gênero, saúde e direito nas Américas” que foi o resultado da campanha “Uma vida sem violência é um direito nosso” desenvolvida pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) em 1998. A mensagem da campanha se orientou para a necessidade de ruptura das estruturas culturais que legitimavam a violência contra mulheres e meninas (www.cladem.org/port).

¹⁸ Em 2001 o Ministério da Saúde estabeleceu a Política Nacional de Resolução de Morbimortalidade por Acidentes e Violência.

de acordo com Caderno de Atenção Básica do MS (2002), edição de orientações para a prática em serviços, é definida como:

“toda ação que prejudique o bem estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consangüinidade, e *em relação de poder à outra*” (p.15, grifo meu).

A abrangência da violência intrafamiliar amplia-se ao extrapolar o local da ocorrência da violência, atendo-se às relações sociais nas quais ela se constrói e enfatizando a importância do poder nessas relações na produção da violência.

A “violência doméstica” distingue-se da violência intrafamiliar por incluir outros indivíduos que têm relação próxima com o núcleo familiar, mas sem relação de consangüinidade nem parentalidade. O fenômeno da violência doméstica¹⁹ foi trazido à tona pelas feministas nos anos 80, enfatizando a interseção entre as violências contra a mulher e a intrafamiliar. Elas sinalizavam para o fato de que se a mulher sofre violência em diversos contextos, o familiar é um dos mais usuais e importantes, sendo suas causas relacionadas à sua condição de gênero.

A condição da mulher nos arranjos familiares e as questões das relações de gênero não foram levadas em conta como constituintes da base dos conflitos e violências no âmbito familiar até os anos 70, quando o movimento feminista trouxe à tona o tema com esse viés, denominando-o de “violência contra a mulher”. Esta terminologia inclui a violência ocorrida no âmbito familiar, especificamente a perpetrada pelo cônjuge e estende-se a outras situações onde também as questões das desigualdades de poder nas relações entre homens e mulheres

¹⁹ Algumas feministas achavam que o termo violência doméstica seria um eufemismo politicamente incorreto para violência de gênero, obscurecendo com essa terminologia a marca de controle e poder do homem sobre a mulher por trás da violência que denunciavam e debatiam (Soares, 1999).

são determinantes, tais como estupro, assédio sexual, tráfico de mulheres e prostituição forçada²⁰.

Violência contra a mulher, violência doméstica, violência de gênero, violência conjugal: muitas denominações são combinadas, ainda, a um importante grau de invisibilidade do problema em nossa sociedade. Parece não haver um consenso conceitual delimitando espaços, causalidades e modalidades de ocorrência, especialmente quando a violência ocorre entre as relações íntimas. Na prática, os termos citados são intercambiáveis e serão usados ao longo desta dissertação com predomínio de dois destes termos: violência contra a mulher e violência conjugal, esta última significando a violência nas relações erótico-afetivas, seja de casamento ou namoro. A dimensão da especificidade dessa violência (conjugal) fez com que ela fosse usada como sinônimo da categoria “violência contra a mulher”²¹, que, como apontado acima, é mais ampla.

Há uma larga trajetória já cumprida tanto pelo movimento feminista quanto por várias instâncias legisladoras no campo da saúde e da justiça, com a promulgação de vários estatutos que regulamentam, definem e propõem intervenções visando o enfrentamento da problemática²². Ao mesmo tempo em que o movimento feminista desnudou a intimidade familiar, tornando a violência contra a mulher nesse âmbito uma questão pública, ela foi se constituindo como um “signo político, erigido no processo de resistência feminista” (Soares et.al., 1996, p. 65). O momento atual aloca essa violência num campo particular de intervenções e reflexões.

²⁰ Por fugir ao escopo desta dissertação, nenhuma dessas violências será aqui abordada.

²¹ A definição para violência contra a mulher formulada no Art. 1º da Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, Convenção de Belém do Pará é: “(...) qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no âmbito privado”.

²² Destaco alguns exemplos: o Relatório Mundial sobre Violência e Saúde (OMS, 2002), capítulos sobre violência perpetrada por parceiro íntimo e violência sexual; Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher - Convenção de Belém do Pará, único instrumento internacional exclusivamente dedicado à violência contra a mulher, ratificado pelo Estado brasileiro através do decreto lei de 27/11/95, estabelecendo a violência contra a mulher como violação dos direitos humanos.

Não podemos deixar de mencionar um dos maiores ganhos políticos do movimento feminista brasileiro que foi a promulgação, pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva, em 7 de agosto de 2006, da Lei n. 11.340, a lei Maria da Penha. Esta confere cumprimento às obrigações contraídas pelo Brasil ao ratificar a Convenção de Belém do Pará e implementa uma legislação nacional que categoriza e criminaliza a violência doméstica e familiar contra a mulher, além de propor medidas integradas de prevenção e assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar. A lei ainda dispõe sobre a criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, retirando os casos de violência doméstica da competência dos Juizados Especiais Criminais (JECRIM), destino de todos os crimes considerados de menor potencial ofensivo; altera dispositivos do código penal de modo a agilizar os tramites legais necessários para prisão em flagrante do agressor, sua punição, afastamento do lar e a separação conjugal; agiliza o acesso aos direitos de pensão e guarda dos filhos e direitos patrimoniais, além de orientar trabalhos de sensibilização e educação de gênero para agentes policiais e judiciais²³.

Como esta pesquisa dirige-se para a apresentação e análise do banco de dados de um Serviço telefônico anônimo, faz-se necessário uma breve discussão sobre a produção de informações e o uso das estatísticas nesse campo. Em relação à violência em geral como problema de saúde pública, não basta quantificar mortos, feridos, vítimas e agressores. É necessário desenvolver uma compreensão que leve em conta “os sentidos da violência” (Minayo, 2006, p. 112), ou seja, seu aspecto qualitativo. Minayo (2006), abordando a questão da violência em geral, afirma que:

“toda informação científica veiculada sobre o assunto não está isenta de problemas ideológicos e de dificuldades operacionais, pode-se dizer que os dados existentes no

²³ Espera-se, com a nova lei, impactar mentalidades, mudar comportamentos jurídicos e produzir novas práticas sócio-legislativas. Sabemos, entretanto, do descompasso entre a lei promulgada e a realidade. Para que a lei tenha os efeitos esperados, os movimentos sociais e a mídia deverão ter papel fundamental na difusão da informação e na busca de ações transformadoras que façam da lei, realmente, uma conquista política para toda sociedade brasileira (www.spmulheres.org.br).

Ministério da Saúde e que são também repassados à OMS, para serem consolidados e comparados internacionalmente, não constituem uma verdade absoluta, mas são, acima de tudo, uma construção social.” (p.115).

O fato da coleta e análise dos dados estarem imbricados com características do olhar do gestor ou pesquisador e de suas ferramentas operacionais não invalida seus resultados que, embora imperfeitos, apresentam, pelo menos, “indicadores de magnitude, fatores de risco, distinção de grupos mais vulneráveis e tendências” (Minayo, 2006) que no seu conjunto contribuem na composição e implementação de políticas públicas que coíbam e confrontem o grave problema da violência.

Se a quantificação de dados da violência em geral merece ressalvas, destacadas por Minayo, podemos entender a dificuldade em dimensionar a violência intrafamiliar que ocorre no mundo privado e que, por vezes, não tem o estatuto de violência nem para quem a perpetra nem para quem a sofre. Além disso, a vergonha e o medo das vítimas de denunciarem-na, agravam a subnotificação. A composição de um banco de dados confiável nesta área é difícil por vários motivos, que vão desde a questão da notificação e da emergência do fenômeno como também dos interesses antagônicos de grupos, expressos em diferentes interpretações sobre os dados.

Em extensa pesquisa analisando estatísticas americanas sobre violência doméstica, Soares (1999) demonstra como a apresentação de dados sobre a violência contra a mulher, muitas vezes, transforma o que deveria ser um esforço pela obtenção de dados confiáveis em verdadeira contenda de perspectivas. Se de um lado têm-se dados obtidos com o endosso acadêmico e rigor metodológico, de um outro, dados são divulgados sem a citação dos métodos utilizados na sua produção e sem a citação das fontes originais.

Soares (1999), ao mesmo tempo em que adverte para os perigos da tendenciosidade tanto pró quanto antifeminista da análise dos dados sobre violência doméstica, afirma a necessidade e a importância da construção de dados quantitativos e qualitativos do

fenômeno²⁴. A autora apresenta dados do FBI e da Coalizão Nacional contra Violência Doméstica americana, além de outros dados de pesquisas acadêmicas, que dão sustentação à perspectiva feminista e à “variante masculinista”²⁵ da violência doméstica (p. 185). Alguns dos dados que corroboram a perspectiva feminista, de tão conhecidos que ficaram em *folders*, folhetos, guias relacionados à violência doméstica contra a mulher valem ser aqui rememorados: uma mulher americana apanha a cada 15 segundos; 95% do conjunto de agressões conjugais são cometidas por homens contra as mulheres; a cada dia, 4 mulheres são assassinadas por seus cônjuges; 9 em cada 1.000 mulheres são anualmente vitimadas pela violência dos cônjuges (Soares, 1999). A autora cita alguns dados apresentados pela corrente masculinista que parecem ter sido criados para o confronto com os produzidos pelas feministas, entre eles: os homens relatam menos à polícia as agressões sofridas por suas parceiras do que estas quando agredidas por eles; os escores da violência tendem a ser equivalentes entre os cônjuges, segundo a Pesquisa Nacional de Violência Doméstica americana de 1985, na porcentagem de 3,4% os homens foram os agressores e em 4,8% as mulheres foram as agressoras; a média das sentenças para homens que matam suas mulheres é de 17,5 anos e para as mulheres que matam seus maridos de 6,2 anos. Mais do que polemizar com os dados, Soares (1999) pretende apontar para a suposta objetividade expressa pelos números.

Ao mesmo tempo em que apontam para os perigos do uso político destes tipos de dados, Luis Eduardo Soares, Bárbara M. Soares e Leandro C. Piquet (Soares et al., 1996) salientam para a importância de se aprimorar “a grade categorial e das codificações” (p.87)

²⁴ Soares et al. (1996) realizaram importante pesquisa em DEAMs do Rio de Janeiro, cruzando dados quantitativos e qualitativos de mulheres que apresentaram queixas de violência, objetivando, com a eleição de suas variáveis de análise, a problematização da agressão denunciada.

²⁵ Soares (1999), em um outro momento do livro, adverte que essa corrente não apresenta produção literária consistente nem articulação com a academia, lançando suas idéias em *sites* da internet. São grupos que reagem ao movimento feminista contra-atacando as mulheres, mostrando quanto os homens também são vítimas de mulheres violentas, objetivando com isso minimizar conseqüências jurídicas para os autores da violência. Apesar de citar as fontes bibliográficas utilizadas por essa corrente masculinista, Soares não cita quais são os grupos participantes dela.

dos registros de violência doméstica realizados por instituições públicas e academias bem como as ferramentas de registro e análise de dados. Lembram que os registros de dados de mulheres em situações de violência doméstica guardam uma série de constrangimentos e as informações que alimentam os bancos de dados geralmente foram obtidas de instrumentos que tinham o objetivo de denúncia e não de pesquisa. Os dados que informam as análises acadêmicas sobre violência contra a mulher, na sua maioria, advêm das “folhas de atendimento” de Delegacias Especializadas de Atendimento a Mulher²⁶, instrumento que incorpora informações restritivas frente à pluralidade de experiências da violência e possíveis significados atribuídos a elas pelas usuárias dos serviços. Os efeitos dessa categorização restritiva podem ser observados na construção do perfil da usuária e da cena denunciada: a imagem de mulher que emerge desses formulários é a da “vítima-da-agressão-do-homem” (p. 68), podendo alimentar, segundo os autores, a “reprodução de uma identidade feminina que parece ser cúmplice do jogo intersubjetivo de que resultou a própria agressão” (p. 68). Os autores chamam a atenção para o fato de que esse tipo de registro deve ser formatado de maneira a oferecer informações que ampliem o entendimento da dinâmica violenta. Para tal, as equipes que realizam os registros das informações devem ser treinadas a partir de visões abrangentes sobre violência de gênero para além da estereotipada dicotomia vítima-algoz.

Toda a problematização realizada pelos autores com relação às dificuldades de obtenção de dados mais fidedignos em relação à violência contra a mulher deve ser fonte de constante indagação e estímulo ao aperfeiçoamento da coleta e sistematização de dados. Não temos como negar, entretanto, que a semelhança dos alarmantes índices apresentados por instituições sérias é indicativa da magnitude do problema. Apresento a seguir alguns números

²⁶ As Delegacias de atendimento a mulher assumem diferentes denominações de acordo com o Estado em que se encontram: Delegacia de defesa da mulher, Delegacia de atendimento a mulher. Nesta dissertação me referirei sempre a essas delegacias conforme foram chamadas no Estado do Rio de Janeiro: Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher, as DEAMs.

selecionados de instituições que vêm sendo referência para vários estudos acadêmicos sobre o tema.

No suplemento de vitimização da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD/IBGE/1988)²⁷, em referência à região Sudeste do Brasil, 55% das mulheres vítimas de agressão foram atacadas na própria residência sendo que 62,29% dos ataques foram perpetrados por parentes ou conhecidos, não sendo especificado na pesquisa o índice de violência cometida por cônjuges ou ex-cônjuges. Segundo o Comitê Latino-Americano e do Caribe para a defesa dos direitos das mulheres (CLADEM), no Brasil, a cada 100 homicídios de mulheres, 70 ocorrem no âmbito doméstico. Este dado coloca a violência intrafamiliar praticada contra a mulher no campo da endemia.

Em pesquisa sobre violência doméstica contra a mulher, realizada junto a OMS por pesquisadores brasileiros da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (Schraiber et al., 2002), foram coletados em relação à violência doméstica contra as mulheres²⁸ dados semelhantes aos do restante do mundo. A pesquisa foi realizada em quinze municípios da Zona da Mata de Pernambuco (ZM) e na cidade de São Paulo (SP), duas regiões bastante distintas: de um lado o maior centro urbano do país, de outro uma zona do interior pobre do Nordeste. Em SP, 27,3% das mulheres entre 15 e 49 anos relataram pelo menos um episódio

²⁷ Esta estatística, a única que o Brasil possui sobre a problemática da vitimização, mede, tal qual a National Crime Victimization Survey (NCVS) dos EUA e a British Crime Survey uma ampla gama de crimes, não tendo uma especificidade para medir a sensível experiência da violência que afeta as mulheres. Muitas outras informações são colhidas ao mesmo tempo. Johnson (1998) assinala os inconvenientes desse tipo de estudo (survey), os quais certamente alteram significativamente os resultados, tais quais: as mulheres não se sentem à vontade para relatar suas experiências para os entrevistadores, que muitas vezes são homens, não há um preparo nem sensibilidade suficiente por parte dos entrevistadores para abordar a enorme variedade de crimes pesquisados, crimes tipo assédio sexual, que geralmente não são considerados crimes pelas entrevistadas, não são perguntados nem computados.

²⁸ A equipe de pesquisadores do Departamento de Medicina Preventiva da Universidade de Medicina de São Paulo foi responsável no Brasil para compor a ampla pesquisa da OMS: The WHO Multi-Country Study on Women's Health and Domestic Violence Against Women, um estudo que utilizou inquérito epidemiológica (survey) sobre a prevalência da violência praticada por parceiro íntimo e as repercussões físicas, psicológicas, sexuais e reprodutivas na saúde da mulher e as possíveis formas de enfrentamento da problemática. Foram selecionados a participar do estudo 15 cidades de 10 países culturalmente distintos: Bangladesh, Brasil, Etiópia, Japão, Namíbia, Peru, Samoa, Sérvia e Montenegro, Tanzânia e Tailândia. No Brasil, foram visitados 4.299 domicílios e entrevistadas 2.645 mulheres entre 15 e 49 anos na cidade de São Paulo (SP) e na Zona da Mata de Pernambuco (PE) (www.who.int/gender/violence/en). Para mais detalhes ler entrevista com as pesquisadoras brasileiras responsáveis em Grossi, Minella e Porto (2006).

de violência física cometida por parceiros íntimos ou ex-parceiros; 22,1% sofreram a mesma forma de agressão por outra pessoa que não parceiro, seja familiar, conhecido ou estranho. Na Região da ZM, a violência nas relações de conjugalidade é ainda maior. Os dados são, nessa região, respectivamente aos de SP: 33,8% e 13,5%. A pesquisa também inferiu sobre as razões da permanência das mulheres em relações violentas apontando os seguintes motivos: perdoam os maridos, 31% em SP e 32% na ZM; não queriam deixar as crianças, em 25% em SP e 27% na ZM; “por amor pelo marido” em 23% em SP e 24% na ZM. A partir dos resultados dessa pesquisa, os autores acima citados, ao reiterarem a universalidade e magnitude do fenômeno da violência contra a mulher perpetrada por parceiros íntimos, descartam a possibilidade de atribuir estritamente a motivos pessoais as causas da violência conjugal²⁹.

O Dossiê sobre violência contra a mulher da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos (2001) apresenta uma interessante pesquisa realizada pela Subsecretaria de Pesquisa e Cidadania do IBGE, em que foram entrevistadas 55.775 pessoas casadas que vivem na mesma casa (incluindo homossexuais) com a finalidade de apurar a resolução de conflitos conjugais em dois bairros do Rio de Janeiro: Tijuca e Maracanã. Dentre os homens e mulheres entrevistados, 11% relataram já terem sido vítima de violência conjugal em algum momento de suas vidas, sendo desse total, 64% mulheres e 36% homens.

Há uma estimativa brasileira de que pelo menos 35% das queixas de mulheres em serviços de saúde sejam associadas à violência conjugal (Minayo, 2006). Segundo a autora, a violência mais comum que as mulheres sofrem não é o homicídio provocado pelo marido ou por desconhecidos, mas sim as lesões e traumas conseqüentes das interações conjugais conflituadas do cotidiano. Tal estimativa encontra algum respaldo no estudo da OMS, citado acima, que afirma que mulheres com histórias de violência conjugal apresentam maior risco

²⁹ Na próxima seção deste capítulo discuto as várias correntes do pensamento feminista brasileiro acerca da violência contra a mulher e a querela sobre o grau de implicação (culpabilidade) das mulheres na construção da violência conjugal.

de depressão, tentativa de suicídio, distúrbios gastrointestinais, maior dificuldade de se protegerem das doenças sexualmente transmissíveis (inclusive a HIV/AIDS) e também de usarem regularmente métodos contraceptivos.

Portanto, a qualidade da informação é uma preocupação crescente para as estudiosas do fenômeno da violência contra a mulher. Por ser um fenômeno multifacetado e pluricausal necessita de uma gama de informações de base quantitativa e qualitativa que lança constantes desafios aos estudiosos do tema.

Apesar dos limites da informação discutidos nesse item, parece haver um consenso das pesquisas que investigam a violência contra as mulheres apontando para o fato de que, independentemente da localização geográfica ou da condição econômica e cultural, estas são vítimas de uma específica violência. Haveria uma violência perpetrada por parceiros, ou ex-parceiros íntimos, caracterizando-se como uma violência que ocorre nas relações erótico-afetivas, na intimidade de uma casa/família que teria um delineamento único, baseado nas relações desiguais de gênero. O conceito de gênero, entendido como construção social do masculino e do feminino e como categoria de análise das relações entre homens e mulheres passa a ser utilizado para se compreender as complexidades do fenômeno. Além disso, vários pesquisadores (Soares et. al., 1996; Soares, 1996; Gregori, 1993, Grossi, 1998; Machado e Magalhães, 1999) salientaram a necessidade de aportar à análise dos dados quantitativos um arcabouço teórico que levasse em conta questões do campo das subjetividades.

Admitindo, a partir dos números expostos, a face endêmica da conjugalidade violenta e a necessidade de um referencial teórico que permita a leitura dos dados, apresento, a seguir, uma discussão sobre violência contra a mulher, em especial a violência conjugal, na perspectiva do feminismo brasileiro.

3.2) As perspectivas dos estudos feministas sobre relações de gênero e violência contra a mulher no Brasil

O debate sobre violência contra a mulher, de grande expressividade nos meios acadêmicos das ciências sociais, adquiriu visibilidade pública graças ao combativo movimento de mulheres que transformou os crimes passionais, ocorridos no final da década de 70 e início da de 80, em retrato fatal da opressão sofrida pelas mulheres e bandeira de luta no Brasil. A dissertação de mestrado de Mariza Correa, transformada no livro “Morte em Família” (1983), estudou o homicídio feminino por seus companheiros e inaugurou um diálogo entre academia e militância (Grossi, 1998). Muitos foram os trabalhos que se seguiram desde então.

Durante o intenso diálogo entre academia e militância, a idéia de que os espancamentos de mulheres por seus cônjuges eram o início da escalada da violência que terminava em assassinatos fornecia munição tanto para uma corrente da academia que via no patriarcado³⁰ as raízes da condição feminina de submissão quanto para a militância que reivindicava a criação de instituições para atender as vítimas de violência conjugal. O que se assistia, nessa fase de transição democrática no Brasil, era a força da organização civil formulando e pressionando o Estado pela implantação de políticas públicas.

Em São Paulo, foi criado o primeiro SOS Mulher³¹, iniciativa que logo se ampliou para outras capitais brasileiras. Os SOS-Mulher nascem a partir da inserção de práticas feministas de grupos de reflexão e autoconscientização em intervenções junto às mulheres vítimas de violência. Também se propunham a realizar, através dos atendimentos e grupos de

³⁰ Segundo Saffiotti (1987, p. 50): “o patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico”.

³¹ Em agosto de 1980 foi inaugurado o Centro de Defesa dos Direitos da Mulher de Belo Horizonte com as características dos SOS Mulher de São Paulo, que data oficialmente de outubro de 1980 (Sorj e Montero, 1985).

reflexão, a transformação da situação de crise vivida pelas vítimas numa tomada de consciência, “inserindo o processo político de discussão e renovação das consciências no interior da própria experiência vivida pelas mulheres” (Sorj e Montero, 1985, p. 104). Os SOS Mulher tiveram vida curta, durando somente até 1983. A partir de 1985, com a implantação da primeira Delegacia Especial de Atendimento à Mulher, o trabalho militante foi sendo substituído por profissionais (Grossi, 1994).

A experiência de feministas que trabalharam voluntariamente junto às mulheres vítimas de violência foi surpreendente. Ao contrário do que se esperava, a maior consciência destas mulheres sobre a desigualdade e subordinação em que viviam não as mobilizou a questionar profundamente os condicionantes dessa situação. O que uma grande parte delas parecia buscar nos atendimentos era uma fórmula mágica, uma receita que consertasse seus casamentos. As feministas foram percebendo que, as mais diversas causas estavam imbricadas nas dificuldades dessas mulheres se desvencilharem das situações que denunciavam³².

Perguntas que as militantes se faziam à época ainda hoje são objetos de polêmica e apontavam para a necessidade de uma complexificação do entendimento das dinâmicas da violência conjugal. As intervenções junto às mulheres não seriam efetivas se se restringissem a uma única perspectiva (no caso, da violência como retrato da dominação masculina), devendo buscar junto às singularidades dos sujeitos envolvidos as causas da violência. As perguntas que passaram a nortear muitos estudos feministas poderiam assim ser resumidas:

“Por que é tão difícil conscientizar as mulheres de sua situação de dependência e subordinação, mesmo quando elas têm condições materiais de viverem autonomamente?” e “Por que muitas mulheres, após denunciarem seus maridos, querem “tirar a queixa” no dia seguinte porque “as coisas melhoraram” e afinal “elas amam seus maridos”?” (Grossi, 1994, p. 479).

O paradoxo que articula violência e relação afetivo-conjugal intriga muitas pesquisadoras do campo da antropologia e várias linhas de indagação para explicar a violência

³² Sorj e Montero (1985), refletindo sobre os “fracassos” dos SOS Mulher, ressaltaram que somente a tomada de consciência da subordinação em que viviam não seria capaz de criar novas realidades para as mulheres. Era preciso criar condições para uma transformação mais global da organização social.

sofrida pelas mulheres foram desenvolvidas pelo pensamento feminista. Os trabalhos que enfocam o tema da violência contra a mulher podem-se agrupar em três linhas. Um primeiro grupo orientou-se para compreender o modo como a justiça opera nos casos de violência; um segundo conjunto focou sua atenção em descrever e refletir as representações femininas acerca da violência, retratadas através da divisão dos que representam a mulher como vítima ou como cúmplice da violência e os que salientam a não universalidade da experiência feminina diante das agressões; e um terceiro núcleo que se dedicou a realizar uma etnografia das agências e instituições governamentais e civis que atuam junto ao tema (Heilborn e Sorj, 1999, p. 213). Antes de abordar as perspectivas analíticas presentes no segundo grupo de estudos sobre a violência contra a mulher, faz-se necessário uma aproximação com a conceituação sobre gênero.³³

3.2.1) A categoria de gênero como instrumento para a análise da violência nas relações erótico-afetivas

O conceito de gênero vem se complexificando desde que foi conceituado por Scott (1990), gerando polêmica e ambigüidade. A princípio, poderíamos dizer que toda discussão sobre gênero gira em torno da “diferença”. Os estudos sobre as diferenças de gênero, como resume Duarte (2003), “apresentam duas tendências polares expressivas: uma primeira lança mão da temática da ‘dominação’ e a outra assume um sentido simbólico da diferença” (p.25). É sobre esta diferença que repousa toda uma imensa discussão filosófica, jurídica, teológica e científica que vem desde Aristóteles, que comparava o sangue menstrual como correlato

³³ Conforme explicitado à página 28, este conceito passou a ser utilizado para compreender as complexidades do fenômeno “violência contra a mulher”.

inferior do sêmen do homem (Laqueur, 2001) até os tempos atuais, onde a diferença sexual se ‘constata’ por imageamento cerebral digitalizado.³⁴

À categoria gênero convencionou-se significar a dimensão dos atributos culturais de cada sexo contrastado com os atributos anatomo-fisiológicos dos mesmos. O aspecto mais importante desses estudos sobre gênero talvez seja o marcado aspecto relacional proposto para ele. Nas palavras de Scott (1990, p.72): “... as mulheres e os homens são definidos em termos recíprocos e não se pode compreender qualquer um dos sexos por meio de um estudo inteiramente separado”.

A importância desse estudo foi permitir uma perspectiva construtivista em oposição a uma essencialista, até então preponderante, que acreditava em papéis sexuais e deixava em segundo plano o caráter arbitrário da cultura na construção de especificidades para cada gênero. As diferenças, pois, são construídas histórica e simbolicamente e absolutamente representam pólos opostos e estanques, o que implica num afastamento da posição essencialista e na possibilidade de transformações e ampliação no exercício das identidades de gênero (Scott, 1990). Essa perspectiva de estudo afirma também que a razão da desigualdade social entre homens e mulheres não está ancorada nas características sexuais entre eles, mas sim na forma como essas diferenças são representadas e valorizadas. A distinção configurou-se como desigualdade e hierarquia.

Se esta nova perspectiva de compreensão implode com a idéia de identidade de gênero monolítica e naturalizada, poderíamos perguntar: que identidade de gênero pressuporíamos, atrás de cada homem e de cada mulher, que estaria engendrando posições –relativamente fixas para cada um- dentro da dinâmica da relação conflituosa conjugal? Poderíamos pensar numa identidade predominantemente orientada por seus aspectos coletivos –de gênero- como motivo principal dos posicionamentos como sujeito ou objeto da violência? Em que medida

³⁴ Revista Veja – Editora Abril – edição 1894, ano 38 – no. 9, 02/05/05. p. 84-95.

aspectos mais eminentemente pessoais estão envolvidos no engendramento da interpessoalidade violenta? É possível o discernimento de onde começa e acaba o individual e o coletivo?³⁵

Mas o que muda quando as fronteiras entre o que a sociedade atribui como papéis de homens e mulheres –e, em conseqüência, comportamentos esperados, vivências de interioridade e dos sentimentos, preconceitos- ficam tão borrados como se verifica atualmente?

Quando se fala hoje que a conceituação sobre gênero está sob fogo cruzado (Butler, 2003) está se criticando, principalmente, a postulação que há pouco tempo parecia inquebrantável, da díade sexo como plano biológico do gênero, este produto da construção sócio-cultural. A crítica centra-se sobre o fato de os estudos feministas, ao renderem-se a um pensamento de oposições, próprio de todo pensamento ocidental, “acreditarem” que essa oposição correspondia a uma diferença real, mesmo sabendo que tudo que admitiam a partir de suas pesquisas era fruto de uma operação cultural. Para Tubert (2003), ao dicotomizarem a questão biológica da questão cultural, o sexo do gênero, as feministas afiaram, no limite do impossível, a navalha divisória entre ambos, gerando distorções diversas e, muitas vezes, não levando em conta que “a dualidade dos sexos se estabelece através de uma história” (p. 9). O conceito de gênero parece ter caído numa armadilha montada ao longo da sua construção: as malhas do essencialismo, combatido e rechaçado por ele (Scott, 1990).

Para Butler (2003), a noção estável de gênero dá mostras de não servir mais para embasar a política feminista. Não cabe mais pensar numa identidade de gênero estável e

³⁵ Fugindo ao escopo dessa dissertação uma discussão mais aprofundada sobre o conceito de identidade, vale ressaltar que, parte dele, esteve sendo discutido de forma imbricada a gênero e tomou como referência nesta dissertação, reflexões de Butler (2003): “O que pode significar identidade? O que alicerça a pressuposição de que as identidades são idênticas a si mesmas, persistentes ao logo do tempo, unificadas e internamente coerentes? Como essas suposições impregnam o discurso sobre as ‘identidades de gênero’? Seria errado supor que a discussão sobre a ‘identidade’ deva ser anterior à discussão sobre a identidade de gênero, pela simples razão de que as ‘pessoas’ só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade do gênero” (p.37).

coerente norteando os objetivos políticos, pois a formação do sujeito ocorre no interior de um campo de poder muitíssimo mais extenso. Ao dizer que alguém é uma ‘mulher’, isso não explica plenamente os traços de sua identidade. O gênero estabelece conexões com modalidades raciais, de idade, ideológicas e de classe. O sujeito do feminismo emergiu como uma necessidade representacional do âmbito jurídico e das reivindicações por poder. Num momento chamado por Butler (2003) de pós-feminista, como o atual, é tarefa árdua do feminismo extrapolar os muros dessa identidade feminina forjada a fim de liberar a mulher das determinações culturais opressivas baseadas em princípios biológicos naturalizadores de condutas e comportamentos esperados para elas.

Parece haver uma espécie de aversão a admitir-se qualquer traço de similitude com idéias que conduzam a um pensamento reducionista como o essencialismo, entretanto não é possível prescindir de ferramentas conceituais que dêem conta de evidentes diferenças entre os sexos. Cada sociedade, em cada época, ofereceu sua versão particular da diferença universal entre os sexos. Gênero, como experiência, trata de uma constante histórica, pois sempre existiram mulheres, sujeitos com um sexo que se sentiram e se entenderam como tal e que se manifestaram de forma diferente dos homens de acordo com práticas coletivas comuns. Acontece que tais construções sociais não se edificam totalmente de modo arbitrário, elas se assentam num dado da natureza. Esta oferece dois sexos, as culturas inventam uma multiplicidade de manifestações para essa dualidade (Agacinski, 1999).

O reconhecimento de padrões de leitura possíveis, sobre homens e mulheres, faria com que as pessoas pudessem saber de suas relações entre o sexo, gênero, prática sexual e desejo, isto é, saber de suas identidades de gênero, definidas a partir dessas relações. A identidade seria, pois, um efeito de práticas discursivas e comportamentais que permitiriam a inteligibilidade de cada pessoa.

As posições teóricas assumidas por Butler (1992; 2003) buscam, a meu ver, priorizar o que Scott (1990), em seus estudos iniciais sobre gênero, propôs, ou seja, desconstruir o caráter permanente da oposição binária masculino-feminino, impedindo assim cristalizações de papéis que dificultam transformações necessárias (já em curso) das relações entre homens e mulheres. Não podemos prescindir, portanto, de utilizarmos o conceito de gênero como categoria analítica destas relações ao discutirmos os vínculos amorosos/conjugais, sejam eles violentos ou não. Masculino e feminino são construções simbólicas e históricas que inexistem separadamente, além disso, homens e mulheres necessitam-se mutuamente para a realização de seus desejos eróticos.

Os estudos sobre a categoria gênero serviram para embasar as perspectivas analíticas em torno da temática da violência contra a mulher como será apresentado a seguir.

3.2.2) Dominação Masculina e identidade de gênero

O segundo conjunto dos estudos feministas mencionado às páginas 30 – 31, remete a duas perspectivas analíticas distintas do fenômeno violência contra a mulher. Uma centrada nas teorias acerca do patriarcado, que corre o risco de engessar posições hierarquizadas para homens e mulheres (servindo de base para argumentos que fortalecem a vitimização e cumplicidade femininas com a violência). A outra, além de focar aspectos dos conflitos identitários de gênero considera também, nas análises da violência afetivo-conjugal, os aspectos subjetivos/idiossincráticos dos sujeitos envolvidos. Embora se observe uma tensão entre estas correntes feministas que estudam a violência contra a mulher, uma análise mais detalhada sugere que elas não são antagônicas, apenas priorizam aspectos distintos do fenômeno.

Um dos textos de referência para a corrente feminista que ficou conhecida como “vitimizadora” é o “Participando do debate sobre violência contra a mulher” de Marilena Chauí (1985). Nesse trabalho, a autora concebe violência contra as mulheres como resultado de uma ideologia de dominação masculina que é produzida e reproduzida tanto por homens como por mulheres. Detendo-se em uma discussão mais filosófica quanto ao estatuto universal da subordinação da mulher, ela desenvolveu uma teoria sobre a constituição da mulher como sujeito, que ocorreria de forma heterônoma³⁶, ou seja, constituindo-se não para si mesma, mas orientada para o outro. Para Chauí, o fulcro da constante subordinação feminina e da “cumplicidade em receber e praticar violências” (p. 47) deriva de um processo de subjetivação feminina –histórica e culturalmente assentado- que a coloca como um sujeito cuja identidade se constitui *sendo para o outro e não com os outros* (p.47, itálico da autora).

Para Chauí, a subordinação das mulheres –fruto de uma ordem normativa que hierarquiza papéis e padrões de comportamento para os sexos- associada à violência estrutural do sistema capitalista, de exploração e miséria, compõe o pano de fundo da violência contra a mulher. Ao serem construídas heteronomamente, às mulheres faltaria autonomia do falar, do pensar e do agir. Esta falta não seria reconhecida pelas mesmas, ficando “submersa numa heteronímia que não se percebe como tal” (p.35). As mulheres exerceriam, por isso, uma certa cumplicidade com a violência e contribuiriam para a reprodução de sua “dependência” porque seriam “instrumentos” da dominação masculina³⁷.

Saffiotti e Almeida (1995) são outras autoras veementes na descrição de exemplos de violência contra a mulher que a representam como vítima do poder do homem. Numa sociedade com valores patriarcais, os homens usariam da violência para controlar as mulheres e submetê-las à sua dominação. Salientando, como já fizera Scott (1990), que o gênero é uma

³⁶ Heteronomia é o contrário de autonomia: ausência de autodeterminação para pensar e agir. Estado de sujeição a uma lei exterior ou à vontade alheia (Houaiss, 2001).

³⁷ Saliento que a teorização de Chauí, de 1985, sobre os mecanismos da assimilação e incorporação da dominação masculina pela subjetividade da dominada, vai de encontro com o que Bourdieu propõe em “A dominação masculina”, lançado em 1998 na França.

maneira de significar relações de poder, Saffioti (2003) enfatiza que a violência de gênero deve ser analisada no contexto da análise da sociedade capitalista, que teria três projetos de dominação/exploração: de classe, de gênero e de raça.

Saffioti (2002) refuta enfaticamente a cumplicidade feminina na construção da violência conjugal. Um possível consentimento da mulher à violência do homem não poderia ser colocado ao nível do indivíduo, mas de toda uma categoria de gênero. Segundo a autora, “portadoras de uma consciência de dominadas, as mulheres não possuem **conhecimento**³⁸ para decidir: elas cedem diante de ameaças ou de violências concretas” (1994, p.446, negrito da autora). Observa-se que apesar de se utilizar amplamente da conceituação de gênero, Saffioti (1994) não abandona o termo “mulher” como categoria historicamente constituída numa posição de sujeição frente ao homem. As teorizações sobre as relações de gênero, para a autora, servem como base explicativa para a dominação masculina, perdendo assim o caráter relacional e menos determinista que o conceito de gênero permite.

Bourdieu³⁹ (1999) foi outro autor que interpretou a vitimização pelo viés da cumplicidade tácita e inconsciente desenvolvida pelo homem/dominador e a mulher/dominada. O homem viril e a mulher feminina são:

“termos das relações sociais de dominação: é à custa de um extraordinário trabalho coletivo de socialização que as identidades distintivas, que a arbitrariedade cultural instituiu, se encarnam em *habitus* claramente diferenciados segundo o princípio da divisão dominante e capazes de perceber o mundo segundo esse princípio” (p.34).

Transcendentes históricos (universalmente partilhados) ou *habitus* são matrizes de percepção, pensamento e ação que reiterariam a dominação masculina com as mulheres aplicando às suas realidades esquemas de interpretação e ação coerentes com a incorporação da lógica das relações de poder (p.45). Os efeitos da dominação simbólica não se exercem

³⁸ Ao mesmo tempo em que refuta a idéia da mulher como vítima ou cúmplice da violência, Saffioti (1994) defende veementemente que a posição de dominada, historicamente construída, impossibilita as mulheres de qualquer consciência ou reação.

³⁹ A utilização do instrumental teórico deste autor deveu-se à semelhança de suas idéias com as das autoras anteriormente apresentadas.

pela via cognitiva-consciente, mas através do *habitus*. A dificuldade de uma revolução simbólica se processar e alterar o *status quo* das relações de gênero se dá devido ao fato de que as disposições duráveis (*habitus*) são inseparáveis das estruturas (“*habitudiness*”) que as produzem e reproduzem. Bourdieu (1999), para explicar o enraizamento das estruturas, recorre a Levi-Strauss⁴⁰ e afirma que devido às sociedades terem se constituído a partir da “troca de mulheres”, estas permaneceram no lugar tanto de objeto como de inferioridade (p.56).

Colocando ênfase nos aspectos da dominação masculina, nos mecanismos do patriarcado ou na cumplicidade estabelecida entre dominador e dominado, os autores⁴¹ apresentados nesta seção não parecem ter integrado aspectos importantes da conceituação de gênero em suas análises, mantendo-se alinhados ao paradigma do patriarcado que pressupõe papéis sociais rígidos, condicionados culturalmente pelas diferenças biológicas entre o homem e a mulher.

3.2.3) Um outro olhar sobre a violência erótico-afetiva: o pioneirismo de antropólogas brasileiras

Gregori (1993) criou um divisor de águas nos estudos feministas sobre a violência afetivo-conjugal quando chamou a atenção para os perigos da convergência na simplificação da análise do “processo de vitimização da mulher”. Entende que ao insistirem em colocar a

⁴⁰ Heilborn (2004) não vê o nascimento da cultura como concomitante a uma derrota feminina, antes percebe a assimetria de gênero como própria a uma ordem lógica da passagem natureza/ cultura que tem na interdição do incesto seu mito fundante. Para a autora, a questão da problemática do incesto nos termos de Levi-Strauss está intimamente relacionada com a questão da universalidade da assimetria de gênero. O problema de regulamentação das relações entre os sexos e da apropriação e troca da fertilidade feminina implica-se de imediato na distribuição de valor entre os gêneros, ficando a mulher, irremediavelmente, no pólo de menor valor (p.34).

⁴¹ Dos autores citados, apenas Chauí (1985) não utilizou a conceituação de Scott (1990) [1988] em suas teorizações.

mulher numa posição reiterada de vítima frente ao homem agressor, militantes e acadêmicas⁴² estariam reforçando estereótipos de fragilidade e incompetência que contribuiriam para a manutenção da situação opressiva vivida por grande parte das mulheres. Vista a princípio como uma inflexão de caminho que poderia enfraquecer as conquistas do movimento, já que potencialmente também responsabilizava a mulher pela violência, a corrente de estudos que se seguiu alinhou vários (as) autores (as) (Grossi, 2000; Soares et. al, 1996; Soares, 1996; 1999; Machado e Magalhães, 1999) e complexificou a abordagem, convidando outras disciplinas, como a psicologia e a psicanálise, para o diálogo com as Ciências Sociais. Estes (as) autores (as) tiveram o cuidado de afirmar, veementemente, a necessidade de fomento às políticas públicas que coibissem e punissem, quando necessário, a violência praticada por homens contra as mulheres. Por outro lado, procuraram não circunscrever a análise da violência conjugal, caracterizado por Soares et. al (1996) como “fato polissêmico”, a uma imagem/cena já cristalizada no imaginário social da díade mulher/vítima e homem/algoz.

Essa corrente enfatiza a não universalidade da experiência do feminino diante das agressões masculinas (Heilborn e Sorj, 1999), evitando considerar as mulheres, a priori, como vítimas. Haveria uma violência específica que se constrói no modo como as relações entre homens e mulheres se tecem no âmbito da conjugalidade e cuja explicação extrapola a naturalização dos papéis sexuais (p. 213). Os estudos estão atentos às narrativas e aos sentidos atribuídos por essas mulheres às vivências de violência infringidas por seus companheiros (Gregori, 1993; Soares et al., 1996; Machado e Magalhães, 1999; Teixeira e Grossi, 2000). Perscrutando esses múltiplos sentidos, investigações quantitativas e qualitativas, pesquisas com entrevistas prolongadas ou pesquisas sobre análises dos registros de denúncias realizadas em DEAMs, nortearam a construção de novas variáveis e dinâmicas que buscaram sofisticar a compreensão do fenômeno da violência afetivo-conjugal.

⁴² Duas autoras que Gregori cita, representantes dessa corrente, são Maria Amélia de Azevedo com o livro “Mulheres espancadas: a violência denunciada”, 1985 e Albertina Costa Oliveira com o texto “Política governamental e a mulher”, 1985.

A tentativa de desnaturalização da categoria “violência contra a mulher” tende a mostrar que a violência não tem o mesmo significado para todas as mulheres. Gregori (1993) foi corajosa ao levantar que, independente de não serem representativos de um quadro geral da violência contra a mulher, alguns casos acompanhados por ela no SOS Mulher/SP revelavam que a violência funcionava como mecanismo de comunicação entre o casal, onde diferentes nuances e motivações poderiam estar atuando. Para a autora, seria a quebra de um pacto estabelecido entre o casal, de reciprocidade de atitudes e posições -formatador de uma ordem e de um sentido-, que geraria o ato violento, na tentativa de reconstituir a antiga ordem. Apreender as ambigüidades e tensões nas relações entre os papéis de gênero “permite entender que os padrões distintos de comportamentos instituídos para homens e mulheres são atualizados em relações interpessoais, ou melhor, entram numa operação combinatória particular em cada relação de violência considerada” (1993, p. 146).

Em muitas relações conjugais onde não há violência explícita, os cônjuges não respeitam a autonomia de cada um. Em relações ditas “normais” é comum observar-se a dominação da mulher ser exercida de maneira sutil. As dualidades (ativo-passivo, algoz-vítima, autonomia/heteronomia) de opostos complementares que marcaram os estudos feministas e alimentam as articulações com os estudos de violência de gênero, não dão conta dos diversos sentidos em jogo nas interações conjugais. A agressão tem múltiplas motivações e manifestações, ela ocorre em determinados contextos onde assume diferentes significados. Ampliar a discussão sobre os significados da violência contra a mulher para além da díade vítima-algoz é tarefa árdua e necessária, que pode ter como efeitos tanto um estímulo à transformação nas relações entre os sexos quanto mudanças na ação política de combate à violência.

A ampliação do campo dos estudos sobre violência contra a mulher no meio acadêmico feminista ocorre no momento em que Gregori (1993) passa a focar não mais a

mulher-vítima, mas a *relação conjugal*, palco das manifestações violentas. A autora, ao questionar sobre a natureza e as dinâmicas dos conflitos conjugais, leva em conta não a posição da mulher ou do homem, mas suas relações, que revelam nuances e ambigüidades das diferenças de gênero e suas relações. O que Gregori e as autoras adiante analisadas enfocam, é uma outra perspectiva para a discussão das relações de gênero entre os parceiros íntimos, onde uma maior maleabilidade nas vivências das identidades de cada é possível.

Utilizando o argumento de Gregori (1993), de que a violência conjugal pode ser uma tentativa de restaurar um sentido de ordem outrora pactuado pelo casal (consciente ou inconscientemente), Machado e Magalhães (1999) avançam problematizando esse sentido que, logicamente, não é unívoco para ambas as partes envolvidas. A violência não seria somente uma forma de re-estabelecer uma ordem previamente acertada, mas de “disputar pelo sentido dessa ordem” (p. 214). Não seria a ordem hierárquica entre os gêneros⁴³ que se tentaria restabelecer com a violência, mas sim repactuar um sentido da ordem distinto para ambos⁴⁴. O enfoque utilizado foi o de privilegiar a relação, isto é, a união e a tensão de dois, nas singularidades de suas histórias onde “são sempre os dois que, ao mesmo tempo, são sujeitos e objetos dessas relações afetivas que incluem violência física” (Machado e Magalhães, 1999, p. 212).

Se a violência está revelando disputas de sentidos da ordem ou disputas de modelos de contrato, “a ‘cláusula’ em debate é a do entendimento da figura masculina como representação e como decisão em última instância” (p. 215). O que se discute aqui é que está em curso uma mudança nas bases tradicionais que definem como esferas complementares de poder e gestão, nas relações familiares, o que deve ser atribuição do homem e o que deve ser

⁴³ Lembro que Chauí (1985) argumenta que a dominação masculina se desenvolveu como consequência do fato das diferenças entre os gêneros se estabelecerem como desigualdades hierarquicamente fixadas.

⁴⁴ A expectativa de que os parceiros compartilhem uma mesma percepção do que seria a “ordem” está baseada em idealizações que cada um faz sobre as identidades masculinas e femininas, que absolutamente coincidem com que cada sujeito é. À medida que ao longo do relacionamento se evidenciam os contrastes e conflitos entre as formulações dessa ordem se estabelecem também as disputas entre ambas, podendo a violência surgir como forma extrema de afirmação última.

da mulher. A noção de ‘chefia’, outrora outorgada ao homem hoje está sendo posta em questão e com ela todo um ‘código cultural’ que via na violência a possibilidade de disciplinarização, seja da autoridade do homem sobre a mulher como dos pais sobre os filhos.

A análise das especificidades da violência de gênero aponta para uma base de conflitos identitários decorrentes das construções sociais, simbólicas e históricas do masculino e do feminino. Mesmo evitando uma visão essencialista sobre o que é o feminino e o masculino, é inegável o caráter arraigado das características identitárias de sexo e que está na base dos conflitos e da violência interpessoal de gênero (Machado e Magalhães, 1999, p. 235).

Gregori (1993; 2003), Machado e Magalhães (1999) e Grossi (1998), ao criticarem a visão padronizada sobre a violência conjugal, baseada na perspectiva da dominação masculina, estão discutindo também os sentidos atribuídos à identidade de gênero do homem e da mulher, além de afirmarem que são as características de gênero de cada identidade que predis põem a cada parceiro ocupar fixamente uma posição. Admitindo sempre essa especificidade de gênero envolvida na violência conjugal, elas querem dar conta de um ‘além’ do gênero nas elucidações da dinâmica violenta desenvolvida ao longo de um casamento. Para tal recorrem à psicanálise, à literatura e a teorias da comunicação, buscando desde interpretações como estruturas tipológicas clínicas a abordagens que visem o estudo dos jogos interacionais mais comuns na dinâmica conjugal⁴⁵. A necessidade de aprofundamento teórico exigiu que as autoras do tema tergiversassem outros campos, estudando sobre questões ligadas à família e à constituição da própria identidade, afirmando veementemente a importância do estudo das subjetividades não só num nível chamado de coletivo, mas num nível que podemos chamar idiossincrático, ou seja, das particularidades de cada subjetividade.

⁴⁵ Grossi (1998) e Gregori (1993) abrem o leque interpretativo da violência conjugal utilizando peças teatrais e obras da dramaturgia como exemplo da interação violenta indo muito além de conflitos de gênero. Machado e Magalhães (1999) relacionam o homem agressor à estrutura clínica lacaniana do obsessivo masculino e da agredida, à estrutura histórica (p. 200-210).

As hipóteses de Gregori (1993) e Machado e Magalhães (1999) apontam para os conflitos identitários de Gênero como base para a resposta do por que as mulheres permanecem casadas com homens violentos. Elas afirmarão uma subjetividade feminina constituída diferentemente à masculina e nessa diferença localizarão o fulcro do problema. Atribuirão a essas diferenças de gênero as características mais gerais encontradas nos casos de violência contra a mulher na conjugalidade. Há, pois, um nível de apreciação do problema que perpassa questões coletivas, genéricas, que serão atualizadas no que poderemos chamar de um campo mais extenso –o das particularidades e singularidades.

Nota-se até aqui similaridades nos argumentos entre essas autoras e Chauí (1985). Por mais que enfatizem as diversas possibilidades de significados que a violência pode assumir para cada mulher, as vivências não se afastam muito de uma experiência coletiva de identidade de gênero. O que parece levar-nos à conclusão de que independente de estarmos atentos às singularidades da experiência individual (onde gênero interage com raça, classe, idade impedindo-nos de falarmos de um homem ou de uma mulher absolutos), há um nível mais geral, coletivo de experiências identitárias de gênero que modelam majoritariamente as relações hierarquizadas entre homens e mulheres.

O que chama a atenção, em resumo, é a concordância de que não há como prescindir de uma abordagem sobre a constituição da identidade de gênero, justamente num momento histórico em que a sociedade sofre mudanças tão rápidas, abalando também os conceitos de gênero e identidade. O eu psíquico sente e deseja, age e se interroga desde uma matriz de inteligibilidade que inclui sempre o que a cultura informa e oferece como vias de significação de si mesmo e do outro (Butler, 2003). Portanto, concluo que o desafio de entendermos o fenômeno violência contra a mulher desde uma perspectiva interacional, onde a mulher é um pólo da relação, exige que nos debrucemos na observação das mudanças históricas em curso que, ao afrouxarem as delimitações identitárias do que é ser homem e mulher, obrigaram uma

revisão das causas atribuídas à específica violência. A partir de colocações de Gregori (1993), Machado e Magalhães (1999) e Chauí (1985), houve uma espécie de pulverização da explicação central para a violência conjugal como um paroxismo da opressão do homem contra a mulher. Esses estudos encontram-se consoantes com os desenvolvidos por autoras como Butler (2003) e Tubert (2003), que lançaram contundentes críticas à conceituação de gênero e sexo como princípios separados. A consonância se apresenta na discussão que ambas as correntes colocam, mesmo que a partir de campos distintos, da imperiosidade em ampliar as possíveis leituras das diversas experiências identitárias, coletivas e individuais, que refletirão na análise de qualquer fenômeno envolvendo homens e mulheres; mulheres e mulheres; homens e homens.

Após vinte anos de profícuos estudos feministas brasileiros sobre a violência contra a mulher, acredito que a polaridade que dominava o campo de estudos foi substituída por um enriquecimento mútuo das perspectivas. Existe, de fato, uma violência específica contra a mulher que expressa paroxismos da relação de poder e controle exercido sobre elas pelos homens (a diferença constelando hierarquias). Existem também outras nuances expressando-se de forma mais visível nas violências que envolvem relações erótico-afetivas. O repertório presente na análise da cena violenta contaria com: “a dominação de gênero, os conflitos gerados e reproduzidos na estrutura familiar, as patologias individuais e os padrões sociais que estimulam a violência” (Soares, 1999, p. 172). Qualquer corrente que se arvore deter a explicação definitiva sobre as causas da violência doméstica contra a mulher não poderá se fechar à complexidade das dinâmicas envolvidas nas experiências vividas.

Após apresentar um quadro amplo, ainda que de modo parcial do debate sobre violência contra a mulher, dirijo-me para a apresentação do contexto onde a pesquisa desta dissertação foi realizada: o Município de Nova Friburgo, Rio de Janeiro, com foco no trabalho de uma Ong: o Ser Mulher.

4) A construção de uma estratégia para o enfrentamento da violência contra a mulher: a experiência da Ong Ser Mulher

Dada a magnitude e crescente visibilidade do problema da violência contra a mulher, vários grupos têm se organizado para a criação de estratégias de enfrentamento. Dentre estes se incluem todos os setores das instituições públicas nas três esferas de governo e no âmbito dos três poderes que estão refletindo e produzindo normas, leis e institucionalizações de projetos. Como exemplos, podemos citar a pioneira iniciativa brasileira das DEAMs, as casas-abrigo⁴⁶ e os Centros de Referência⁴⁷ existentes em um pequeno número nas capitais e quase absolutamente ausentes nas cidades do interior; a Norma Técnica de prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes (MS, 2001); a Lei n. 10.778 de 24 de novembro de 2003 que estabelece a notificação compulsória em todo território nacional para os casos de violência contra a mulher atendidas em serviços de saúde; a elaboração do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres⁴⁸ e mais recentemente a promulgação da Lei Maria da Penha, mencionada em capítulo anterior. Uma análise pormenorizada dessas iniciativas escaparia ao escopo desse estudo. Nesse capítulo enfoco uma iniciativa que emerge do terceiro setor onde a mobilização para essa temática e a questão

⁴⁶ Poucos são os estudos acadêmicos acerca da experiência das casas-abrigo. Um bom exemplo encontra-se em Meneghal et. al., 2000. Casas abrigo constituem-se em uma estratégia importante do enfrentamento da violência contra a mulher. Para essas casas podem ser encaminhadas mulheres em situações de risco junto a seus filhos menores. Trata-se de um serviço de caráter sigiloso e temporário onde as usuárias poderão permanecer por determinado tempo (Brito, 2001).

⁴⁷ Centros de Referência são estruturas previstas para atuar dentro do Programa de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher, elaborado pela Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres do Governo Federal, e visam promover a ruptura da situação de violência e a construção da cidadania por meio de ações globais e de atendimento interdisciplinar (psicológico, social, jurídico, de orientação e informação) à mulher em situação de violência. Devem exercer também o papel de articuladores dos serviços governamentais e não-governamentais (www.spmulheres.gov.br).

⁴⁸ Construído com base nos resultados da Conferência Nacional de Políticas Públicas realizada em 2004, reconhece o papel do Estado como articulador de ações políticas que garantam políticas públicas que alterem as desigualdades de raça e gênero no Brasil. Contém um capítulo específico visando o enfrentamento da violência contra a mulher (Brasil, 2004).

dos direitos da mulher em geral teve e tem uma presença forte, apresentando a experiência de uma organização não governamental em particular.

No interior do Estado do Rio de Janeiro, no município de Nova Friburgo, a ONG Ser Mulher, criada em 1989, vem buscando fortalecer ações locais, regionais e estaduais de prevenção e combate à violência contra a mulher. Através da busca de apoio para a realização de projetos e programas, incentiva a implantação de políticas públicas que atuem diretamente neste grave problema social.

O Ser Mulher nasce como uma proposta organizativa, através da iniciativa de um grupo de mulheres de Nova Friburgo. Inicialmente propunha-se à divulgação das questões de gênero e dos direitos das mulheres em uma região do estado caracterizada pela invisibilidade desta problemática. Nasce, pois, como uma proposta mais próxima dos princípios que regem os movimentos sociais na luta pela erradicação das iniquidades de nosso país e pelo fortalecimento da democracia. Paulatinamente, o movimento foi tomando contornos de organização, sem, entretanto deixar de manter seu compromisso com a transformação social e a articulação com os movimentos sociais. O Ser Mulher, como tantas outras Ongs feministas, representam a institucionalização do movimento feminista.

De 1992 a 1997, recebeu um reduzido, porém permanente apoio para fortalecimento institucional das agências cooperadoras internacionais SACTES – DED (Alemanha), da NOVIB e da Mama Cash, tendo participado das articulações estaduais e nacionais relativas a ECO-92 e a IV Conferência Mundial de Mulher, Beijing. Em 1997 consegue o apoio de Brot fur die Welt (Alemanha) para continuidade de suas ações através do Projeto Crisálida – Educação Social, Perspectivas de Renda e Qualidade de Vida, garantindo a estabilidade de uma pequena equipe e uma maior inserção do trabalho em comunidades carentes do Município (Rotânia e Ecurra, 2006).

A característica do Ser Mulher sempre foi o trabalho com projetos de educação social para mulheres das classes populares. A constatação de que as mulheres do interior eram extremamente desinformadas quanto a seus direitos e tinham tão pouco acesso à assistência à saúde gerava no grupo a necessidade de estabelecer estratégias de ação que pudessem colaborar com a reversão de tão grave quadro. A entidade definiu suas áreas de intervenção social, em termos específicos, na formação de lideranças e acompanhamento do fortalecimento do movimento social e popular de mulheres de Nova Friburgo, assim como da região Serrana do Estado do Rio de Janeiro. A questão do desenvolvimento e a perspectiva de gênero perpassam toda a proposta política institucional e os temas priorizados pela entidade foram organizados em três programas: 1) Saúde, novas tecnologias reprodutivas e genéticas e bioética; 2) Cidadania, direitos e violência contra a mulher; 3) Programa Crisálida: formação de lideranças femininas e comunitárias e desenvolvimento local.

Em termos organizacionais, a entidade é uma organização semi-aberta, composta por sócias colaboradoras que passados dois anos tornam-se sócias efetivas, tendo seus nomes aprovados em uma assembléia geral. Há uma coordenação executiva de programas e projetos e outra de administração e finanças e estas estão envolvidas com as decisões do dia a dia da instituição relacionadas à execução dos programas e projetos institucionais. Algumas sócias efetivas são coordenadoras de programas e projetos e como tais são remuneradas, assim como as coordenações executivas. A diretoria é a instância reguladora e fiscalizadora da entidade que é também composta de membros que não recebem remuneração para tal. O modelo organizativo é considerado matricial por permitir a qualificação interna continuada da equipe levando a que todas tenham uma compreensão geral de todas as temáticas abordadas, independente da especialização teórica e prática profissional de cada uma.

Antes de apresentar o início da construção da estratégia do Ser Mulher para o enfrentamento da violência contra a mulher na região, que compõe o segundo conteúdo

programático da instituição, faz-se necessário nesta pesquisa localizarmos Nova Friburgo⁴⁹. Esta cidade integra um dos 14 municípios da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro. Instalada em 1820 em região acidentada e de difícil acesso teve sua ocupação definitiva a partir da decadência da mineração de ouro e prata de Minas Gerais. Desmistificando a versão oficial das elites locais, a historiadora Lozada (1991)⁵⁰ nega que Nova Friburgo é a história da imigração suíça e alemã. Este contingente populacional sempre foi muito menor que o contingente de população negra, haja vista a região se estabelecer por muito tempo como pólo produtor de café.

Conforme dados do Censo Demográfico IBGE – 2000, considerando a população residente de 173.418 habitantes, estes se dividem por situação de domicílio em 88% como população urbana e 12% como população rural. Quanto à avaliação de seus indicadores sociais, o diagnóstico de Nova Friburgo aqui utilizado teve como base o Índice de Carência dos Municípios (IQM) que avalia e mensura o “quantum de cidadania” é alcançado pela sociedade de cada município. Para tal, considera indicadores relativos a vários temas que incluem entre outros: educação, saúde, habitação e saneamento, mercado de trabalho, lazer. São considerados municípios em estado de carência, aqueles com índice superior a 44,4%. O índice de Nova Friburgo é de 44,6%, próximo aos índices de municípios vizinhos como Teresópolis, de 48,3% e Petrópolis de 44, 4%. Esses índices, que apresentam uma média, considerando a população total do município, têm como limite não dar conta da heterogeneidade existente em sua sociedade, encobrendo contradições sócio-econômicas existentes. Um índice importante para esta pesquisa é o que demonstra o número de mulheres

⁴⁹ Os dados de Nova Friburgo aqui apresentados foram compilados por Maria Fernanda Escurra e Alejandra Rotânia (atuais presidente e coordenadora executiva do Ser Mulher) para realização do relatório “Diagnóstico sócio-econômico da Região Serrana-RJ”, com apoio de Pão para o Mundo, 2004. Elas utilizaram como fonte: Estado do Rio de Janeiro – Informações Gerais do Governo do Estado do Rio de Janeiro/SEPDET/CIDE, 2002.

⁵⁰ Apud Rotânia e Escurra (2004), LOZADA, G. Presença Negra: Uma nova abordagem da história de Nova Friburgo. Editora Universitária – EDUFF / Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1991.

responsáveis pelos domicílios, que em Nova Friburgo coincide com números nacionais: 27,35%.

Nova Friburgo foi tradicionalmente voltada para a indústria têxtil e teve um parque industrial de peso que entrou em declínio nos anos 80, devido ao acirramento das políticas econômicas brasileiras e à abertura para entrada de produtos importados. Nos anos 90 a indústria da moda íntima retorna à tradição têxtil em uma outra escala, espalhando-se para municípios vizinhos e abarcando desde grandes confecções a outras denominadas de “fundo de quintal”. O pólo da indústria de moda íntima corresponde aproximadamente a 20% da produção nacional e volta-se também para o mercado internacional. É importante ressaltar que a indústria têxtil ocupa tradicionalmente mão de obra feminina e que o resultado da crescente precarização das condições de trabalho tem aumentado o número de trabalhadoras a domicílio. As profissionais recebem as peças para costura em suas casas e com suas próprias máquinas executam o serviço recebendo o pagamento pelo número de peças produzidas.

Segundo dados do departamento de epidemiologia de Nova Friburgo apresentados para a formulação de seu Plano Municipal de Saúde, no período de 2002/2005, o índice de mortalidade materna do ano de 2000 foi de 105,3 mortes maternas por 100.000 nascidos vivos, o que coloca Friburgo com um índice que é o dobro da média nacional, que desde 1985 não vem apresentando modificação, estando em torno de 50 mortes maternas por 100.000 nascidos vivos, segundo MS/DataSUS(2001). Se admitimos que o índice de mortalidade materna é um dos mais sensíveis indicadores das condições de vida da população feminina, esse índice em Nova Friburgo reflete a desarticulação e a qualidade inadequada da assistência à saúde prestada à mulher no ciclo gravídico-puerperal e predispõe pensarmos o quão desorganizado e invisível são as outras áreas de assistência à mulher no Município.

Conscientes da precariedade econômica-social e da desmobilização política de Nova Friburgo, o Ser Mulher estabeleceu algumas estratégias para aumentar a visibilidade da

problemática da violência contra a mulher e seus direitos e também para possibilitar a capacitação de seu quadro técnico quanto a esta temática. Foram realizados nos anos de 1998, 1999 e 2000, três seminários denominados “Chamado à Ação Conjunta I, II e III”, que contaram com o apoio da Rede de Saúde das Mulheres Latino-americanas e do Caribe – RSMLAC, da FAPERJ e da Escola de Serviço Social da UFRJ. Reuniram-se especialistas na temática da violência de gênero, militantes e representantes de instituições públicas e civis envolvidas com o tema visando fomentar um amplo debate e propor estratégias para o enfrentamento do problema. Estes seminários foram decisivos na formulação do projeto “Solidariedade e Cidadania para as Mulheres”. Algumas táticas⁵¹ também utilizadas pelo Ser Mulher para o enfrentamento de problemáticas em todas as suas áreas de atuação incluem: protestos, proposições de políticas públicas junto a fóruns e conferências regionais e estaduais, projetos de educação popular em saúde e direitos da mulher, pressão política para a instalação do NIAM e implantação de uma DEAM em Nova Friburgo.

Em 2000, o Núcleo Integrado de Atendimento à Mulher (NIAM)⁵² se instalou em Nova Friburgo graças à forte pressão do Ser Mulher e do movimento de mulheres junto a Prefeitura Municipal. Sua atuação foi pífia até que a partir de 2001, com o Projeto Solidariedade e Cidadania e Direitos para as Mulheres, a atuação dos profissionais do NIAM foi paulatinamente atingindo os níveis do que era esperado. Utilizando-se da prerrogativa concedida pelo CEDIM, agilizou ações favoráveis às mulheres vítimas de violência junto à defensoria pública.

⁵¹ Um outro exemplo de tática foi a elaboração e publicação, em 2005, do Guia de Formação de Rede para a prevenção e erradicação da violência de gênero, baseado na experiência do Programa Cidadania, Direitos e Violência Contra a Mulher, voltado para os interessados em construir um trabalho estratégico semelhante para o enfrentamento da violência de gênero em seus municípios.

⁵² O CEDIM engloba, entre seus programas, o CIAM – Centro Integrado de Atendimento à Mulher, serviço voltado para a ampliação da cidadania feminina por meio do oferecimento de serviços de atendimento e orientação sobre os direitos da mulher, especialmente na luta contra a violência doméstica e sexual. As mulheres atendidas no CIAM têm o acesso à Justiça facilitado graças ao convênio assinado entre o CEDIM e a Defensoria Pública do Estado. O CEDIM vem ampliando os serviços de atendimento à população feminina em outros municípios do Estado do Rio de Janeiro por meio dos NIAMs (são CIAMs municipais), em parceria com as prefeituras locais e que têm as mesmas prerrogativas dos CIAMs.

Nunca foi objetivo do Ser Mulher ocupar o lugar do Estado e aí se encontra uma característica importante das relações entre poder público e ONGs, de forma geral. Ao mesmo tempo em que as relações entre ambos têm um viés de cooperação, há uma tensão inevitável. As ONGs, agindo como agentes catalizadores e formuladores de políticas sociais deparam-se com dificuldades que também têm surgido para o Ser Mulher: a descontinuidade administrativa, caracterizada pela mudança freqüente das chefias e dos profissionais diretamente ligados aos serviços, que dificulta a consolidação das parcerias de trabalhos firmados e a eficaz implantação de programas além de certa tradição clientelista que permite a escolha de recursos humanos e utilização dos Serviços com fins de barganha política ou apadrinhamento de aliados.

Como exemplo recente dessa cooperação entre Ong e poder público, em 2005, o Programa Cidadania, direitos e violência contra a mulher assessorou a Secretaria Municipal Pró-cidade de Nova Friburgo a elaborar o projeto de solicitação de um Centro de Referência da Mulher (CREM) junto a Secretaria Especial para as mulheres do Governo Federal que foi aprovado e inaugurado em agosto de 2006. Foi elaborada uma proposta de capacitação da equipe interdisciplinar que comporia esse Centro e de assistência e interlocução após o início do funcionamento do mesmo.

Se por um lado os resultados da parceria que o Programa teve com o NIAM dão esperanças para a viabilidade da parceria entre Ong e setor público, o que vem ocorrendo em relação ao CREM⁵³ e as recentes negativas por parte de agências de cooperação de renovarem o apoio ao Programa levantam questionamentos no seio da própria trajetória do Ser Mulher como ONG.

⁵³ Uma série de atropelos caracterizados pelo despreparo, apesar da boa vontade, dos profissionais contratados pela Prefeitura para a implantação do CREM e pela dispensa do advogado e da psicóloga do NIAM, capacitados ao longo de cinco anos de atuação junto ao Programa como membro da Rede Multisetorial de atendimento às mulheres vítimas de violência de Nova Friburgo (REMUV, que será adiante comentado), demonstram um descompasso entre o idealizado conjuntamente entre Ong e Prefeitura e o que se torna realidade.

Segundo Alvarez (1998) aponta, é um imenso desafio para as Ongs feministas manterem sua dupla natureza de movimento e instituição, ou seja, conjugar de forma equilibrada as atividades contestatórias próprias aos movimentos e a expansão de suas relações técnicas com o Estado e com as instituições de cooperação internacional. Cobrar do Estado, assessorá-lo tecnicamente e monitorar suas ações tornam-se cada vez mais, em um contexto de diminuição do papel do Estado, demandas quase impossíveis de serem satisfeitas pelas Ongs que se fragilizam continuamente por dependerem visceralmente da cooperação internacional ou de órgãos financiadores nacionais.

5) **Objetivos e Metodologia**

5.1) Objetivo geral

O objetivo geral dessa pesquisa constitui-se em analisar uma estratégia voltada para a atenção a mulheres vítimas de violência empreendida por uma Ong do interior do Estado do Rio de Janeiro.

5.2) Objetivos específicos

São dois os objetivos específicos. O primeiro é descrever uma intervenção orientada para enfrentar a problemática da violência contra a mulher no interior do Estado do Rio de Janeiro. O outro objetivo é apreender a percepção e a atribuição de significados das usuárias do Serviço telefônico anônimo, o Disque-Mulher, quanto as suas vivências de violência conjugal à luz da literatura feminista brasileira contemporânea. Um último objetivo específico refere-se à contribuição de aportes provindos da clínica psicoterápica de mulheres com histórias de relações conjugais violentas e os significados por elas atribuídos para suas experiências.

5.3) Metodologia

Esta pesquisa constitui-se num estudo qualitativo, exploratório, acerca de uma iniciativa de enfrentamento do problema da violência contra a mulher a partir da experiência de uma Ong e das informações que são produzidas pelo atendimento telefônico de um serviço de apoio, orientação e encaminhamento para as mulheres nas áreas de direitos e violência. Além de descrever todo o histórico da implantação da estratégia, enfatizo as mudanças,

desencadeadas a partir de minha entrada como assessora psicológica do Programa Cidadania, direitos e violência contra a mulher, na metodologia de coleta e registro das informações obtidas nos telefonemas. Todo esse percurso será detalhado no próximo capítulo.

Não realizei nenhum registro mais pormenorizado de minha participação no Programa, ou seja, todas as análises dessa dissertação são fruto de minha observação participante do funcionamento do Disque-Mulher (doravante, DM) e da execução dos objetivos do Programa. Frequentei assiduamente o Programa uma vez por semana no período de agosto de 2003 a dezembro de 2005. Realizei alguns atendimentos telefônicos em esquema de plantão, mas logo me dispus a atender telefonemas específicos de orientação psicológica agendados pelas outras plantonistas. Muitos desses telefonemas foram escutados pela equipe e serviram como capacitação. No ano de 2006, apesar de haver diminuído minha presença junto ao Serviço, estive envolvida com todas as atividades, tanto as previstas no Programa (capacitações e sensibilizações em municípios vizinhos, realização de um *folder*, organização de dois seminários, palestras em eventos e entrevistas para mídia local) como as de cunho de cooperação e parceria com outros órgãos ou instituições (assessoramos a implantação do Centro de Referência da Mulher de Nova Friburgo) e avaliações dos resultados do Programa junto à coordenadora geral e a assessora jurídica do mesmo.

É claro que o fato de desejar transformar esta experiência em um produto acadêmico me levou a estar atenta e disposta a realizar análises do processo vivido. Os registros de algumas observações do cotidiano de funcionamento do DM começaram a ser feitas após a indicação de sua realização durante a banca de qualificação. Resgatei a memória de minha participação e juntamente com o resultado das entrevistas e supervisões, pude desenhar a experiência do Serviço DM a partir da vivência de sua equipe.

Foram utilizados três métodos para a análise desta experiência. O principal consistiu na análise dos registros telefônicos que compõem um banco de dados de 1274 registros

divididos em duas partes, como será descrito adiante. Esses dados constituem-se como dados secundários já que não foram coletados com o objetivo de serem utilizados nesta dissertação. Esses dados são coletados desde o início do Projeto Solidariedade e Cidadania para as Mulheres e serão apresentados conforme foram categorizados e registrados pela Coordenação geral do Programa. Os outros dois métodos utilizados desenvolveram dados primários, coletados especificamente para a composição desta dissertação.

O segundo método utilizado foi a realização de entrevistas com algumas participantes da equipe anterior e atual de plantonistas do DM, a partir de instrumento semi-estruturado, objetivando apreender suas percepções, que, na verdade, são uma mediação entre a usuária que fala e o próprio registro. As entrevistas foram realizadas na Ong, transcritas e analisadas a partir de categorias previamente estabelecidas, a saber: a motivação para o exercício da função de plantonista, a avaliação da capacitação, as perspectivas sobre o tema violência contra a mulher anteriores ao exercício da função e as dificuldades sentidas no atendimento telefônico.

O terceiro método constitui-se de gravações e transcrições de duas supervisões. Descrevo duas supervisões que foram gravadas em junho e agosto de 2006 e das quais participaram na primeira: a assessora jurídica do Programa, uma promotora legal popular, uma advogada voluntária, uma psicóloga voluntária, uma psicóloga que estagiava para atuar como a psicóloga do futuro Centro de Referência da Mulher (prestes a ser inaugurado em Nova Friburgo), uma estagiária de psicologia da Universidade Estácio de Sá e eu. Na segunda supervisão, participaram as mesmas pessoas mais a coordenadora geral do Programa. Foram as primeiras supervisões em que a advogada voluntária e a estagiária de psicologia participavam, sendo que o restante do grupo já havia participado de várias supervisões anteriores. As supervisões são momentos em que as coordenações ouvem e esclarecem

dúvidas gerais, discutem as dificuldades cotidianas, casos mais difíceis, encaminhamentos e situação política municipal.

Toda a equipe foi consultada no sentido de que seriam realizadas gravações das supervisões e entrevistas com vistas da minha pesquisa e não houve nenhuma negativa para a proposta. Todas as participantes assinaram um termo de consentimento, cujo modelo se encontra em anexo.

5.3.1) A coleta e registro das informações

Minha experiência como psicoterapeuta e médica homeopata inspiraram a formulação das características de uma nova escuta e nova forma de registrar os relatos do DM. Características da escuta clínica como a paciência para perscrutar e esperar a emergência do particular, do idiossincrático da experiência humana; o acolhimento do singular e muitas vezes de bizarros comportamentos e reações, foram transportadas para o momento do atendimento telefônico. Parecia-me que a atitude dessa nova escuta, somada ao registro mais minucioso dos relatos, poderia ampliar a compreensão sobre as dinâmicas das relações que envolvem a violência conjugal, inclusive o porquê de sua longa duração.

A outra fonte para a formulação da estratégia dos registros telefônicos foram as reflexões de Soares et al. (1996), que critica a “folha de atendimento” das DEAMs, interpretando-a como um instrumento restritivo de coleta de informações, conforme visto anteriormente.

Mas como pensar o atendimento e simultaneamente transformá-lo em informação qualificada? Como seriam os registros? O que seria captado nesses relatos se os mesmos não tivessem nenhuma padronização previamente estabelecida? Se a única advertência dada às plantonistas fosse relativa à necessidade de uma cautela frente aos impulsos em prescreverem

condutas às usuárias? Que “vítima” se delinearía através dos relatos sem as amarras condutivas de uma folha de atendimento por preencher? Poderíamos traçar o retrato da vítima típica que recorre ao DM? Tais reflexões encorajaram a proposta de uma maneira mais livre de colher e registrar as informações dos telefonemas.

O banco de dados mais geral do DM constitui-se de registros de 1274 telefonemas realizados no período de fevereiro de 2001 a outubro de 2006, e doravante será chamado de banco de dados geral. Cada telefonema corresponde a um cadastro preenchido pela plantonista e a um registro no banco de dados. Ele foi criado para monitorar o DM e dar visibilidade ao problema da violência contra a mulher no município de Nova Friburgo. O banco de dados geral e sua formatação foram idealizados pela coordenadora geral do Programa, Laura Mury, e são operados por ela e também pela assessora jurídica do Programa, Alessandra Muniz. Elas receberam a colaboração de um sociólogo da Faculdade Santa Dorotéia/NF, que trabalha em um projeto de análise de dados sobre violência no Município e interessou-se em consolidar os dados e formatar tabelas e gráficos para o Banco de Dados geral do DM. Ressalto, portanto, que os dados apresentados por esta pesquisa, referentes ao banco de dados geral, não sofreram uma análise por parte da pesquisadora.

Em relação ao telefonema propriamente, por tratar-se de um serviço anônimo, nunca é perguntado o nome da mulher que liga. As perguntas referentes à identificação são feitas à medida do possível e muitas vezes são deixadas para o final do telefonema, quando as plantonistas explicam às usuárias a importância da obtenção de dados que justifiquem o fortalecimento de políticas relacionadas à violência contra a mulher. Em princípio, todos os registros têm em comum os dados referentes à identificação do perfil da usuária, a saber: idade, escolaridade, atividade/profissão, estado civil, motivo principal do telefonema, tipo de violência, como entraram em contato com a existência do DM e qual o encaminhamento realizado pelas plantonistas. Devido à dramaticidade de alguns telefonemas ou à recusa das

usuárias em responder a algumas dessas perguntas, muitos registros não possuem alguns desses dados.

Com a mudança metodológica no coletar e registrar os relatos introduzida em 2004, foi possível ampliar as informações contidas em 413 registros, correspondendo ao período de janeiro de 2004 a outubro de 2005, analisados pela pesquisadora e que será chamado doravante como banco de dados específico.

A apresentação dos dados se dará, portanto, em dois momentos. Num primeiro, a partir dos 1274 registros do banco de dados geral, apresentarei um perfil sócio-econômico-cultural da usuária e num segundo momento, quando da análise do banco de dados específico, apresentarei considerações de caráter qualitativo elegendo temas prevalentes que emergiram dos relatos pela frequência na repetição de certos padrões de histórias. Em outras palavras, situações típicas relatadas nos telefonemas serão selecionadas para análise temática das experiências das usuárias do DM.

Os registros do banco de dados específico são manuscritos sem a adoção de um roteiro pré-estruturado e privilegiam a liberdade de expressão das usuárias, muitas vezes, captando a construção de narrativas ricas em particularidades, a partir das vivências dessas mulheres, conforme será analisado posteriormente. As plantonistas transcrevem o que as mulheres dizem da forma mais fidedigna possível, entretanto, é inerente um grau de perda entre o que é falado e o que pode ser registrado em tempo real.

O registro implica na intermediação daquelas que ouvem, apresentando diferenças em termos de riqueza de detalhes, de acordo com a autora do mesmo. Até o momento, nem todas as plantonistas conseguiram ou se dispuseram a realizar a transcrição dos relatos de maneira organizada e mais fidedigna. Seja por dificuldade ou por indisponibilidade, algumas transcreviam relatos bastante pontuais que apenas permitiam a codificação de dados identificatórios, reconhecer o motivo do telefonema e o encaminhamento realizado. Esses

registros telegráficos, praticamente iguais aos anteriores à proposta de mudança metodológica, são retratos da difícil assimilação, por parte de algumas plantonistas, do que se pretendia com a mudança. Há relatos extensos, outros mais curtos, relatos de mulheres que ligam inúmeras vezes, compondo uma longa história, casos em que as mulheres ligam para perguntar acerca de seus direitos, registros onde os relatos não têm coerência e ficamos sem saber se foi uma falha da plantonista ou de quem digitou. Apesar das dificuldades os registros hoje em dia têm uma maior homogeneidade e qualidade no conteúdo.

O Banco de Dados do Serviço DM é, portanto, um banco heterogêneo como é a maior parte dos bancos analisados por pesquisadores brasileiros (Brandão, 1996; Soares et. al. 1996). Estes complementaram as informações através de entrevistas estruturadas ou semi-estruturadas, realizando análises as mais variadas possíveis, geralmente recorrendo a conceitos psicanalíticos na busca de um maior entendimento das dinâmicas violentas (Grossi, 1999; Soares, 1996; Machado e Magalhães, 1999). A heterogeneidade do banco de dados do DM é compensada pela ampliação de informações obtidas devido à liberdade com que a usuárias relatam seus dramas às plantonistas. Além disso, ele é um banco grande, retrata a realidade de uma cidade do interior do Rio de Janeiro e tem uma série histórica que permite que avaliemos prevalências de temáticas de forma quantitativa e qualitativa.

6) A experiência do serviço telefônico anônimo Disque-Mulher

6.1) Origem, desenvolvimento e estrutura atual do Disque-Mulher

No ano de 1995, com embasamento nos direcionamentos da Conferência Mundial das Mulheres e após ter participado da Convenção Fluminense pela Cidadania Feminina, contribuindo desde o interior do Estado, o Ser Mulher obteve recursos da agência alemã Unvertherlain para a implantação do primeiro Serviço Telefônico de Orientação e Apoio nas Áreas de Direito e Violência contra a Mulher do Estado do Rio de Janeiro chamado “Disque-Mulher”, implantado no início de 1996. Até então não havia serviços diferenciados para as mulheres da região. O projeto contava com poucos recursos, apoiando-se fortemente na militância, pois a entidade não tinha verbas para sua sustentação institucional em longo prazo.

Inicialmente o DM oferecia informações gerais sobre emprego, creches, obtenção de documentações, separação judicial, saúde, direitos e orientação para os casos de violência doméstica. Desde a origem, o serviço tinha também uma função de “escuta” e de “diálogo”, aparentemente proporcionando alívio para a solidão e elementos para a construção de uma percepção social dos problemas de gênero. Nesta época, duas militantes fundadoras da instituição realizavam os atendimentos em esquema de revezamento de plantões. Os primeiros dois anos foram de muita entrega pessoal e profissional das integrantes do Ser Mulher. Nos anos seguintes, entre 1998 a 2000, o DM não contava mais com apoio financeiro. Continuou funcionando com base no voluntariado de pessoas ligadas à instituição, muitas não interessadas no tema, mas cientes da necessidade de manutenção do atendimento, haja vista a inexistência de qualquer política pública relacionada ao problema e o fato de usuárias continuarem ligando. Analisando os arquivos desta época, observa-se a implementação do projeto ocorrendo de forma artesanal. Várias planilhas de registro dos telefonemas foram tentadas e abandonadas. À medida que encaminhamentos para as áreas de saúde e justiça se

tornavam necessários, foram sendo realizadas visitas às instituições públicas pertinentes e criados fluxogramas para as situações mais típicas relacionadas à violência doméstica contra as mulheres, crianças e adolescentes.

Neste primeiro momento do DM (1996-1997), a sistematização dos dados, embora precária, possibilitou identificar o tipo de demanda e o perfil da usuária, além de reafirmar a importância da continuidade do serviço. A maior parte da demanda telefônica era relativa à procura de emprego, seguido de questões ligadas aos direitos, principalmente os familiares e os que diziam respeito à violência doméstica. Esta experiência confirmou tanto a necessidade da continuação do DM como também da articulação entre os serviços públicos de saúde, jurídico e segurança para onde pudessem ser encaminhadas as mulheres que nos telefonavam.

No ano de 2001, com o apoio da agência “Comitê Alemão do Dia Mundial da Oração das Mulheres”, o Ser Mulher desenvolveu o projeto “Solidariedade e Cidadania para as Mulheres” com o objetivo de realizar ações que viessem a solidificar o trabalho já desenvolvido através do DM. Este projeto incluía a organização de uma Rede Multisetorial de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência, denominada REMUV⁵⁴, formada por serviços públicos de justiça, segurança e saúde para encaminhamento das mulheres que buscam orientação e apoio através do “Disque-Mulher”. O Projeto, conforme aprovado pela agência financiadora, previa ações centralizadas pelo Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM), no Rio de Janeiro, compondo uma rede estadual com vários Disques, serviços de saúde, segurança e justiça, públicos e privados. Houve, entretanto, uma desmobilização das ações do Rio de Janeiro após a demissão do Secretário de Segurança Pública, Luis Eduardo Soares e toda equipe da Secretaria, incluindo a Subsecretária de Segurança Feminina, Dra. Bárbara Soares.

⁵⁴ Ver em ANEXO a diagramação atual da REMUV. Ao longo da construção dessa Rede, várias visitas às instituições foram realizadas e convênios, com pactuação de compromissos, foram assinados. Cabe aqui ressaltar que devido à alta rotatividade das chefias e funcionários das instituições públicas, as visitas tiveram de ser continuamente realizadas assim como reuniões trimestrais com representantes das instituições a fim de animar e fortalecer a Rede.

O Projeto, sem a coordenação central do CEDIM, instituiu uma coordenação local para desenvolver as ações previstas sem a parceria anteriormente estabelecida.

A partir da implementação do novo DM, notou-se que dados como escolaridade, estado civil, idade, profissão, motivo principal do telefonema, bairro de moradia e fonte de conhecimento da existência do serviço eram de suma importância para embasar e aumentar a visibilidade da violência contra a mulher no Município. A invisibilidade do problema foi comprovada através das primeiras visitas das técnicas do projeto aos serviços que deveriam constar da REMUV. Notadamente, a Delegacia Civil e o Hospital Municipal não reconheciam, na época, a magnitude da existência da violência contra a mulher no Município. Não existiam estatísticas oficiais nem oficiosas para o problema, a imprensa incluía a violência contra as mulheres apenas em suas páginas policiais e as mulheres vítimas eram, muitas vezes, apresentadas à sociedade como aquelas que foram as provocadoras do fato. Havia uma necessidade urgente de dados que pudessem embasar a pressão por implantação de políticas que a Ong realizava. Paulatinamente desenvolveu-se uma maior sofisticação na coleta e consolidação das informações obtidas nos telefonemas.

Iniciativas, nem todas previstas no Projeto inicial, foram implantadas com o objetivo de reverter o quadro acima descrito. Dentre elas destacamos: informatizar o banco de dados para quantificar e retratar a mulher vítima de violência do Município; preparar material informativo sobre a violência contra a mulher; divulgar o serviço telefônico e as informações obtidas através do banco de dados do atendimento telefônico na imprensa local; preparar um dossiê sobre a violência de gênero no Município e Região Serrana; realizar um Seminário Municipal sobre a prevenção e Erradicação da Violência contra a Mulher; criar parcerias com as universidades locais no intuito de oferecer estágio para as áreas de psicologia e direito no atendimento do DM e abrir espaço para estudos acadêmicos relacionados à violência contra a

mulher⁵⁵; além de realizar manifestações públicas para a garantia de políticas públicas para as mulheres.

Todas estas ações foram satisfatoriamente executadas conforme planejadas através do “Projeto Solidariedade e Cidadania para as Mulheres” durante três anos (2001-2003), culminando com a renovação do apoio do Comitê Alemão do Dia Internacional da Oração das Mulheres. Em 2004, o projeto foi transformado em um Programa⁵⁶ Institucional, o “Programa Cidadania, Direitos e Violência contra a Mulher”.

Atualmente, o Programa mantém as ações em nível municipal e vem se expandindo para outros municípios da Região Serrana. Para tanto, foram feitas visitas aos municípios interessados e realizadas várias oficinas visando a formação de grupos de mulheres para a construção de trabalhos estratégicos semelhantes para o enfrentamento da violência de gênero. O Programa também acolheu projetos de curta duração⁵⁷ no tema da violência contra a mulher e que foram desenvolvidos pela entidade através de: fóruns, seminários, oficinas de capacitação, programas radiofônicos e televisivos, artigos, *releases* para a imprensa em geral, palestras, diversas ações comunitárias ativistas exemplificadas como passeatas, panfletagens, abaixo assinados e manifestos à população. Essas ações tiveram o apoio da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos; Rede de Saúde da Mulher Latinoamericana e do Caribe; Fundo Ângela Borba; Coordenadoria Ecumênica de Serviço; agência alemã Pão para o Mundo; Universidades; Sindicatos e imprensa em geral.

No segundo semestre de 2003, a equipe do Projeto iniciou um processo de avaliação dos últimos três anos de atuação, preparando-se para mais um triênio de atividades, enquanto

⁵⁵ Monografias de graduação nas áreas de psicologia e direito, além de apresentações em seminários e encontros nacionais relacionados ao tema constam dos resultados do Projeto.

⁵⁶ Dentro da instituição, a transformação de um projeto em programa implica em uma maior abrangência geográfica e extensão das ações além de uma vinculação com a sustentabilidade institucional.

⁵⁷ Por ocasião tanto do dia 28/05, dia internacional da saúde da mulher e nacional de combate à mortalidade materna e do dia 25/11, dia internacional de combate à violência contra a mulher, o Ser Mulher recebe pequenos apoios financeiros (geralmente da RSMLSAC e da RedeSaúde) para realizar sozinho ou em parceria ações pontuais e articuladas relacionadas aos temas. Por exemplo, a composição de um *folder* sobre direitos reprodutivos ou violência de gênero para ser distribuído em manifestações públicas e eventos.

aguardava a aprovação do apoio da mesma agência financiadora. O grupo era formado pela coordenadora geral, que se mantém a mesma até hoje; pela, na época, estagiária de direito e hoje assessora jurídica do Programa e eu, que além de sócia efetiva da ONG há quatro anos, coordenara o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) de Nova Friburgo, entre janeiro de 2001 a abril de 2003, período no qual tive oportunidade de aproximar-me do então Projeto Solidariedade e Cidadania para as Mulheres. Como coordenadora do PAISM facilitei a integração de serviços de saúde ligados às áreas de ginecologia e saúde mental a REMUV. Somente com minha saída da coordenação é que pude fazer parte da equipe do DM, tornando-me assessora psicológica a partir de fevereiro de 2004. A advogada que fizera parte da equipe durante os dois primeiros anos do Projeto afastara-se no último ano por questões médicas, tendo participado pouco da avaliação e planejamento do Projeto para o novo triênio.

As discussões de avaliação e planejamento ocorriam semanalmente. Questões relativas ao modo de funcionamento do DM, onde se observava uma não homogeneidade de atitudes das plantonistas, tanto no atendimento dos telefonemas, quanto em seus registros; uma certa falta de compromisso das estagiárias –salvo exceções- quanto aos horários de seus plantões; a ameaça de não continuidade do apoio por parte da entidade financiadora à instituição e ao projeto; a constatação da necessidade de uma nova abordagem na forma de registrar os telefonemas e de conduzir as supervisões, a percepção de que se tinha acesso a um vasto material de informações que se perdia por falta de metodologia de apreensão e análise, levaram a equipe a reformular alguns pontos essenciais no que tangem a metodologia dos atendimentos, registros dos telefonemas e supervisões.

A equipe coordenadora, após algumas discussões, introduziu uma nova metodologia no atendimento do DM determinando que o registro fosse realizado da maneira mais fidedigna possível em relação à fala das mulheres, com um mínimo de intervenções durante o

relato. Nesses telefonemas, as mulheres tinham a oportunidade de verbalizar seus dramas, permitindo o vislumbre de uma nova realidade. Uma espécie de reflexão onde, pouco a pouco, a dimensão de seus problemas e sua dinâmica iam se clarificando.

Outra característica marcante da mudança no Programa foi o avanço na direção da interdisciplinaridade. As reuniões que constavam a princípio apenas da coordenação, assessoria jurídica e psicológica, passaram, ao final, a ter a participação também das estagiárias e voluntárias. Essa ampliação acabou transformando as reuniões numa espécie de supervisão. Conforme será detalhado adiante, nessas supervisões iniciais discutiram-se as dificuldades enfrentadas pelas plantonistas no dia a dia do atendimento, desde as encontradas no momento de realizarem os encaminhamentos para os serviços públicos até a necessidade de desenvolver novas competências a fim de minimizarem uma carga de angústia proveniente das múltiplas demandas apresentadas pelas usuárias, num único telefonema.

Procurar compreender por que as mulheres se mantêm casadas ou em relações estáveis com seus companheiros violentos parecia garantir às plantonistas uma maior neutralidade na condução de suas orientações nos campos da psicologia e do direito. Algumas estagiárias e voluntárias expressavam grande desconforto e ansiedade ao depararem-se com relatos em que as mulheres não queriam a separação de seus cônjuges. As ouvintes⁵⁸ dessas longas histórias de violência e violação dos direitos humanos foram percebendo, de forma semelhante às militantes dos SOS Mulher, que o entendimento sobre as dinâmicas de violência dentro das relações erótico-conjugais é mais complexo e intrigante do que suposto. Conforme sugerido na literatura (Gregori, 1993; Grossi, 1998), a lógica ‘alcoz-vítima’ nem sempre se configurava claramente e muitas mulheres resistiam à idéia de separação do marido-agressor.

Minha experiência como psicoterapeuta e a leitura de textos feministas que relatavam a experiência dos SOS Mulher e os atendimentos em DEAMs (Soares et.al., 1996; Brandão,

⁵⁸ Ao longo do texto há a utilização dos termos atendentes, plantonistas e ouvintes referindo-se todos às pessoas que atendem os telefonemas do DM. Quando há a necessidade de referências mais específicas em relação à coordenação e assessoria, estas são realizadas.

1998; Sorj e Montero, 1985; Gregori, 1993) orientaram o treinamento e supervisões das plantonistas para a construção de elementos balizadores que facilitassem uma leitura mais inteligível das experiências de violência relatadas pelas usuárias do DM, que muitas vezes demonstravam confusão e dificuldade para a articulação de suas idéias. Era imperioso, no processo de compreensão deste fenômeno pelas plantonistas, assimilar que romper o ciclo desta violência constitui-se numa trajetória prolongada e marcada por hesitações. Oferecer a essas mulheres uma escuta paciente e disponibilizar, de acordo com as necessidades de cada caso, opções e recursos institucionais seria certamente uma maneira de aumentar as chances das usuárias do DM encontrarem uma solução mais satisfatória para seus conflitos. A cadência da escuta e da orientação deveria ser ritmada a partir das necessidades explicitadas nas falas das usuárias.

A modificação no registro dos casos e na dinâmica das reuniões de equipe alterou a escuta de todas, conforme verbalizado posteriormente pela equipe de atendimento durante as supervisões. As reflexões desenvolvidas durante as discussões de casos orientaram o grupo a elaborar uma escuta mais acolhedora, compreensiva e menos ansiosa, na tentativa de que o apoio oferecido alcançasse uma perspectiva além de solidária, potencialmente transformadora nas vidas das mulheres. O que a modificação dos registros também trouxe foi a possibilidade de apreensão de uma gama maior de informações, qualificando os dados e exigindo um esforço de se pensar uma categorização para eles.

Atualmente, o atendimento do Disque-Mulher se dá em uma sala anexa ao imóvel central onde se situa a Ong Ser Mulher. Funciona de 2^a a 6^a feira das 10 h. às 18 h. No restante do tempo, uma secretária eletrônica informa o horário de atendimento e estimula a mulher a ligar novamente, orientando-a, caso seja necessário, a ligar a cobrar. Durante o atendimento o registro é inicialmente feito em manuscrito para, posteriormente, ser transcrito digitalmente, num modelo de folha de registros que contém um espaço para o preenchimento dos dados

identificatórios, uma para o assunto principal, para o encaminhamento realizado e um outro para o registro do relato (Ver anexo).

Há um rodízio de plantões estabelecido onde as alterações são realizadas de acordo com as necessidades de cada membro da equipe. A equipe permanente sempre foi composta pela coordenadora geral e a assessora jurídica, as únicas remuneradas pelo Programa. Ao longo do tempo foram se agregando à equipe de plantonistas, as estagiárias de direito e psicologia e algumas voluntárias, além de duas promotoras legais⁵⁹.

Uma característica do cotidiano do DM consiste nos longos períodos em que a equipe fica em contato sem atender a um único telefonema. Como será visto adiante, durante o ano temos em média 260 telefonemas, o que significa cerca de cinco telefonemas por semana, gerando um tempo “ocioso” que é ocupado com a realização de todas as outras ações previstas no Programa, além de discussões diárias sobre os telefonemas e a transcrição digital dos mesmos.

Até o final de 2005, houve uma grande procura por estágio nas áreas de direito e psicologia, além de uma pequena procura de voluntariado, principalmente de advogadas. Para se ter uma idéia, já passaram pelo DM cerca de 50 estagiárias e 10 voluntárias das áreas de direito e psicologia. Como a rotatividade foi grande, estabelecemos algumas regras para as atividades das estagiárias que serão adiante comentadas.

Quanto à questão dos encaminhamentos, há uma preocupação em realizá-los de forma pormenorizada. São apresentadas às usuárias as possibilidades de encaminhamentos para cada situação e, muitas vezes, uma consulta é agendada pelas plantonistas junto aos serviços públicos de saúde.

⁵⁹ Em 1999, o Ser Mulher, junto com a Ong Themis e o Ministério da Justiça, desenvolveu, em Nova Friburgo, o curso de formação de promotoras legais populares, onde foram ministradas aulas sobre os direitos humanos, sexuais e reprodutivos das mulheres a lideranças femininas comunitárias interessadas.

6.2) Seleção, treinamento e supervisão da equipe

A composição da equipe de plantonistas do Disque-Mulher alterou-se ao longo de sua história. Desde o início do Projeto, os telefonemas são atendidos pelas coordenadoras geral e a jurídica. A coordenadora geral permanece a mesma até hoje e a assessora jurídica é outra desde o início de 2004, por ocasião da mudança de Projeto para Programa Cidadania, Direitos e Violência contra a Mulher. A mudança se deu por motivos de saúde. A coordenadora geral e a antiga assessora jurídica faziam parte do quadro da diretoria do Ser Mulher.

Após a realização de um seminário sobre violência contra a mulher, em novembro de 2001, na Universidade Estácio de Sá (UNESA), estudantes de psicologia e direito procuraram o Programa a fim de participar dos atendimentos do DM. Para a instituição como um todo, aceitar estagiárias em seu serviço foi uma tarefa desafiadora, já que no DM não havia até então uma preocupação em traduzir sua experiência em termos didáticos. Foi devido à insistência das estudantes interessadas e a avaliação institucional de que aceitar o desafio estreitaria os laços com a universidade, visando futuras parcerias, que as estagiárias foram se inserindo no Serviço. Uma das estagiárias de direito tornou-se a assessora jurídica do Programa, substituindo a que se afastara, tornando-se em 2006, sócia efetiva da instituição.

Duas promotoras legais populares participaram da equipe por períodos distintos e ambas eram também lideranças comunitárias que haviam recebido capacitação em áreas dos direitos reprodutivos, saúde da mulher, prevenção em AIDS e DSTs, geração de renda e formação de lideranças femininas no próprio Ser Mulher. Na equipe, as duas promotoras eram as únicas que não cursaram nem estavam cursando nível superior. Em 2005 formaram, junto a outras lideranças, o grupo de lideranças femininas Anastácia, que propõe trabalhar os temas de saúde da mulher e geração de renda junto às mulheres das classes populares através de

encenações teatrais, palestras e mobilizações em datas chaves do feminismo e da luta pela saúde da mulher.

Minha entrada no Programa, participando primeiramente dos processos de avaliação do então Projeto e posteriormente assumindo a posição de assessora psicológica, possibilitou a estruturação da mudança de estratégia do Programa. À medida que as mudanças foram se estruturando e requerendo por parte da equipe uma análise crítica do que vinha sendo experimentado, foi se apresentando para mim o desafio de transformar essa experiência em algo inteligível em termos acadêmicos. Isto porque os relatórios enviados a cada ano para a agência financiadora e também para a coordenação de Projetos e Programas do Ser Mulher não tinham o objetivo de realizar uma discussão mais aprofundada da experiência vivida nem conexões com o que teóricas que estudam o tema de violência de gênero pontuam. O objetivo dos relatórios é apresentar as ações realizadas e suas repercussões, contextualizando-as politicamente nos âmbitos local e regional. Eu participava da realização dos relatórios escrevendo a avaliação acerca das repercussões da mudança metodológica na equipe e, também, breves análises dos registros telefônicos.

Como havia uma irregularidade em termos de motivação e frequência das estagiárias e voluntárias, medidas foram tomadas a partir da reorientação metodológica para garantir a qualidade dos atendimentos. As candidatas à plantonista passaram por uma capacitação que consistia em acompanhar os atendimentos telefônicos das coordenadoras, ler os casos registrados e alguns artigos que tratavam do tema da violência. O consentimento para o atendimento passou a ser acertado em reuniões da equipe coordenadora e algumas candidatas não se adequaram às regras do Serviço e nem começaram a atender. A capacitação contínua consistia em participar das supervisões bimensais onde eram realizadas discussões dos casos e discussões dos problemas do cotidiano do Serviço, das dificuldades sentidas por cada plantonista e esclarecimento de dúvidas.

6.3) Percepções da equipe

A fim de recuperar a rica história do DM desde uma perspectiva da equipe que participou do processo e de apreender as percepções das atendentes em relação a alguns aspectos envolvidos na experiência do atendimento realizei entrevistas com algumas plantonistas atuais (a coordenadora geral do Programa, a assessora jurídica e a psicóloga voluntária), com uma psicóloga que foi estagiária de psicologia do DM e duas sócias efetivas do Ser Mulher que participaram do primeiro DM, nos anos 96 e 97. Estas duas últimas entrevistas contribuíram com a reconstrução do histórico do Serviço, acima apresentado, servindo como referência para análise dos avanços e impasses do DM atual. Também analisei a transcrição de duas supervisões realizadas em meados de 2006. As entrevistas seguiram o seguinte roteiro:

1. O que a motivou a procurar um estágio ou ser voluntária no Disque?
2. Como foi realizada sua capacitação e qual sua opinião sobre ela?
3. Quais as dificuldades sentidas no dia-a-dia do atendimento?
4. O que você pensava acerca da violência contra a mulher e o que mudou na sua concepção após a experiência do atendimento?

Além dessas perguntas houve a liberdade de se realizarem outras, à medida que se fazia necessário um maior entendimento das questões levantadas pelas entrevistadas. Escolhi apresentar os resultados como respostas a cada pergunta, captando a percepção das entrevistadas quanto aos limites e possibilidades do Serviço. Na análise das supervisões também enfatizo essas perspectivas. A seguir apresento os resultados das entrevistas.

A motivação

A procura de todas as estagiárias e voluntárias do DM não foi motivada por nenhum desejo de militar em causas feministas. A estagiária de psicologia, por exemplo, gostaria de obter experiência em áreas de atuação junto às mulheres, já tendo procurado estágio na maternidade local. Também se perguntava como atuar como psicóloga via telefone. As estagiárias esperavam, do estágio no DM, a possibilidade de uma experiência inusitada onde a escuta para as psicólogas e a transmissão dos direitos para as advogadas se realizaria anonimamente. Todas tinham uma motivação pela busca de uma experiência junto às classes populares. A própria coordenadora do Serviço não era nenhuma feminista engajada. Tinha uma história de participação em organizações não governamentais ligadas a jovens carentes e educação ambiental. Curioso observar também que todas disseram que entrar em contato com o Ser Mulher e com as questões feministas as fizeram enxergar o quanto eram feministas e não sabiam. Consideravam-se feministas ao fato de, desde pequenas, observarem a discrepância dos direitos e da posição das mulheres da família em relação aos homens. Uma das entrevistadas disse que ela considerava injusto e errado o que via nas relações familiares, mas só depois foi perceber que “no fundo, as relações discrepantes entre homens e mulheres eram uma condição do ser mulher”. Uma outra disse que não sabia conceituar muito bem o que vinha a ser feminismo, mas que “se ser feminista é estar lutando para que as mulheres tenham os mesmos direitos que os homens, as mesmas condições, dentro das suas especificidades, então eu sou feminista”.

É notável como o discurso feminista de direitos foi facilmente assimilado pelas plantonistas que descrevem a experiência de atuarem em uma Ong feminista como o despertar de uma consciência latente que encontrava agora um nome, uma causa.

A capacitação

A capacitação, de modo geral, se baseou no acompanhamento dos atendimentos telefônicos realizados pelas coordenadoras, pela participação nas supervisões e leituras de textos afins. Antes da mudança metodológica, havia supervisões bimestrais onde o enfoque eram os esclarecimentos acerca dos encaminhamentos a serem dados às usuárias. Explicações sobre o funcionamento dos serviços que se agregavam a REMUV que vinha se formando, também eram o foco das supervisões. Não havia discussões dos casos, o que para as estagiárias de psicologia, na palavra de uma delas “retardava a resposta à pergunta que se fazia, de qual o papel de uma psicóloga num serviço telefônico anônimo”.

A assessora jurídica do Programa refere que suas capacitações foram basicamente a audiência dos atendimentos da coordenadora geral e da estagiária do último ano em psicologia que muito contribuiu com um maior entendimento sobre os porquês dos longos relacionamentos amorosos violentos. Em importante depoimento descreve o processo de aquisição das competências necessárias para o exercício do papel de plantonista de um DM, enfocando principalmente a importância da escuta na aquisição de mais segurança para o exercício da função. Assim ela descreve o processo:

“ pensava que a mulher ligaria dizendo que havia sido espancada, e eu a encaminharia, falando dos procedimentos da separação judicial e sobre a delegacia. Somente depois de algum tempo é que fui perceber a importância da escuta e que a questão processual seria importante ou não, dependeria do caso... Num primeiro momento o importante é escutar e que eu preciso dar informações à medida que elas buscam. Não sou eu que vou determinar o que elas têm de saber”.

Segundo as entrevistadas, escutar e ler os atendimentos as preparou para um conhecimento das situações mais típicas apresentadas pelas usuárias. Segundo uma das entrevistadas, assistir aos atendimentos “é uma forma de desenvolver instrumentos de escuta”. A coordenadora geral do Programa aponta para a importância do tempo na construção do que chamou “aprendizagem da relação elas (plantonistas)-telefone-mulher”. Conhecer o percurso da luta feminista, das leis e convenções sobre violência de gênero, ler criticamente os relatos e

discutir as dúvidas são condições indispensáveis para a construção dessa identidade de plantonista do DM, segundo a coordenadora. As supervisões também foram apontadas como um momento importante de capacitação e reciclagem, já que nelas realizam-se discussões sobre as dificuldades do cotidiano e de casos de usuárias cujas histórias mais chamaram a atenção.

As dificuldades do cotidiano

Foram muitas e distintas as dificuldades sentidas pelas plantonistas, variando de acordo com o campo de atuação de cada uma e também com os diferentes momentos dos seus processos de inserção no Serviço.

Saber se os encaminhamentos estavam sendo realizados da forma correta e conhecer quais os serviços da REMUV que estavam funcionando, e suas funções, foram citadas por todas as entrevistadas como dificuldades iniciais. Também o fato de saberem que, muitas vezes, os encaminhamentos poderiam re-introduzir as usuárias por caminhos institucionais já percorridos e fracassados, era fonte de angústia para todas, mesmo seguindo as orientações de que fosse passado às usuárias o grau de dificuldade que encontrariam nos serviços públicos para os quais eram encaminhadas.

Duas questões foram apresentadas como dificuldades sentidas no cotidiano do DM. A primeira referia-se a não entenderem, muitas vezes, o que as usuárias realmente objetivavam com o telefonema ou o que queriam dizer com determinadas falas. Uma entrevistada disse que “elas chegam dizendo muita coisa, então, até você entender aonde ela quer chegar, demora. Por isso eu gasto muito tempo ouvindo a pessoa que liga. É para dar atenção mesmo, para entender essa confusão que ela está vivendo e o que ela está querendo”. Uma outra entrevistada disse:

“muitas vezes as mulheres falam: “meu marido me bateu e eu quero me separar”. Pensava que teria imediatamente de falar sobre o procedimento de separação. Hoje vou esperar que ela

determine o que significa ‘se separar’. Muitas vezes não é o processo de separação, pois no decorrer da conversa ela pode mudar o sentido desse separar. Era isso que eu não conseguia esperar no início: esperar para saber o que ela queria”.

Ambos os depoimentos dão testemunho das dificuldades dessa escuta, repleta de contradições, carregada de emoção. Poder conduzir o telefonema de forma a contribuir com processos decisórios das usuárias requer, por parte das plantonistas, um controle das próprias ansiedades que, caso não obtido, pode gerar interpretações precipitadas e intervenções desastradas.

A outra questão apresentada como dificuldade refere-se a uma demora em encontrarem o que uma das plantonistas chamou de “minha posição como atendente do Disque” e a outra como “dificuldade em descobrir uma das funções possíveis de uma psicóloga nesse tipo de atendimento”. Curiosamente ambas tiveram um telefonema chave a partir do qual assumiram uma identidade mais confortável de atendentes do DM. Em ambas também não foi um telefonema exatamente, foram alguns telefonemas de uma mesma usuária.

A advogada conta que:

“eu não sei se ela (usuária) me fez reconhecer em mim meus instrumentos de escuta. Como ela ligou várias vezes eu consegui identificar várias situações. Ela ligou para falar da pensão da filha, só que à medida que a conversa fluía, ela começou a falar do assédio sexual que sofreu do patrão e também da dificuldade de encontrar um emprego, pois não tinha com quem deixar a menina. Consegui identificar que não era só a pensão que era importante. Essa mulher me ligou, a princípio, do jeito que eu queria, para saber uma questão processual de alimentos. Não sei se foi um atendimento diferencial, porque como eu falei de uma coisa que eu dominava ela se sentiu segura e começou a me contar uma série de questões, me falou da vida conjugal, de que não conseguia ter relações sexuais, etc.Inicialmente, esse foi um atendimento ligado à questão processual, mas no decorrer, *ele foi um atendimento como se espera que sejam os atendimentos do Disque*, que é de um apoio, um encaminhamento. É dar à mulher o que ela precisa. Eu vi que a eficácia do nosso trabalho não está no fato de você fazer um atendimento jurídico, mas de você atendê-la naquilo que ela quer e precisa. Percebi que ela muitas vezes não quer solução nenhuma e ... eu teria que fazer perguntas que fizessem a mulher refletir e que não precisava dar todas as respostas (para ela)”.

Na busca de identificar, ou reconhecer, sua posição como atendente do DM, a advogada reconhece, ao mesmo tempo, como deve ser um atendimento do DM. Este depoimento apresenta núcleos de importantes significados, a começar pelo que ela chamou da possibilidade de reconhecer os instrumentos de escuta que tinha a partir da experiência de

uma série de telefonemas. Os instrumentos de escuta são reconhecidos à medida em que a plantonista adquire uma compreensão mais ampla das múltiplas demandas apresentadas por diversas usuárias em seus telefonemas. O que a advogada aprofunda com seu depoimento é o desafio de estar atuando numa área que não é sua área profissional de origem e aceitar o desafio possibilitou um aprendizado muito enriquecedor para o campo do direito. Isto significa que adquirir certa dose de serenidade para atender demandas de uma ordem que ela não dominava, ou seja, demandas que perpassam questões subjetivas, não foi alcançada de um momento para outro e sem percalços. A reação da plantonista frente a demandas tão distantes das suas competências poderia ter gerado repulsa, estresse, já que ela havia informado à usuária tudo que ela dominava, ou seja, o conhecimento dos direitos e como acessá-los. Mas não, ela considerou que extrapolar sua área restrita de formação e “dar à mulher aquilo que ela precisa”, ou seja, muitas vezes mais do que orientações jurídicas, constituiu-se “no que se espera que seja um atendimento do Disque”. Esta definição do atendimento ideal de um serviço telefônico alerta para a importância do treinamento, supervisões e reciclagens com a equipe de plantonistas do DM de maneira que elas nunca se eximam de escutar e acolher demandas que elas não têm, estrito senso, competência para realizar.

A profissional da área de psicologia, diferente da advogada, alcançou o entendimento de sua posição como atendente do DM no momento em que sua escuta mais qualificada como psicóloga possibilitou-lhe reconhecer um caso em que a usuária não estava sendo realmente ameaçada, mas sim apresentava um conteúdo delirante em seus relatos. Assim descreve a experiência:

“Um dia começamos a receber constantes ligações de uma mulher que se dizia perseguida por várias pessoas. Na primeira ligação ela denunciava um médico, depois um bombeiro e por aí foi, até o ponto de dizer que seus filhos estavam tentando envenená-la. Minha maior dificuldade nesse caso foi inicialmente convencer as pessoas do Serviço de que se tratava de um conteúdo delirante. Posteriormente, foi convencer a mulher de que ela precisava de ajuda psicológica”.

De um modo geral, as dificuldades das plantonistas variam de acordo com a base de formação da pessoa. Para as psicólogas ou estagiárias de psicologia a escuta não se apresentava como fonte de ansiedade. Relatavam, entretanto, medo e insegurança quando tinham de realizar os encaminhamentos e esclarecimentos jurídicos. A orientação geral do Programa era de que sempre que houvesse dúvida quanto a questões de ordem jurídica o telefonema fosse derivado para a advogada, porém os encaminhamentos mais simples, como indicar a realização do BO na delegacia ou procurar o NIAM, poderiam ser realizados por qualquer uma das plantonistas. A advogada, inclusive, realizou uma planilha com os procedimentos mais usuais a fim de facilitar os atendimentos (ANEXO).

Quanto às profissionais da área de direito, referiram que quando o atendimento tinha um cunho eminentemente psicológico eram sentidas dificuldades, principalmente quando havia um grau de dramaticidade envolvendo choros convulsivos e falas conturbadas. Segundo a assessora jurídica do Programa:

“quando o atendimento é puramente psicológico, eu fico na dúvida se aquela é a pergunta certa para aquele momento. ..Sei que não devemos criar uma dependência com aquela ligação, que devemos fazer com que a mulher prossiga, seja num atendimento psicológico em outro lugar ou num atendimento jurídico. Mas aquele é o momento onde ela irá tomar essa coragem e uma palavra mal dita ou uma expressão mal formulada... Isso me assusta um pouco ainda...Elas (as usuárias) perguntam para você: “o que eu faço? Eu não quero me separar dele, não quero fazer nada disso. Eu quero conversar. O que eu digo pra ele?”

Mesmo que se tenha a possibilidade de passar o telefone para a psicóloga (que pode não estar no Serviço naquele momento), a plantonista que não é da área da psicologia terá que ter “estrutura” para sustentar esse tipo de diálogo. Esta reflexão recupera a importância de não transformar os telefonemas em meros serviços de encaminhamento, mas em momentos que podem e devem ter um peso nos processos de tomada de consciência e decisões por parte das usuárias⁶⁰.

⁶⁰ O grupo sempre teve uma forte consciência militante no sentido de acreditar que os telefonemas, tais quais os atendimentos nos SOS Mulher são oportunidades para as mulheres tomarem consciência de si mesmas e de seus direitos.

A aquisição dessas competências, entretanto, não significa que se possa dispensar as relativas à especialidade de cada uma. Poder fazer um vínculo com a usuária, sugerindo que volte a ligar ou oferecer orientações mais especializadas é uma possibilidade muito positiva do Serviço, garantindo à usuária maiores chances de resolução de sua problemática.

Uma outra dificuldade apresentada pelas coordenadora geral e a assessora jurídica, que são as que permanecem diariamente no Serviço, concerne no acompanhamento e capacitação das estagiárias e voluntárias. O fato de ninguém do Programa exatamente ter assumido a coordenação desses estágios, e após o período inicial de capacitação não se responsabilizar pelo contínuo processo do mesmo, acabou por gerar alguns incômodos entre os dois grupos, já que as voluntárias muitas vezes resistiam em se colocar no lugar de aprendizes. Por outro lado, vale ressaltar, a Universidade Estácio de Sá e Candido Mendes não ofereceram canais de interlocução propícios para um melhor desempenho conjunto de capacitação continuada durante o estágio de seus alunos no Serviço DM.

O que pensavam sobre a violência contra a mulher e o que mudou a partir da experiência junto ao DM

Esta pergunta foi proposta a fim de conhecer as perspectivas sobre violência contra a mulher que as plantonistas tinham antes do DM e o que a experiência alterou. Os registros telefônicos são versões do que as usuárias relataram durante o atendimento. As plantonistas intermedeiam os relatos e, portanto, a fonte de informação provinda dos registros do DM é uma fonte que passa pelo filtro de cada plantonista, do que cada uma pensa e sente em relação ao tema. Espero poder fazer notar o quanto que esse tipo de trabalho depende do engajamento na causa dos direitos da mulher. Absolutamente é um trabalho que se pode realizar apenas com os conhecimentos teóricos sobre o tema. Há uma necessidade de que cada plantonista vá, pouco a pouco, apreendendo e dominando além de conceitos, um entendimento (que chamarei

aqui de “engajado”) da temática, só obtido no enfrentamento de uma escuta e do registro dos relatos que se aperfeiçoam na prática cotidiana. Trocando em miúdos, não podemos ter plantonistas que acreditam que as mulheres apanham porque gostam ou são doentes. Pelo contrário, as plantonistas devem ter o interesse de ampliar seu entendimento sobre os paradoxos presentes na violência conjugal e na longa permanência das mulheres em casamentos violentos. É fundamental esse tipo de aprimoramento político-conceitual para atingir-se uma qualidade de registros que possibilite análises cada vez mais esclarecedoras do fenômeno.

Um ponto em comum nas respostas das plantonistas referiu-se ao fato de que antes delas entrarem em contato com o Programa, não denominavam de violência a muitas das situações que presenciavam em relações conjugais considerando-as apenas como não corretas ou injustas.

Ao iniciarem os atendimentos tinham a idéia de que a origem da violência e a permanência das mulheres em casamentos violentos tinham a ver com questões econômicas que as impediam de separarem-se de seus cônjuges. Curioso observar que todas conduziram suas respostas colocando em relevo a questão da permanência X separação das mulheres de seus vínculos conjugais violentos, demonstrando como esse eixo mobiliza as reflexões das plantonistas. Algumas delas continuaram achando que os constrangimentos econômicos realmente eram a causa da permanência das mulheres nesses casamentos, enquanto outras destacaram outras causalidades.

A antiga estagiária de psicologia diz:

“na maioria dos casos que atendi, encontrei mulheres que sofreram muitos anos com a violência num estado que me parecia de inconsciência, pareciam não ter se dado conta do que estava acontecendo até que algo as fazia reagir, no caso telefonar. Impressionou-me o fato delas não conseguirem explicar a causa da violência nem a causa da permanência nesse tipo de relacionamento. Muitas se recusavam a se separar e principalmente ir à Delegacia.... Não creio que essas mulheres permaneçam na violência por um constrangimento econômico, social ou religioso e sim por um constrangimento psíquico, por uma questão neurótica...num estado de inconsciência e negação.....somente quando esse cotidiano “acostumado” sofre uma mudança brusca é que essas mulheres começam a se perguntar sobre suas vivências e buscar saídas para

elas. Passei a pensar assim depois de episódios em que eram apresentadas possibilidades de soluções e as usuárias refugavam”.

O que a estagiária condensa em suas impressões coincide com autoras que tentam explicar a permanência de mulheres em seus casamentos violentos a uma invisibilidade que a mulher imputa à sua realidade conjugal (Soares, 1999; Chauí, 1985). Estas autoras associam a invisibilidade a graus de inconsciência e não exatamente à neurose.

A voluntária de psicologia acredita que é necessário um reconhecimento das próprias vivências afetivas para que não se espere das usuárias reações que você teria ou teve. Como os relatos são muitas vezes densos, despertando emoções como raiva, indignação, compaixão, além de desvelar antigas memórias, as plantonistas têm de estar atentas para possíveis misturas entre as próprias emoções com as das usuárias que podem precipitar reações idiossincráticas, gerando desconfortos e reações adversas durante o atendimento. A plantonista acredita também que os constrangimentos econômicos são a causa da permanência das mulheres em situações de violência. Assim ela relata suas reações internas frente a muitos relatos:

“A minha vontade é dizer para elas: Por que você ainda está com esse cara?” Mas como eu sei que tem muita coisa implicada nisso, muitas vezes ela não tem uma casa, ela tem filhos. Infelizmente ela depende desse dinheiro que chega ou que não chega. Ele (o cônjuge) é um suporte, mal, uma coluna podre, mas é. Talvez ela não saiba a dimensão, o tamanho do estrago que isso está fazendo na vida dela..mas eu nunca pergunto isso. Mas tenho vontade de perguntar, principalmente quando pego algumas mulheres que trabalham e que não dependem totalmente dos maridos...eu me pergunto o que as impedem de fazer o que eu fiz quando me separei? A coisa é instantânea. É muito difícil não se ver na situação. Mas eu acho que é porque ela não tem um suporte, porque se ela tivesse um pouquinho, ela largava. Mas quando ela olha para a família dela e vê que é tão miserável quanto a situação que ela está vivendo..entre voltar para aquela situação que ela já conhece e viver o que ela está vivendo....ela tenta se virar ali dentro mesmo”.

A assessora jurídica do Programa relata que ao conhecer as histórias de violência contadas pelas usuárias custou-lhe muito entender o posicionamento passivo das mesmas frente às situações e aos cônjuges. Disse que com as supervisões parou de ter uma expectativa de que as mulheres reagiriam frente aos abusos sofridos como ela o faria. Passou a compreender que “para falar de violência você tem que falar de complexidade, somente

através dos relatos é que você consegue enxergar essa complexidade” e ampliar o entendimento sobre o tema desde uma perspectiva de que cada caso é um caso único. Quanto aos questionamentos sobre o porquê da permanência das mulheres em seus casamentos violentos, ela faz as seguintes digressões:

“Eu acho que, em alguns casos, é o medo daquilo acabar, de não saber como é que vai ser sem aquela pessoa, o medo dele continuar perseguindo, continuar ameaçando. Quando se trata de violência doméstica, você envolve várias pessoas, não só o casal. Não cessa a violência com o afastamento, aquilo vai continuar de outra forma. O que eu percebo é que essas mulheres ficam com medo desse amanhã, não é medo de ficar sozinha não, é medo de continuar sob violência, mas de outra forma, através de perseguições, ameaças...não acho que exista um único fator, mas o mais importante para a permanência delas é o medo. Eu acho que o medo é o que prende mais, até porque o medo é o que nós não conseguimos controlar. Elas (usuárias) ficam perguntando “e depois? E se ele se aproximar de mim? Ele falou que se eu me separar ele me mata. Vai ter alguém me acompanhando? Porque ele vai no meu trabalho, ele me persegue”.

Como veremos adiante na análise do Banco de Dados do DM, o medo surge como uma forte justificativa para a permanência das mulheres em longos casamentos violentos. O quanto que por trás dessa justificativa se encontram raízes mais profundas, como a plantonista de psicologia refere em relação à provável neurose das usuárias, é difícil afirmar. Vale ressaltar que nesta seção são apresentadas as percepções das plantonistas quanto à experiência do exercício de suas funções, a qual descrevem de maneira muito livre e emocional, sem nenhuma preocupação de formularem conceitos ou encontrarem respostas definitivas.

A coordenadora geral do Programa problematizou a permanência dessas mulheres nas relações erótico-afetivas violentas abordando também aspectos mais subjetivos. Ela faz a seguinte observação:

“Há toda uma cultura de que a mulher é responsável por manter o casamento, no sentido de manter a família unida. O homem é responsável pela manutenção dessa família no sentido de provê-la. A mulher quando casa, começa a adquirir a responsabilidade de tomar conta da casa, de administrá-la, de cuidar dos filhos, cuidar do marido. Por mais que ela tenha uma independência financeira ela acaba se envolvendo de uma tal maneira naquela situação que aquilo já começa a fazer parte da identidade dela. Quando chega o momento da separação parece que ela vai perder um pouco da própria identidade.”

Perceber o quanto que realizar atendimentos de um DM dessa natureza abre para questões ligadas a aspectos tão vulneráveis da vida das mulheres, nos acautela frente a

possíveis impulsos, como o de “pressionarmos” as usuárias a tomarem medidas de grande poder resolutivo. Uma separação tem efeitos subjetivos e materiais tão profundos que todo cuidado em lidar com essas questões é pouco frente às chances de não contribuímos em nada nas saídas dos litigiosos processos familiares relatados pelas usuárias.

As supervisões

Como as supervisões abarcaram questões já comentadas nas respostas individuais descritas acima, farei uma revisão dos pontos colocados pela equipe como dúvidas e dificuldades cotidianas.

Uma dúvida colocada dizia respeito a se a transcrição dos relatos deveria ser na primeira ou terceira pessoa. Como todas as plantonistas lêem os relatos uma das outras, a observação das diferenças trouxe para algumas a dúvida sobre se haveria uma forma padrão de transcrição. A orientação dada é que não importa em que pessoa a plantonista transcreve os relatos, contanto que se tente transcrevê-los da forma mais próxima possível ao que é escutado.

Todas foram unânimes em dizer da importância dos registros se realizarem de forma mais pormenorizada facilitando o acompanhamento por parte de toda a equipe dos casos que são atendidos e acompanhados pelo DM. Comentaram que a leitura dos mesmos abre para a capacitação de membros que se agregam à equipe e delas mesmas, já que a leitura dos relatos revela-se como uma possibilidade contínua de novos aprendizados.

O quanto as plantonistas poderiam se “vincular” com as usuárias foi colocado como dúvida durante as supervisões. “Não poderia se desenvolver uma espécie de dependência” das usuárias, fugindo ao propósito do DM que seria, além de apoiar e orientar, inseri-las na REMUV? A pertinência desta colocação, feita pela voluntária de direito, situa-se no fato de que, muitas vezes as usuárias voltam a ligar chamando por uma plantonista específica,

“aquela que me atendeu quarta feira” ou “aquela de voz doce”, nitidamente formando com ela um vínculo de confiança. Outras vezes, a própria plantonista orienta que a usuária ligue num dia específico para falar com a advogada ou psicóloga, na maioria das vezes a advogada, já que o limite sentido pela equipe na condução dos casos encontra-se majoritariamente no conhecimento da área jurídica. O que ficou definido como importante de se apreender é que as informações devem ser dadas à medida em que as usuárias as forem solicitando e que o limite desse fornecimento é o limite do conhecimento de cada uma. Para as novatas na equipe, a função de uma plantonista restringir-se-ia a escutar e encaminhar para a instituição competente que desse continuidade ao atendimento telefônico. Sem dúvida alguma essas são duas funções importantes do DM, mas uma atendente do DM deve ser alguém polivalente, que tenha uma capacidade interdisciplinar de ouvir a usuária e orientá-la de forma ampla.

Portanto, ao mesmo tempo em que poder voltar a ligar, ou ligar para uma profissional específica, constitui-se como uma possibilidade importante do DM, isto não exclui a necessidade do fortalecimento de instituições públicas para onde possam ser encaminhadas mulheres que queiram dar continuidade a processos deflagrados durante o telefonema.

Um outro tema levantado na supervisão refere-se aos limites do diálogo e do que chamaram “posicionamento” frente às demandas das usuárias. A preocupação focava-se no quanto determinadas perguntas realizadas durante o atendimento, como por exemplo, “Há quanto tempo isso acontece?”, “De que forma ou qual o motivo da violência?”, fomentavam reflexões ou angústias nas usuárias que dificilmente a estrutura do DM poderia dar conta depois. A orientação é de que não se deve incitar as usuárias, mas sim acompanhar o diálogo sem questionar ou julgar as respostas dadas por elas. Esse tipo de questionamento por parte da equipe demonstra o quão delicado e cheio de nuances é o atendimento e quanto as supervisões são necessárias para a discussão de uma gama de dúvidas que surgem à medida que os atendimentos vão sendo realizados

Um tipo de caso, mais raro de acontecer e que suscitou o tema do posicionamento, diz respeito à usuária que liga no momento em que está sendo agredida, perseguida ou ameaçada. São ligações extremamente dramáticas e não há como se furtar de posicionamentos interventivos. Um exemplo contado pela advogada foi o de uma usuária que havia descoberto que o pai estava abusando sexualmente da filha. Era uma sexta feira e ela tinha ido à delegacia, ao Conselho Tutelar e ao NIAM, sendo que esses órgãos ou estavam fechados ou disseram que não poderiam fazer nada. A plantonista disse para a usuária: “some com a menina, dá uma desculpa pra ele e na segunda feira a gente começa a dar entrada nos procedimentos”. Este tipo de atitude por parte do Serviço cria, inevitavelmente, um vínculo de confiança com a usuária, que realmente ligou depois e seguiu as orientações. Um outro exemplo foi de uma mulher que estava com o agressor batendo na porta aos berros e já havia ligado para o 190 sem obter ajuda. Nessa hora segundo a plantonista “são situações em que você acaba se posicionando. Liguei para o 190, pressionei e eles acabaram indo até o local. A mulher ligou agradecendo depois”.

As supervisões são também momentos de avaliação da qualidade do atendimento prestado às usuárias pelos serviços vinculados a REMUV, além de ser discutido o estado atual das relações desses serviços com o DM. Isto porque há uma preocupação imensa por parte de toda equipe de evitar o que vem sendo denominado pelos estudiosos do tema como “rota crítica”, caracterizando os périplos de mulheres que percorrem várias instâncias em busca de solução para problemática vivida, entrando em um processo de sucessivas frustrações de suas intenções, enfraquecendo suas decisões e recuando em seus processos de emancipação (Scrhaiber e d’Oliveira, 1999).

Em resumo, as possibilidades que esse tipo de serviço oferece concentram-se principalmente na flexibilidade de, ao juntar competências das áreas de psicologia e direito, atender a múltiplas demandas e problemas. Além disso, o tipo de registro que se produz

permite realizar análises e avaliações sistemáticas de seus conteúdos contribuindo para capacitações e facilitando reorientações de condutas e encaminhamento dados pelas plantonistas. Uma outra importante possibilidade situa-se na parceria que se constrói com o setor público nas áreas de direito, segurança e saúde, congregando esforços e pressionando por aperfeiçoamentos no enfrentamento da problemática da violência contra a mulher.

Quanto aos limites, estes se encontram tanto relacionados a uma prática cotidiana que necessita constantemente de treinamento e supervisão da equipe, além de um aperfeiçoamento na análise crítica da base de informação produzida pelo banco de dados do DM e de uma rede de serviços interligados de qualidade que necessita ser constantemente sensibilizada, animada e monitorada.

7) Resultados da análise dos registros telefônicos do Disque-Mulher

Neste capítulo apresento a análise dos dois bancos de dados do DM, um denominado de geral e outro de específico, conforme referido no capítulo de metodologia da pesquisa. Inicialmente, o banco de dados geral permite inferir características das usuárias desenhando um perfil das mesmas. O trabalho empreendido pela pesquisadora ateve-se principalmente a uma análise qualitativa do banco de dados específico, entretanto, neste também foram consolidados os dados referentes às características identificatórias das usuárias. Na maioria destes dados (idade, estado civil, profissão, origem dos atendimentos, escolaridade) os dois bancos guardam alto grau de semelhança, conforme será demonstrado através dos gráficos que evidenciam a comparação entre ambos. O motivo principal do telefonema, que é outro dado preenchido na folha de atendimento do DM, sofreu, no banco de dados específico, uma classificação distinta da que foi realizada no banco de dados geral.

No banco de dados específico foi possível uma análise minuciosa dos registros de violência conjugal, permitindo a identificação de algumas causas atribuídas pelas usuárias para seus impasses frente ao desejo de separação de seus cônjuges e também de elencar fatores associados à irrupção da violência. Portanto, ao analisar os dois bancos de dados fazem-se necessárias várias ressalvas que serão pormenorizadas ao longo da exposição das informações. Segue-se a apresentação das informações provenientes do Banco de Dados Geral composto de 1274 registros obtidos entre fevereiro de 2001 a outubro de 2006.

7.1) Características das usuárias do Disque-Mulher (2001-2006)

1. Como as usuárias tomaram conhecimento da existência do DM:

Entre as usuárias que informaram como souberam da existência e do número do telefone do DM, 573 (45%) souberam por alguém que conhecia o número e as aconselhou a

ligar. Foram 293 as usuárias (23%) que citaram que alguma instituição ligada a REMUV, em geral a própria delegacia, fez a ponte. Outras fontes citadas foram: folhetos e cartazes vistos em Postos de Saúde, hospitais, escolas e mídia como rádio e TV. É fato que sempre que alguma matéria sobre o DM e a REMUV é veiculada na mídia televisiva há um aumento significativo dos telefonemas nos dias seguintes.

2. Zona de procedência dos telefonemas

Os telefonemas oriundos da zona urbana atingem o índice de 70%, demonstrando que ainda é muito difícil atingir as mulheres da área rural da cidade. Acredito que a falta de comunicação telefônica nesses locais, dificuldade que aumenta na medida em que a moradia das mulheres fica mais distante da cidade, e o fato das mulheres rurais serem mais desinformadas quanto aos seus direitos contribuem para a discrepância dos índices.

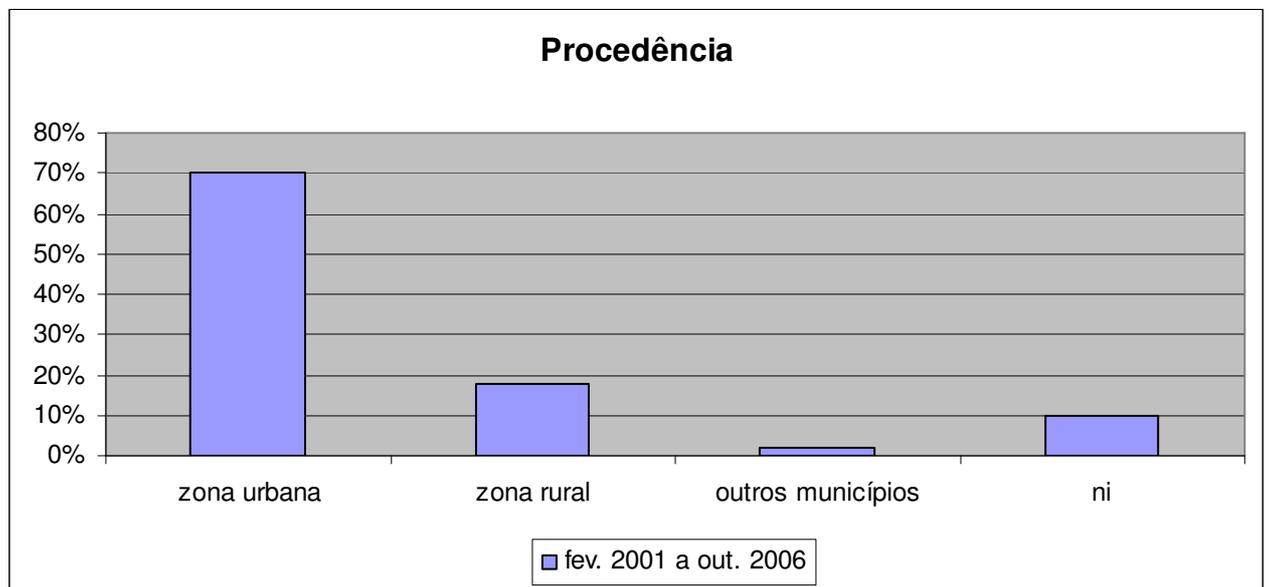


Gráfico 1

3. Faixa Etária

A concentração etária das usuárias do DM divide-se assim: 29 usuárias (2,3%) têm até 20 anos. Entre 20 e 29 anos, 230 mulheres (18,1%), na faixa de 30 a 39 anos, 378 (29,7%). As usuárias na faixa entre os 40 a 49 anos somam 267 (21%) e 132 (10,4%) das atendidas informam ter entre 50 a 59 anos. Mulheres que se apresentam entre 60 e 69 anos somam 56 (4,4%), entre 70 e 79 anos, 11 (0,9%) e com mais de 80 anos, apenas 6 das atendidas (0,5%). Em 159 (12,5%) dos telefonemas as usuárias não informaram a idade. Vale ressaltar que a concentração etária das mulheres que ligam encontra-se em 68,8% dos casos, na faixa dos 20 a 49 anos.

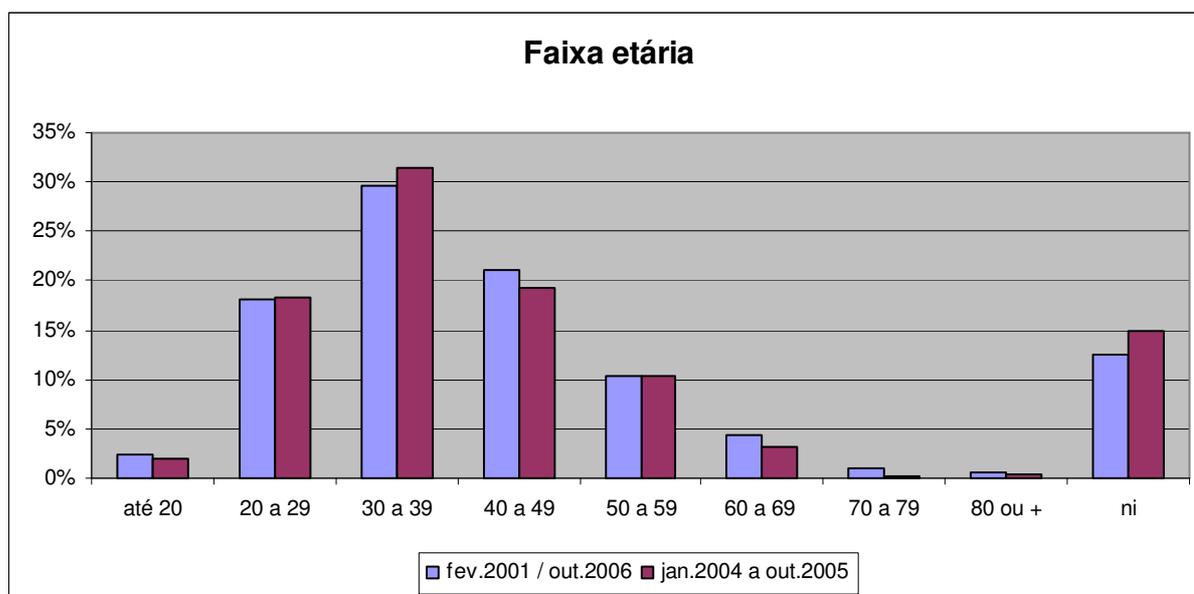


Gráfico 2

4. Escolaridade:

Em 216 telefonemas (17%), as usuárias não informaram sua escolaridade, 344 (27%) declaram ter o ensino fundamental incompleto, 306 (24%) o ensino fundamental completo, 64 (5%) o ensino médio incompleto, 178 usuárias (14%) o ensino médio completo, 38 (3%) o ensino superior incompleto, 76 (6%) ensino superior completo e 51 (4%) referem-se analfabetas. Apesar da evidência de que mulheres menos escolarizadas estão mais

susceptíveis à violência, é necessário observar o fato de que em 267 (21%) dos casos, as usuárias têm, no mínimo, o ensino médio completo, o que é um grau de escolaridade razoável no contexto de uma cidade do interior.

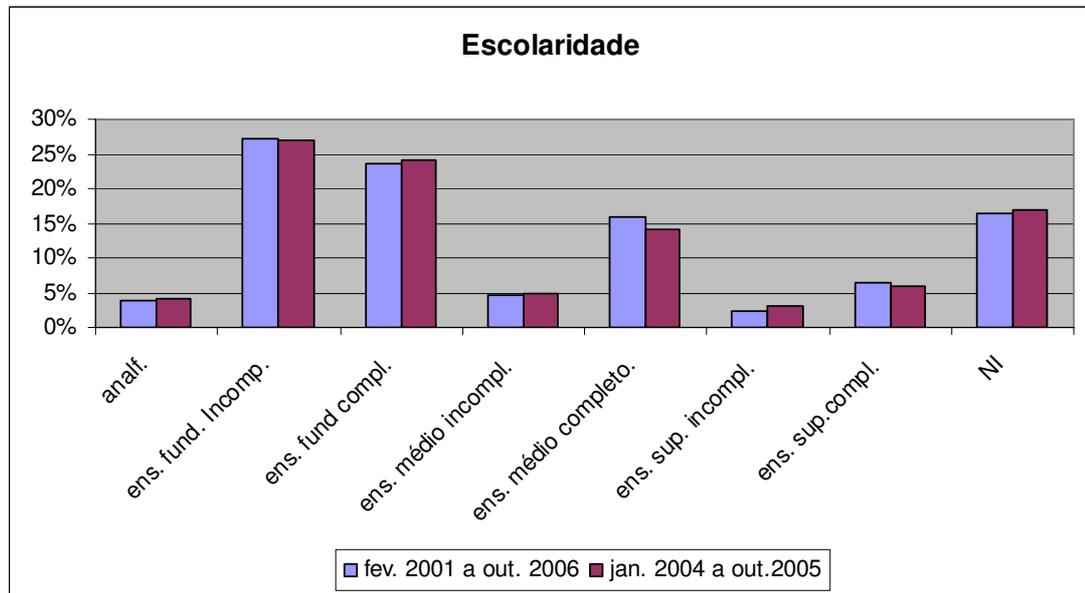


Gráfico 3

5. Atividade/Profissão

As mulheres que realizam trabalhos domésticos são as que mais utilizam o DM. Essas mulheres definem suas ocupações como “do lar”, “doméstica”, “costureira”, “faço facção”, “bordadeira”, “faxineira” e “aposentada”. Não foi possível aferir quantas usuárias têm um trabalho remunerado; o que comumente é mencionado é que a remuneração obtida por esses trabalhos é insuficiente para sustentarem suas necessidades básicas e a de seus filhos.

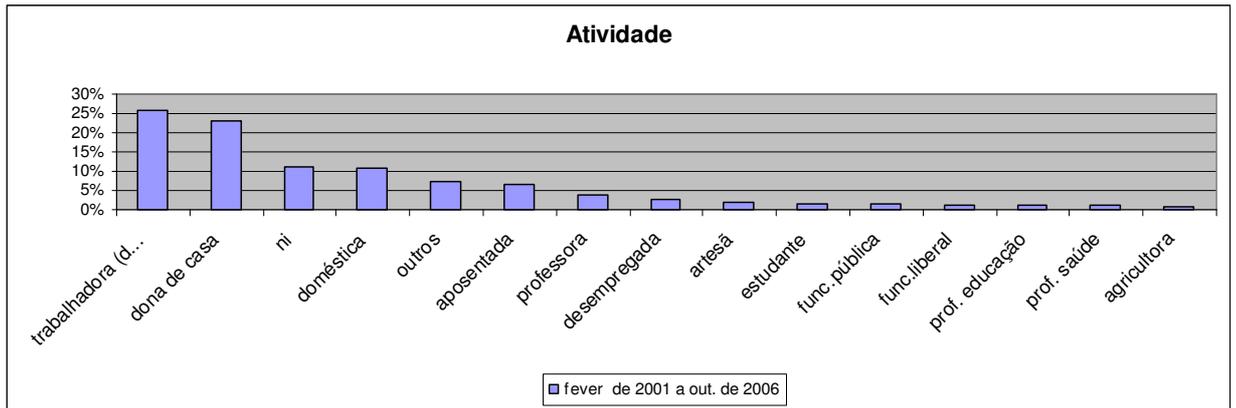


Gráfico 4

6. Estado civil

Das mulheres que procuram o DM 447 (35,1%) informam serem casadas. A união estável abarca 508 (39,9%) dos casos. As divorciadas e separadas somam 167 (13,1%) das usuárias e não informaram seu estado civil, 151 mulheres (11,9%).

Confirmando outras pesquisas⁶¹, os relatos apresentam um alto índice de violência executada dentro do lar pelo marido ou companheiro de união estável.

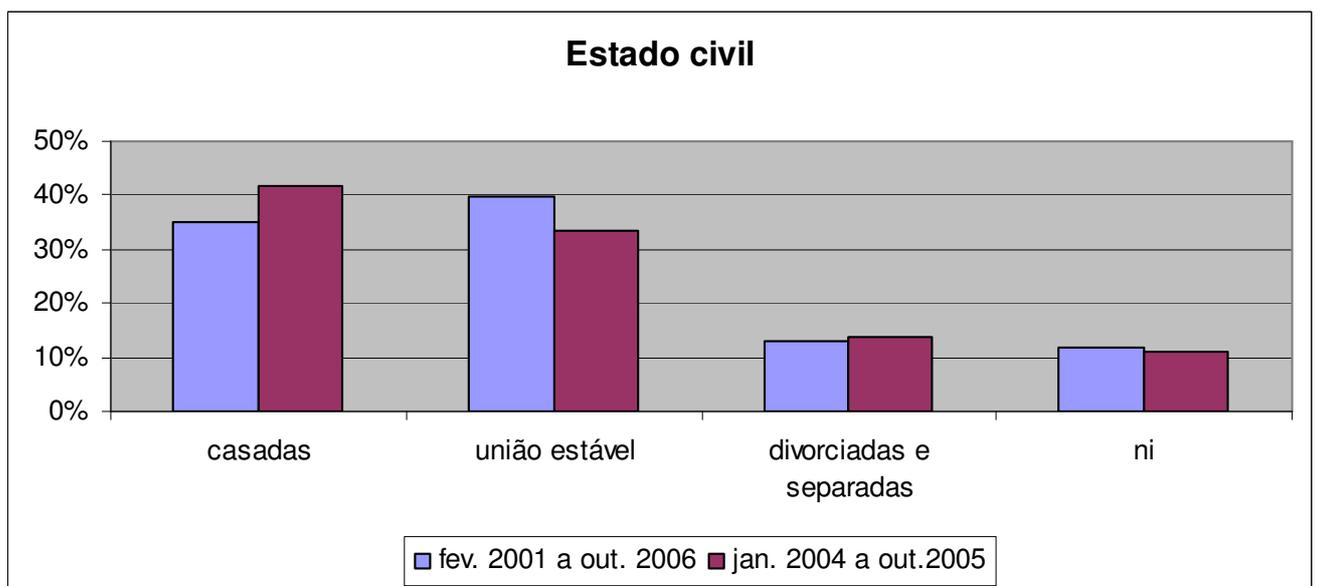


Gráfico 5

⁶¹ Soares et al., 1996; Brandão, 1996; Carrara, 1996.

7. Motivo principal dos telefonemas do Banco de Dados Geral do DM

Em um mesmo telefonema, a usuária pode abordar diversos aspectos de seus problemas atribuindo variáveis graus de importância a eles. Por exemplo, a usuária pode começar seu relato de uma violência sofrida recentemente querendo orientações para denunciar e punir o agressor e, ao longo da conversa, falar que mora numa casa construída no terreno do sogro, pedindo orientações acerca de seus direitos patrimoniais. Ao final de cada telefonema a plantonista preenche o campo “assunto” com o que considera o motivo principal do telefonema. A orientação é de que o tema registrado como motivo principal corresponda ao assunto chave. Contudo, ao analisar mais pormenorizadamente o banco de dados específico pude observar que mesmo que a violência física não fosse a queixa principal, mas surgisse no relato como uma ocorrência longínqua, era considerada, muitas vezes, como assunto principal na consolidação das informações do banco de dados geral. Na maioria dos telefonemas, as usuárias demonstravam um interesse pelo conhecimento de seus direitos, entretanto, estes foram computados como tema principal apenas quando surgiram nos relatos de forma exclusiva, sem alusão direta à violência. Alterações na metodologia de análise do motivo principal do telefonema foram realizadas junto ao banco de dados específico e serão adiante detalhadas.

Em cerca de 509 dos casos (40%), o motivo principal do telefonema do banco de dados geral, é a violência física perpetrada pelo cônjuge contra a pessoa que faz o contato telefônico. Em 254 dos casos (20%), aparece a violência emocional ou psicológica, quando são proferidos xingamentos, humilhações e ameaças de morte ou de agressão caso a mulher descumpra uma determinação ou dê continuidade a uma denúncia ou processo contra o cônjuge. Em 38 dos casos (3%) aparece a violência sexual, que inclui o estupro doméstico, situações de incesto, abuso sexual contra crianças e adolescentes e incitação à prostituição.

Em 267 telefonemas (21%), os motivos principais foram questões relativas aos direitos patrimoniais e de guarda dos filhos. Em 203 (16%) telefonemas, o motivo principal foram os pedidos de orientações, surgidos por vezes no contexto de queixas difusas, em que a violência física ou emocional, caso citada, é relatada como fato passado ou de menor relevância, destacando-se no relato uma cotidianidade conflitada com dúvidas quanto às possibilidades de conduta.

Vários tipos de orientações são solicitados, incluindo terceiros tentando ajudar vizinhos com dificuldades financeiras e dúvidas sobre registros de imóveis, registro de nascimento, bem como procura por orientação psicológica para questões não relacionadas a conflitos conjugais ou familiares.

As mulheres recorrem ao DM, freqüentemente, quando têm dúvidas sobre o andamento de seus processos jurídicos, tanto os desencadeados a partir de telefonemas prévios como os originados por outras fontes. O vínculo criado entre plantonista e usuária encoraja, em muitos casos, esse tipo de seqüência dos telefonemas. Os 16% de telefonemas caracterizados como pedidos de orientação também incluem o acompanhamento dos encaminhamentos realizados pelas plantonistas para as instâncias públicas como delegacia, defensoria pública, NIAM e Instituto Médico Legal. Ressalto que a tabela a seguir, construída com os dados consolidados pela coordenação geral do Programa junto a Faculdade Santa Dorotéia, apresenta em relação às informações do banco de dados específico, diferenças que serão observadas adiante quando da análise dos dados realizada pela pesquisadora.

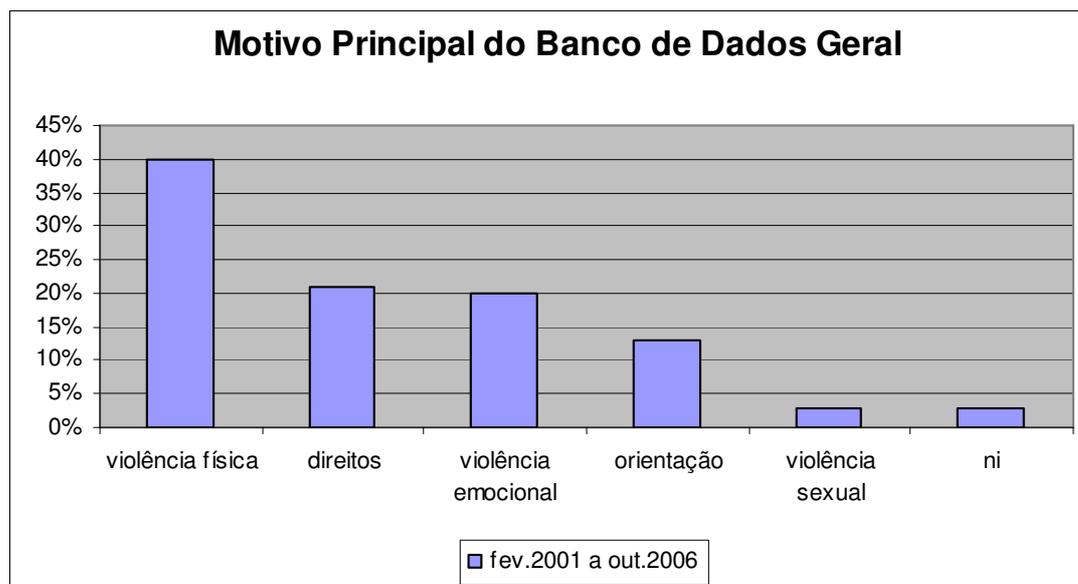


Gráfico 6

8. Encaminhamentos realizados

Os órgãos que fazem parte da REMUV e para onde são encaminhadas as usuárias encontram-se em ANEXO. Cada caso pode corresponder a mais de um encaminhamento, por exemplo, a orientação para a realização do BO na delegacia e uma indicação para acompanhamento psicológico. Os principais encaminhamentos realizados pelas plantonistas são para a delegacia e para o NIAM. Como dito anteriormente, uma das funções do DM é encaminhar e inserir, quando necessário, a usuária em algum Serviço público das áreas de segurança, justiça ou saúde. Em muitos telefonemas, as plantonistas não realizam nenhum encaminhamento, a não ser orientações. Ao explicarem as possibilidades de encaminhamentos às usuárias, as plantonistas têm o cuidado de não serem prescritivas. Se uma mulher liga dizendo que acabou de apanhar do marido, certamente a plantonista irá orientá-la para as possibilidades de realizar um exame de corpo delito no Instituto Médico Legal, além da denúncia na delegacia. Como em muitos telefonemas fica clara a não disposição das usuárias irem à delegacia, seja porque já foram e não acreditam mais nessa possibilidade, seja porque não querem “meter a polícia” no conflito, o encaminhamento para o NIAM se tornou uma

oportunidade a mais para essas mulheres darem seqüência às tentativas de solução de seus problemas, que foram iniciadas pelo telefonema.

O fato de que 191 usuárias (15%) mencionam (sem terem sido questionadas) já terem procurado um ou mais serviços de assistência, sem obterem sucesso nessas investidas, reflete a chamada “rota crítica” dos serviços de assistência do Município. Sendo assim, as plantonistas devem ter atenção quanto a esse aspecto, comunicando-o às usuárias.

Foi observado que com a mudança da forma de estratégia da escuta e registro, o encaminhamento principal que era anteriormente dado com vistas à realização do BO na delegacia, a partir de 2004 passa, gradativamente, a rumar para o NIAM.

Do período de fevereiro de 2001 a dezembro de 2003, foram encaminhadas para a delegacia 21% das usuárias, para o NIAM 13% e receberam orientações, 29%. Do período de janeiro de 2004 a outubro de 2006, foram encaminhadas 17% das mulheres para a delegacia, 24% para o NIAM e 42% receberam orientações. A tabela abaixo explicita essa mudança.

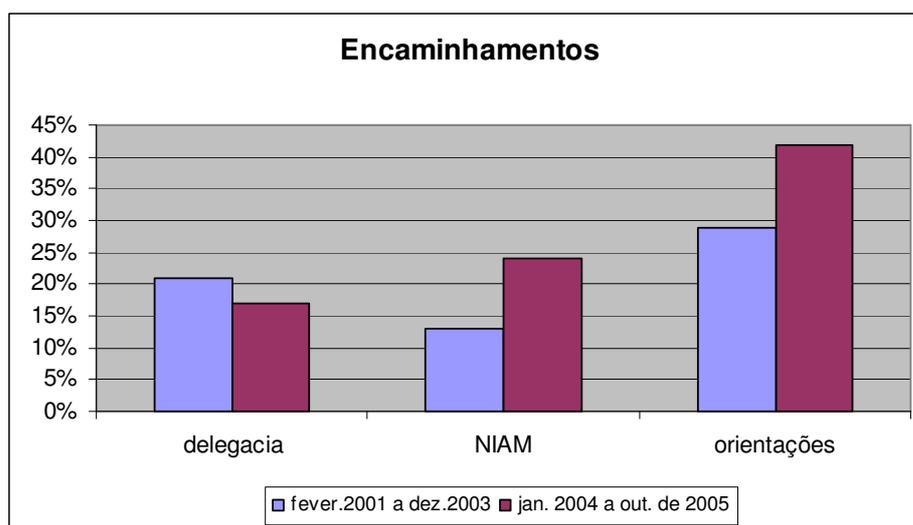


Gráfico 7

7.2) Análise do Banco de Dados Específico

A partir das mudanças de estratégia de escuta e registro descritas, obteve-se um banco de dados com relatos livres das demandas das usuárias ao DM. O período analisado situa-se entre janeiro de 2004, coincidente com a mudança do registro, até outubro de 2005, data estipulada considerando-se a necessidade de consolidação do banco de dados e análise do mesmo em tempo hábil por parte da pesquisadora. O banco de dados específico permite análises mais profundas que o geral. Início focando na análise do motivo principal que levou a usuária a telefonar para o DM. A intenção é perscrutar os sentidos dados por essas mulheres às situações de violência vividas, principalmente os relacionados à longa permanência delas em relações violentas. Considero aqui a contribuição da literatura consultada, que aponta para a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre aspectos subjetivos de pessoas envolvidas em relações violentas.

Como foi visto em capítulo precedente, a polêmica sobre o porquê da permanência de mulheres em relações conjugais violentas alimentou muitas pesquisas sobre o tema. Embora os registros do banco de dados específico não tenham sido desenhados para salientar impasses e ambigüidades das usuárias em suas vivências da conjugalidade violenta, pesquisei como estas são expressas. Priorizei identificar elementos que apontem para elucidar porque as mulheres permanecem em casamentos violentos. Para tal, busquei evidências de como a temática da separação (o revés da permanência) surgia nos relatos das usuárias.

Além disso, analisei temas que surgiam como fatores associados pelas mulheres à violência sofrida, por exemplo, a embriaguez e o desejo de controle por parte do cônjuge. O tema da separação mereceu atenção especial. Busquei nos relatos em que surgiam esta temática, quantos estavam relacionados à violência conjugal e de que forma o impasse frente à decisão da separação era apresentado.

Em resumo, a escolha da variável “separação conjugal e impasses” objetivava, além de apreender os sentidos dados pelas usuárias às suas vivências de violência, aferir em que medida a impressão das plantonistas e a polêmica acadêmica em torno da longa permanência das mulheres em relações violentas se confirmaria numericamente. Somente através de longas entrevistas ou através de relatos psicoterápicos poderíamos aprofundar as dinâmicas das “nuances” presentes nas situações de violência conjugal. Meu limite aqui é identificar e nomear/classificar as situações de impasse/ambigüidade presentes nos relatos do banco de dados específico e permitir-me associações com a revisão da literatura realizada nessa pesquisa.

Conforme já mencionado e demonstrado comparativamente em gráficos anteriores, nos 413 registros do DM por mim analisados, observei uma coincidência quantitativa de algumas variáveis em relação ao banco de dados geral que são: faixa etária, escolaridade, estado civil e atividade/profissão.

Dos 413 telefonemas analisados, 21% (88) foram ligações de retorno. Algumas usuárias ficaram conhecidas por toda a equipe, dado o número de vezes que ligaram, extrapolando em muito a média de retorno por usuária. Em um caso classificado como busca por direitos civis, a usuária ligou dez vezes para o DM. Em um outro, onde a usuária procurava inicialmente saber como realizar o teste de reconhecimento da paternidade de sua filha, a mesma ligou depois nove vezes, dando, a cada telefonema, uma nova faceta da problemática. Neste caso, que envolvia violência contra a mulher e contra crianças, além de questões de guarda, cada telefonema foi computado relativamente ao motivo principal do mesmo. Esta ressalva foi feita, pois, na apresentação do índice de busca por direitos civis haverá uma distorção do mesmo, haja vista que 10 telefonemas correspondem a um mesmo caso.

Em 40 telefonemas, as usuárias se identificaram como conhecidas, parentes ou vizinhas das mulheres envolvidas nas histórias que relatavam às plantonistas. Como não há como ser averiguado, foi considerado como se fossem as próprias vítimas que estivessem ligando.

Em relação ao motivo principal do telefonema do banco de dados específico, a análise extrapolou o que estava registrado no campo “assunto” da folha de registro. Os temas aparecem misturados nos relatos e foi necessária uma análise minuciosa na eleição do tema principal do banco de dados específico, considerado como o que impulsionou aquele telefonema.

Em um número muito grande de telefonemas nos quais o motivo principal girava em torno da violência, questões das áreas do direito de família também surgiam. Nesses casos, foi computado como motivo principal a “busca por direitos” apenas quando o telefonema não fazia menção direta à violência. A classificação das violências é complexa porque, em muitos relatos, a violência física mistura-se com a violência psicológica, obrigando o estabelecimento de critérios de prioridade na eleição da variável principal do telefonema. Assim, foram computados como violência psicológica os casos onde essa violência era relatada exclusivamente. Da mesma forma com a violência sexual, pois esta só foi computada como motivo principal quando surgia como sendo o fato que moveu a usuária a ligar, já que, em muitos telefonemas, as mulheres relatam situações de sexo forçado dentro do casamento.

Cinco foram os motivos considerados como principais do banco de dados específico. Os índices relativos ao motivo principal do telefonema estão sumarizados no gráfico 8.

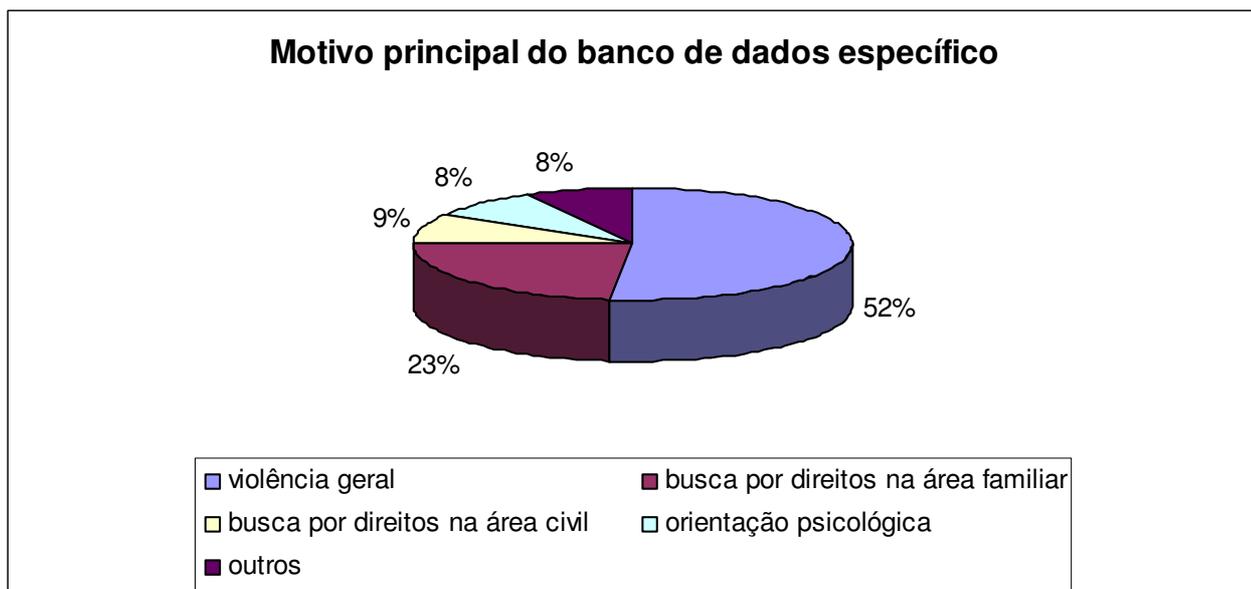


Gráfico 8

A violência é o motivo principal dos motivos principais. Em 213 telefonemas (51,5%), a violência foi o motivo principal das chamadas.

Em 134 (32,4%) telefonemas, o motivo principal dirigiu-se à busca de esclarecimentos no campo dos direitos, majoritariamente os familiares, com 97 (23,4%) telefonemas, envolvendo questões patrimoniais, guarda e pensão alimentícia dos filhos. Dos 37 casos (9%) relativos aos direitos civis, 10 telefonemas correspondem a um único caso envolvendo direitos de propriedade de um imóvel. Outros casos incluem questões ligadas também à propriedade de imóveis, litígios com vizinhos e pendências trabalhistas.

Em 33 telefonemas (8%), as usuárias procuraram orientação psicológica, um apoio em momentos difíceis ou um aconselhamento. Foram alocados nessa classificação relatos como: “Estou com um problema em casa. Eu não sei por que ele está querendo se separar. Quero tentar melhorar, salvar meu casamento. Quero um acompanhamento psicológico, uma ajuda....fiquei desconfiada que ele tivesse outra mulher depois que ele fez o teste da Aids” (29 anos, ensino fundamental incompleto, costureira). Ou no caso de uma estudante universitária de 23 anos que relatou: “Fui casada durante dois anos. Agora estou separada. Ele é usuário de

drogas e me agrediu duas vezes. Agora ele só me ameaça. Quero ajuda porque ainda gosto muito dele, quero ajuda para sair dessa situação, se possível atendimento psicológico”. Mesmo que nesse caso, por exemplo, haja menção à violência psicológica, o motivo do telefonema foi o pedido de uma orientação.

Em 33 telefonemas (8%) foram encontrados os mais variados temas que incluem: solicitação de emprego, retorno de ligação para agradecimento, retorno para dizer que não dariam continuidade às ações previstas no telefonema anterior, busca por informações acerca de horário e tipo de atendimento em instituições públicas de saúde e segurança, um caso de violência conjugal entre homossexuais, ligações perguntando se poderiam ser realizadas denúncias de roubos, queixas acerca dos atendimentos em delegacias e hospitais.

Numa análise mais discriminativa, classifiquei as violências diferentemente ao banco de dados geral, que estão sumarizadas no gráfico 9.

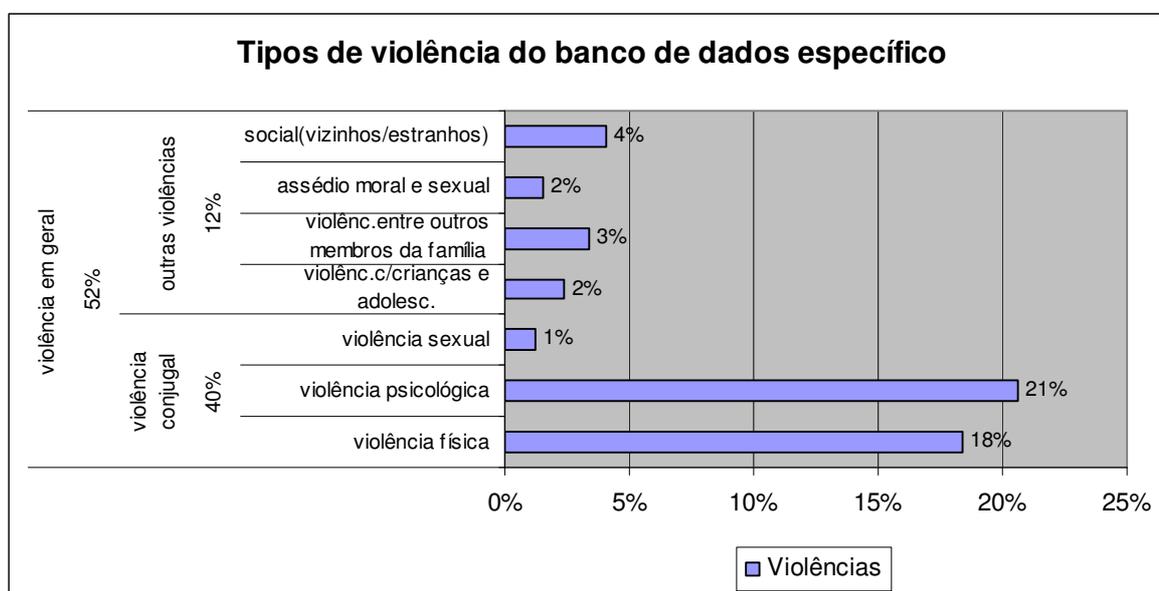


Gráfico 9

a) A **violência conjugal** perpetrada por maridos, ex-maridos, namorados e ex-namorados aparece em 166 telefonemas, correspondendo a 40%⁶². Do banco de dados específico foram 76 registros (18,4%) de violência física, 85 registros (20,6%) de violência psicológica, sendo 23 casos de ameaças de morte, 18 casos de agressão oral, 26 casos de perseguições e ameaças sofridas após a separação, 8 casos de expulsão de domicílio e três casos de destruição do patrimônio. Foram seis casos (1,4%) de violência sexual, três praticados pelos cônjuges e três por ex-cônjuges. O índice de violência sexual aumenta para 3,3% se computados os números relativos aos praticados contra crianças e adolescentes (sete casos) ou por estranhos à mulher (um caso).

b) Em 24 telefonemas (5,8%), a **violência intra-familiar** foi a queixa principal. Histórias de violências de pais contra filhos, de filhos contra pais, netos contra avós, tios contra sobrinhos foram o foco dos telefonemas. Em 10 dos 24 telefonemas, a queixa foi a violência contra crianças e adolescentes. Na maioria das vezes quem telefonava se identificava como vizinho ou parente. Dentre esses dez casos, quatro foram relativos à tentativa de incesto e três a abuso sexual de parentes.

Um dado pesquisado nos relatos foi o número de vezes em que há referência de crianças e/ou adolescentes que assistiam, sofriam ou já estavam afetados psicologicamente pela violência conjugal. A soma dessas três modalidades foi de 52 casos (12,6%), em que crianças ou adolescentes estão envolvidos na violência doméstica.

c) Em 18 telefonemas (4,3%), violências praticadas por vizinhos, conhecidos distantes ou estranhos foram classificadas como **violência social**.

⁶² Houve um telefonema solicitando orientação em relação a um homicídio. Uma mãe que tinha certeza que o genro havia assassinado sua filha, mas encontrava-se foragido e, segundo ela, a polícia não vinha dando a devida atenção ao caso. Ela voltou a ligar duas vezes. Um outro telefonema referia-se à violência conjugal entre homossexuais masculinos. Estes dois casos, mesmo sendo de violência, foram classificados como outros assuntos por constituírem-se em casos isolados.

d) Em seis telefonemas (1,5%), o tema de **assédio moral e sexual** em local de trabalho surgiu nos relatos como vivência de violência sofrida pela usuária, daí estar incluído nesta seção de violência. Poderia ter alocado esses poucos casos no item “outros”, mas creio que o fato de pessoas identificarem essas situações como violência é digno de nota por parte da análise das informações.

A discrepância entre os índices de violência física nos dois bancos de dados aponta duas direções. Uma primeira, para as dificuldades em se alcançar uma homogeneidade das interpretações dos motivos principais dos telefonemas por parte das plantonistas. Levanto a discussão da complexidade da *escuta* não apenas no que tange à capacidade das plantonistas ampliarem seu leque de entendimento da problemática da violência. Ao situarmos o trabalho de coleta e registro das informações no campo das interpretações –que sempre têm um grau de subjetividade envolvido- estaremos em terreno movediço. Se às usuárias fossem perguntadas, mais de uma vez, o que as levou a telefonar, elas poderiam dar diferentes respostas num mesmo telefonema. A superestimativa⁶³ do banco de dados geral quanto à presença de violência física nos relatos talvez traduza a visão de quem faz os registros. A impressão é de que quando as usuárias mencionam a violência física em seus relatos, esta é sempre considerada pelas plantonistas como o motivo principal do telefonema, mesmo que a orientação seja a de captar onde as usuárias estão colocando o foco. A outra direção aponta, conforme analisado no capítulo três, como os interesses acadêmicos ou militantes interferem na consolidação das informações. À medida em que uma das lutas empreendidas pela Ong é a instalação de uma DEAM no município de Nova Friburgo, um número expressivo de violência física como queixa principal do telefonema é um dado com maior poder de pressão do que a violência psicológica, que pode ser entendida pelas autoridades como questões do âmbito privado.

⁶³ Considero superestimativa, pois ao analisar o banco de dados específico detectei a presença, em diversos níveis da violência conjugal física em 136 (32,9%) dos telefonemas, dentre os quais, em 76 (18,4%) surgiam como motivo principal do telefonema.

O fato de eu ter “encontrado” mais violência psicológica do que violência física como motivo principal no banco de dados específico, pode estar indicando também uma tendenciosidade da pesquisadora, psicoterapeuta de formação e interessada em evidenciar as “marcas” da violência conjugal. Não pretendendo esgotar a profundidade dessa discussão, aponto apenas para a importância de se promover discussões metodológicas acerca da coleta e do registro de dados em campos tão nuançados como o da violência conjugal. Além disso, a realização da coleta de informações, ao passar por matrizes de percepção e interpretação das técnicas que registram esses relatos, obriga uma capacitação e supervisão cuidadosa, abrangente e contínua das mesmas.

7.3) Fatores associados e/ou desencadeadores de violência

Dos 166 telefonemas relativos à violência conjugal, em 97 (60%) relatos as usuárias associam alguma causa ou fator disruptor à violência sofrida. Destes, em 25 casos (15,5%) as mulheres associam a violência à embriaguez. Nesses relatos é comum a mulher expressar que “ele só bate quando bebe”.

Vários estudos (Soares et al., 1996; Soares, 1999; Gregori, 1993) demonstram e atestam o vínculo entre álcool e violência, entretanto, problematizam tal relação. Segundo pesquisa realizada por esses autores, estabelecer relações causais diretas entre álcool e violência doméstica é muito perigoso já que ambos são simultaneamente motivados por combinações de fatores socioeconômicos e culturais. Os índices apresentados pelo banco de dados do DM não permitem dimensionar a relação entre as variáveis, já que não é feita às mulheres a pergunta se o homem estava embriagado no momento da agressão. Nos estudos que serviram de base para os pesquisadores citados, essa pergunta era feita às mulheres quando realizavam o BO. A conclusão a que chegaram é que o álcool aparece como

potencializador importante das agressões, entretanto não estabeleceram nenhuma causalidade entre álcool e agressão.

Outros fatores associados incluem:

a) questões relacionadas à guarda e modo de educar os filhos:

“Tenho uma filha e o pai dela conviveu comigo seis anos. Ele não tem direito a ver a filha, mas eu não proíbo. Ele chega aqui e me xinga e a menina pergunta porque ele faz essas coisas, ele bebe, fuma, anda no mundo. Eu passei o dia trabalhando, ontem no feriado e ele chegou as sete da noite querendo levar a menina pra comprar pipoca no bar. Eu não deixei porque noite e bar não são para crianças. Nem que fosse menino. Ele quer pegar a menina nos finais de semana, ele acha que tem direito porque paga R\$ 114,00 de pensão. A dona da casa já ameaçou pedir a casa por causa dos escândalos que ele faz, eu fico muito sentida com o que vão pensar a meu respeito. Ele me xinga de cachorra, cadela, piranha.. Ele já me bateu muito, mas fiz duas queixas na DP e agora ele só xinga e quebras as coisas....”

b) cônjuge não quer a gravidez⁶⁴:

“Eu tenho um filho de um ano e meio e estou grávida de outro. Na outra gravidez ele me batia até em cima da barriga. Ele falava que era pra eu perder o neném. Agora ele faz a mesma coisa. Olha, eu queria que ele tivesse uma prensa pra ver se ele melhora. Ele vai pra venda, ele bebe, e rasga meu sofá, minhas coisas. Igual hoje, ele disse que ia me enforcar e ia me bater quando chegasse em casa”.

“Tudo começou tem um ano quando ele soube que eu estava grávida e ele queria que eu abortasse. Não consenti e ele não se conformou, vive me ameaçando e dizendo que se eu o denunciar não vai dar em nada. A mulher dele diz que vai tirar o filho de mim pra criar”.

c) proibições quanto a práticas religiosas

“Domingo passado meu marido me bateu, fui na delegacia e o delegado mandou chamar ele, e eles fizeram um acordo que ele não iria me bater mais e nem me proibir de ir na igreja. Foi esse o motivo que ele me bateu, ele não aceita minha religião. Sou testemunha de Jeová. Ontem ele me proibiu novamente de ir na igreja, quando ele bebe ele fica violento, mas quando não bebe fica tudo bem”.

d) restrições à liberdade de ir e vir

“Eu não tenho como sair de casa, ele não deixa, ele me bate muito. Tenho dois filhos, uma menina de 3 e um menino de 1. Ele quando está com muita raiva de mim bate na menina também. Ele já disse que me mata se eu for na polícia. Eu não posso trabalhar nem estudar. Cuido da minha mãe que está numa cama e não pode quase nem se mexer, tenho uma irmã também doente, sobrinhos, são oito pessoas numa casinha pequena. Tenho muito medo”.

⁶⁴ Remeto a Mendes (2005) que realiza pesquisa onde relaciona violência conjugal e o impacto sobre a saúde reprodutiva das mulheres, desmistificando a sacralidade atribuída ao período gravídico (p.11).

e) marido não aceita a separação

“Estou separada há quatro meses e estou sofrendo perseguição do meu ex-marido. Ele não aceita a separação. (...) Ele ainda não me agrediu fisicamente não, só me deu uns empurrões. Já estou com um processo de separação no fórum, mas ele está dizendo que minha liberdade vai custar muito cara”.

“Ele fala que vai queimar a casa se eu deixar a casa....eu quero sair de casa e deixar tudo pra lá, mas tenho medo. Todo final de semana ele faz essas ameaças e quer ainda fazer sexo, sou agredida, ele quebra tudo. Diz que se eu não fizer sexo é porque tenho outro. O irmão dele matou uma mulher por ciúmes, eles são todos violentos, resolvem tudo no soco. Na quarta feira depois dele me bater ele queria beijinho....me joga no chão, corre atrás de mim com uma faca e me obriga a fazer sexo. Diz que se eu chamar a polícia, a justiça, vai ficar ruim pra mim.”.

“Olha, fui espancada pelo meu ex-marido. Fui na delegacia, mas ele foi junto comigo. Tem dois meses que ele quer ter relações comigo porque eu arrumei um namorado. Fiquei no posto de urgência dois dias. Ele me ameaçou de morte”.

Nos demais casos onde a violência surge como motivo principal do telefonema, ela não foi associada a nenhum antecedente. A história é registrada sem que a violência praticada pelo cônjuge tivesse uma causa detectável ou fosse devida a um estado alterado do homem.

Usuárias assim expõem:

“Eu trabalho o dia inteiro e ele só sabe me xingar de preta, piranha e vagabunda. Eu que boto comida em casa, porque costuro em casa, faço todo o serviço e só levo na cara. Eu quero me separar. Não agüento mais. Não tinha café hoje e então ele saiu chutando tudo. Diz que eu não sirvo pra nada...eu pensei ir pra casa da minha mãe, mas vou acabar perdendo meus direitos”.

“Olha, eu fui agredida pelo meu marido ontem, quando estava voltando do almoço. Ele me pegou pelo pescoço, me puxou, me deu um soco no rosto, depois me pegou pelos cabelos, me jogou na rua e começou a me chutar na frente de todo mundo. Não é a primeira vez que ele faz isso, já é a terceira vez. Eu já dei queixa, mas ninguém faz nada por mim. Eu tô com o olho roxo e as juntas dos braços e o corpo todo doendo, nem fui trabalhar hoje.....”

Esses relatos não permitem que se diga que a posição ocupada pelas mulheres seja de vítima passiva de um agressor. Em vários momentos, tentativas de confronto ou busca por intervenções do Estado foram empreendidas, separações realizadas ou ensejadas. Se elas não mais se apresentam como vítimas, ainda é de um algoz que elas se queixam. Um homem destituído de razão, exercendo o controle sobre as mulheres de forma violenta, intimidativa e caprichosa.

Não é possível detectar nos relatos das mulheres uma consciência das desigualdades de gênero expressas pelos atos de violência do cônjuge ou uma implicação delas nos desatinos

da convivência violenta. O homem aparece como um estorvo, alguém alheio, estranho à história da vida da mulher que liga para o DM. Gregori (1993) alerta para uma tendência observada em mulheres, por ela entrevistadas, de “criarem uma espécie de exterioridade na construção da imagem desses homens” (p. 152). Em que medida a manutenção dessa “exterioridade do homem” não estaria dificultando a implicação das mulheres nos processos conflituosos por elas vividos e retardando rupturas, é uma questão em aberto. Em que medida também, o lugar ocupado pela mulher de indispensável e responsável pela qualidade das relações familiares não estaria alimentando ambigüidades (querer romper, mas não querer perder essa posição de nutridora/indispensável/rainha do lar) que tensionam e prolongam relacionamentos violentos? Somente uma pesquisa com entrevistas mais elaboradas e que cobrissem por um tempo maior a observação dos fenômenos conflituos poderia dar subsídios para discussões mais profícuas.

Entretanto algumas observações sobre o conteúdo dos relatos são possíveis. Nada parece deter a violência do homem, nem mesmo o poder da lei, do Estado, da polícia. Várias investidas foram tentadas para reversão do quadro e fracassaram. A violência continuou, contribuindo para um posicionamento da mulher como “sujeito sem recursos próprios” para o desvencilhamento do vínculo violento, já que nem a separação foi suficiente para interromper este ciclo repetitivo.

Os sentidos ou o lugar que a violência ocupa nos casamentos das mulheres que ligam para o DM não pode ser delineado a partir do material oferecido por ele. O que é alcançado é uma espécie de *flashes*, de vinhetas férteis de significados que tento aventar a partir do que autores do campo da antropologia vêm sugerindo como prováveis sentidos que ampliam o entendimento acerca do engendramento e permanência de mulheres em uma conjugalidade violenta.

Numa avaliação possível do conteúdo dos relatos acima descritos, a impressão é a de que o sentido dado à violência vivida pelas mulheres é de um não sentido. Basicamente, elas entendem que os homens são culpados por conta do desregramento, da inconseqüência, da bebedeira, da maldade intrínseca, pelo descontrole, pelo desejo de controlar e mandar. Não há espaço para percepção de como se estabelecem as comunicações, as interações entre o casal, já que o que transparece são descrições dos cônjuges em posições antagônicas às mulheres.

Não é exatamente a paralisia ou o impasse infindável que nesses relatos preponderam, mas sim, a aparente inconsciência acerca dos entrelaçamentos conflituosos de homens e mulheres disputando cotas de poder dentro da esfera conjugal/familiar. Quanto às características pessoais das mulheres, encontram-se nos relatos desde simples reações indignadas ou queixumes até o relato de separações concretizadas às custas de muita persistência e resistência. As mulheres, entretanto, parecem ocupar apenas posições em que reagem e se defendem de um mal externo.

Existem, contudo, relatos em que as mulheres demonstram uma implicação maior com seus destinos, em particular, quando problematizam suas vivências a partir do tema da separação conjugal, em torno do qual surgem dúvidas, sentimentos de impotência, medos e raivas.

7.4) Impasses e motivações: as mulheres em busca de soluções para a violência

A demanda feminina ao Disque-Mulher é multifacetada. O fato de ser divulgado como um “Serviço Telefônico Anônimo de Orientação e Apoio nas Áreas de Direitos e Violência Contra a Mulher” amplia, para às potenciais usuárias, o leque de possibilidades de sua utilização, principalmente como forma de aproximarem-se e apropriarem-se do universo dos direitos. Os telefonemas configuram-se maciçamente como uma procura por entender quais são os direitos em caso de separação conjugal e que atitudes devem ser tomadas para garanti-

los. O tom da procura por esses direitos varia muito, são veementes e convictos, indignados, amedrontados, desiludidos, reivindicatórios. A situação típica pode ser resumida como a daquela mulher que após longos conflitos conjugais, com ou sem violência, chegam a um limite⁶⁵ onde se impõe a separação conjugal: pensada conscientemente, desejada e/ou adiada. O desejo de separação, expresso de forma ambígua pela frase “quero me separar, *mas...*” ou nas expressões mais indignadas “não agüento mais essa vida, *mas...*” surge em muitos relatos. Quando não há a expressão de ambigüidade ou dúvida em relação ao desejo de separação, é comum as usuárias relatarem o complicado processo de separação, marcado por seu desconhecimento sobre os trâmites legais e podendo ser agravado pela discordância do cônjuge em separar-se.

Qualquer separação conjugal tem como consequência a desestruturação e necessária reconstrução da estrutura familiar que envolve a co-habitação de determinados membros, a casa onde vivem, divisão de patrimônio adquirido, a guarda dos filhos, o como educá-los, a divisão de tarefas e de despesas. De um modo geral, os telefonemas dirigem-se para o esclarecimento de questões relacionadas às condições de vida da usuária e de seus filhos - alimentação, moradia e segurança quanto à integridade física- após uma possível separação se concretizar. Muitas usuárias expressam desconfiança em relação à Justiça, seja devido à morosidade da mesma ou por não acreditarem que ela possa realmente estar ao seu lado no conflito.

Identificar como essa questão do desejo de separação surgia nos relatos, concomitante à observação da interjeição “mas”, foi uma forma de poder pesquisar nesse material a maneira como as mulheres descreviam seus impasses e sua hesitação frente ao desejo de separação.

⁶⁵ Os registros não esclarecem o que exatamente desencadeou a atitude das mulheres de ligarem naquele momento em busca de alguma intervenção que altere a experiência cotidiana de agressões e violências. O “não agüento mais, não dá mais, agüentei muito, chega!” recorrente nas falas das usuárias não explicita que ponto é esse de limite. Dentro da nossa estatística, observamos que em 15% dos telefonemas, as mulheres já haviam recorrido a outras instâncias, principalmente à delegacia, em busca de soluções para seus impasses conjugais e declaravam a ineficiência das mesmas em relação às suas expectativas de resolução dos problemas. A conclusão é a de que os limites são ultrapassados e revividos muitas vezes ao longo dos vínculos conjugais violentos.

Algumas pesquisas (Brandão, 1998; Moreira, Ribeiro e Costa, 1992) apontam ou destacam a ambigüidade feminina quando formalizam (e ao mesmo tempo suspendem) um registro de ocorrência relacionada aos cônjuges, em uma delegacia especializada. Apesar dessa situação – indecisões quanto a realizarem a denúncia- aparecer no banco de dados específico, absolutamente é uma ocorrência que chama a atenção como a mais prevalente. Algumas mulheres parecem solicitar uma fórmula para restaurarem a ordem –imaginada como possível ou algum dia vivida- familiar sem terem de rompê-la para tal. Mas foi identificado também em muitas, um grau de firmeza –talvez aparente, já que não podemos avaliar as conseqüências do telefonema- na decisão de romperem com a situação abusiva.

Em aproximadamente um terço dos 413 registros telefônicos (127 casos), o tema da separação emergiu, e dentre esses, 105 (82,7%) mencionaram relação com violência conjugal. A maior parte dos 22 casos onde a violência não foi mencionada decorre de dúvidas sobre andamentos de processos de separação já instaurados, dúvidas quanto aos direitos adquiridos com o casamento e casos em que as mulheres queriam se separar porque não gostavam mais dos parceiros ou estavam insatisfeitas no casamento e não sabiam se estes eram motivos aceitáveis perante a justiça.

Portanto, no universo de 166 casos de explicitação de violência conjugal, do banco de dados específico, em 105 casos (63,2%) as usuárias referem o desejo, a decisão ou o impasse de separarem-se. Este número sugere que mesmo no caso da longa permanência das mulheres em casamentos violentos, tal permanência não é isenta de conflitos. Pelo contrário, o desejo das mulheres mudarem o que vivem está presente em muitas histórias que se enredam num cotidiano conflituado e onde mergulham numa busca, muitas vezes desesperançada, por soluções.

Entre as que mencionam a possível separação, 44 casos incluem impasses, dúvidas em seus relatos. Em 48 relatos, as usuárias já estão separadas (vivendo ou não sob o mesmo teto),

sendo que dentre esses, em 26 casos as mulheres relataram perseguições e ameaças dos ex-cônjuges. Em 13 casos há a expressão do desejo de separação sem indecisões.

Dentre os 44 relatos que expressam o desejo de separação, em 18 casos a justificativa para os impasses refere-se a possíveis constrangimentos financeiros que uma separação poderia provocar ou às incertezas quanto à garantia de seus direitos à moradia, guarda e pensão alimentícia dela e dos filhos. Alguns exemplos incluem:

“Mulher com união estável, mora com o companheiro há onze anos e há onze anos vem sofrendo agressão por parte dele tanto física quanto psicológica. Há um mês falou pra ele que queria a separação e ele disse que tudo bem, mas ela não teria direito a nada, pois a casa foi construída no terreno da família dele. (...) Foram à defensoria pública e ele estipulou que só podia dar R\$ 100,000 para as duas filhas. (...) Já foi a um advogado que lhe disse que ela não pode tirar ele de casa, pois ela nunca registrou queixa. O marido disse a ela que ela ficará do lado de fora de casa. Ela pede orientação, pois está perdida. Quer saber como faz para acelerar o processo de separação, mas o que fazer em relação à casa”, (30 anos, analfabeta, união estável, não informou profissão).

“Meu marido bebe e quando chega em casa me perturba com suas palavras e grosserias, me humilha, me agride e me aborrece muito. Sou casada há 39 anos e minha casa foi construída no terreno do pai dele, porém com a ajuda em dinheiro dos meus filhos. (...) Minha filha solteira, que mora comigo, é que faz as despesas da casa, inclusive de meus remédios, pois estou me restabelecendo de um câncer ... Quando eu falo em me separar ele responde: ‘os incomodados que se mudem’. Não tenho para onde ir e não quero mais viver com ele”, (60 anos, ensino fundamental incompleto, casada, aposentada).

“Eu preciso de um advogado, porque preciso de uma orientação. O meu caso não é violência física, mas calúnia e difamação. Tem muitos anos que vivo nessa situação. Sou casada, não tenho emprego e meu marido perdeu tudo. Ele foi vendendo o que tínhamos, eu fui assinando, agora moramos de aluguel e preciso saber dos meus direitos. Ele me difama por aí e me calunia na frente das minhas amigas e dos meus filhos. Eu não queria depender dele pra nada, mas o aluguel com certeza ele tem de pagar para a filha. Atualmente ele não tem trabalho fixo. Eu quero me separar para poder viver com tranquilidade, eu não consigo arrumar emprego por causa da minha idade. (...) Ele fala com minha filha que eu já andei com todos os amigos dele, a menina vive revoltada. (...)”, (49 anos, casada, ensino superior incompleto, do lar).

Nos três casos, longas permanências que não se resolvem. Se grande parte dos matrimônios gera algum patrimônio, é em torno dele que muitos litígios se arrastam por longos períodos. Além da casa ser, muitas vezes, o único bem do casal, “o mundo da casa” é o mundo das referências pessoais, da vizinhança, da “parentela estendida”, que mora no mesmo terreno ou rua e a perda da convivência provavelmente provocaria mais do que uma desorientação geográfica, uma perda da própria história social. Machado e Magalhães (1999),

ao descreverem a tensão vivida por uma mulher em situação de violência em torno de seu direito à casa, demonstram como a casa se associa facilmente a noções de identidade, traduzindo o sentimento que alimentaria a contenda como se “*ser* alguém significa *ter* o próprio lugar” (p.191, itálico das autoras). É necessário, pois, lutar para mantê-la.

Machado (2001) propõe uma interpretação para as tensões e ambigüidades vividas por mulheres em situação de conflito conjugal. Conforme analisado em capítulo anterior, a autora propõe que as bases da tensão conjugal atual estão sendo engendradas a partir da coexistência de dois códigos em conflito que estariam conformando o modelo de vivência da conjugalidade: um mais tradicional, onde a mulher ainda espera um homem que lhe proveja amor e respeito compartilhando bens (a propriedade) de ambos e um outro, que, ao apostar na existência de um modelo igualitário de direitos, resiste em perceber as tentativas fracassadas de “conciliação de interesses” entre os parceiros como evidência da assimetria de poder. Em algum momento da sua trajetória amorosa a mulher cederia, acreditaria no príncipe que lhe teria respeito, a proveria e protegeria. E acreditaria também na possibilidade deste código de conduta coexistir com princípios igualitários, não importando tanto o que cabe a cada parte em termos de obrigações, conquanto se cumpram os acordos. Segundo a autora, em algum momento a mulher tenderia a acordar do sonho de conjugar autonomia e companheirismo.

Nos três casos, após uma vida de renúncias e de negação, ao tentarem assumir o controle de suas vidas as usuárias esbarram com constrangimentos econômicos que atingem diretamente as noções de autonomia e liberdade. Espero demonstrar, até o final desta dissertação, como algumas características atribuídas geralmente à identidade feminina, como a renúncia de si mesma e uma tendência hesitante em tomar decisões, relacionadas diretamente com o desenvolvimento da personalidade distinto de homens e mulheres (Gilligan,1982; Chodrow,1979), contribuem decisivamente com as longas permanências em relações conjugais violentas.

Quando relacionamos os impasses de mulheres frente à separação de casamentos violentos a constrangimentos econômicos, eles nos parecem mais plausíveis. A estranheza frente aos prolongados impasses aumenta quando os motivos alegados estão relacionados à ambigüidade dos sentimentos das usuárias frente às vivências de violência. Dentre os 44 relatos que expressam o impasse, alguns exemplos, retirados de 26 registros, incluem:

a) dúvidas em relação ao que sentem pelo cônjuge ou afirmam gostar deles:

“Eu vivo com um homem há 11 anos, ele é 10 anos mais novo que eu. Ele já pediu a separação e já voltamos. Peguei uma carteira de Viagra no bolso dele. Coloquei ele na parede e ele disse que tomou o remédio por brincadeira. Da primeira vez que vivemos juntos era eu que o agredia por ciúmes, ele também agredia. Agora posso passar nua na frente dele, ele é indiferente. Eu sou a mulher da vida dele, eu nasci pra cuidar dele. A gente tinha uma relação sexual normal, e agora ele está desde segunda-feira dormindo separado. Eu gosto dele e não posso mais pedir auxílio à família dele....Ele me agride por causa do meu ciúme. Mas se eu me separar dele agora, vou me separar odiando. Estou com dúvidas se quero me separar. Meu marido é 80% bom. Pedi a Deus uma prova se ele estava me traindo. Acho que o Viagra que encontrei é a resposta. Mas eu acho que eu deveria deixar isso pra lá, meu marido e eu já nos separamos outras vezes. Ele diz que se não me amasse não ficaria comigo.”, (51 anos, ensino médio completo, professora, união estável).

“Estou me sentindo confusa. Meu irmão pede uma decisão. Ele acha que eu devo me separar de meu marido, mas ele não entende que eu gosto dele. Apesar de tantas feridas há amor entre nós dois. Quero me tratar, sair dessa vida. (...) Meu marido me agride e está agredindo minha filha de 13 anos de um tempo pra cá. Gostaria de um atendimento psicológico pra nós duas. Mas gostaria que vocês chamassem ele para ele também ir a um psicólogo”, (46 anos, ensino médio completo, funcionária pública, casada).

O impasse nesses dois relatos é a expressão da ambigüidade. Amor e ódio, felicidade e sofrimento, desejo e rejeição, vividos de forma simultânea. Ambas estão confusas, uma porque enquanto o ciúme gerava brigas e agressões, “como uma espécie de ato de comunicação” (Gregori, 1993, p. 183), havia uma continuidade da relação; com a indiferença, ela perde seu lugar. A outra porque se sentia pressionada a tomar uma atitude de separação, para ela impossível já que acreditava estar vivendo uma doença. O que parece provocar o sofrimento dessas mulheres, além do cotidiano conturbado, é a idéia de separação, que só é cogitada quando se rompe algum ponto de equilíbrio: no primeiro caso, a indiferença do

marido e no segundo, a angústia ao perceber que vivia fora de padrões de conjugalidade aceitáveis por sua rede primária de relação (e, provavelmente, por ela própria).

Machado e Magalhães (1999) analisam a especificidade dos casos em que as mulheres declaram-se envolvidas amorosamente com os agressores, apesar de viverem essas situações de forma prolongada. Questionam se as mulheres não se enredariam nessas relações por só conseguirem se reconhecer através do olhar masculino, “que as espelha” (p.223). A esperança de que o homem deixasse de bater seria “correlata à esperança de que o homem lhe devolva a imagem de mulher desejada e de mulher maternal capaz de gerir as emoções no interior das relações conjugais e familiares” (p. 224). A frase da primeira usuária citada neste item denuncia: “eu sou a mulher da vida dele, eu nasci para cuidar dele”. Uma espécie de co-dependência, em que a mulher encontra sua identidade preenchendo supostas necessidades do outro ou fundindo-se ao parceiro, acreditando ser imprescindível para a sobrevivência do outro e de si mesma, formatando uma espécie de simbiose. Parceiros que, como descreveu Gregori (1993, p. 183), “enlaçados por rituais provados que se repetem cotidianamente” rotinizam a violência. Acredito que essa pode ser uma possibilidade de interpretação, principalmente nesses casos onde se evidenciam a ambigüidade entre amor e ódio.

b) acreditam que têm culpa pelas as agressões do marido:

Tem comportamento agressivo com o marido. Ele fala que ela é maluca. Ele, há cinco anos, fica xingando ela. O marido bebe, mas fica relaxado, fica disposto a brincar com as crianças. “A culpa é minha, se eu me separar dele ele vai reunir as famílias, ele é uma pessoa de ótimo relacionamento com várias pessoas”. Ela sempre acha que vai tudo melhorar. Sente a auto-estima baixa e tem vontade de procurar um psiquiatra. Disse que esse ano vai voltar a estudar e ele já disse que “vou é namorar”. Se o almoço era para sair às 11 h. e sai às 12 h. é motivo de briga. São casados há quinze anos. “No trabalho são todos os sim, em casa são todos os não. Certo mesmo é que ele é muito social”, (34 anos, casada, ensino fundamental completo, artesã).

c) por ainda acreditarem no cônjuge ou nutrirem compaixão:

“Fui ao encontro da minha sogra e ela, é lógico, pois é mãe dele, disse que ele estava sofrendo muito, que queria voltar e que eu desse outra chance pra ele. Se acontecesse de ele bater em mim novamente ela e as irmãs dele iriam pessoalmente à delegacia dar queixa. Eu fiquei firme e disse que não tinha volta. Elas me garantiram que eu poderia voltar a trabalhar e que ele não ia fazer mais nada. Acredito que ele vai obedecer à mãe e às irmãs, ele só tem 22 anos e é

dependente delas. Elas estão muito brabas com ele. Vou tentar levar a minha vida e dar uma chance pra ele”, (telefonema de retorno, 17 anos, ensino fundamental incompleto, união estável, do lar).

“Já tem um ano que estamos separados dentro da mesma casa, eu tenho um salão dentro de casa... Eu tenho medo de continuar com a separação porque estou adotando minha filha. Já fiz quatro boletins de ocorrência e já fui chamada uma vez, mas retirei as queixas porque ele ficava bonzinho e eu acreditava que ele ia mudar”, (40 anos, cabeleireira, ensino fundamental incompleto, casada).

Fica claro nesses casos que, tanto os homens quanto as mulheres, provocam ou mantêm as situações de violência. As mulheres reclamam, xingam, procuram a polícia, familiares. Criam, paradoxalmente, ao acreditarem ter culpa ou que eles “melhorarão”, o próprio campo de vitimização. Ao delegarem ao outro (família ou instituição pública) a condução de suas vidas acabam, inconscientemente, reiterando as situações vividas. Não especificamente relacionado aos últimos casos, podendo estender-se a alguns outros presentes nesta seção, apresento como Gregori (1993) define como a vítima coopera na produção da violência quando atua como um não sujeito: “isto é, ela ajuda a criar aquele lugar no qual o prazer, a proteção ou o amparo se realizam desde que se ponha como vítima. Esse é o ‘buraco negro’ da violência contra a mulher: são situações em que a mulher se produz –não apenas é produzida- como não sujeito” (p. 184).

d) resistem em denunciar, retiram as queixas e têm dúvidas:

“Olha, eu trabalho o dia inteiro e ele só sabe me xingar de preta, piranha e vagabunda. Eu é que boto compra em casa, (...) faço todo o serviço e só levo na cara. Eu quero me separar. Não agüento mais. Não tinha café hoje e então ele saiu chutando tudo. Diz que eu não sirvo pra nada. Ele é super pai. As crianças entram em pânico se falar em separação. Nunca me agrediu fisicamente. Se você falar para os outros ninguém acredita no que ele faz. Não quero ir à delegacia, isso eu não quero fazer. A casa é minha, eu pago o empréstimo, tudo sozinha. Compro remédio, pago Caixa Econômica. Os três meninos são dele. Eu não sou de ferro. Eu também não agüento, se ele me agredir fisicamente eu não sei não...eu acabo saindo do sério. Eu dô na cara dele com vassoura. Eu pensei em ir embora pra o Rio, largar tudo, ir pra casa da minha mãe, mas vou acabar perdendo meus direitos”, (costureira, união estável, não informou idade nem escolaridade).

“É o seguinte, uma vez eu liguei para aí e fui encaminhada a DP, fiz corpo de delito (...). Na ocasião tinha perdido bebês gêmeos, pois estava grávida e isto ocorreu devido aos espancamentos. Não relatei os fatos e acho que nem deveria estar comentando, sei lá(...) quando recebi a intimação para comparecer à audiência, retirei a queixa. Ele foi se tratar e nós voltamos a nos relacionar. Fiquei grávida novamente e entramos para os “Casados para

sempre”. Aí ele voltou a beber e o aluguel está atrasado. No sábado ele me deu dois socos nas costas. Fui para a casa da minha mãe. Ele disse que se eu não voltar ele vai queimar tudo o que é meu. Ele teve aqui (na casa da mãe) (...) ele estava bêbado. Eu falei com ele se ele quiser ver o filho que não venha bêbado. (...) Ele melhorou quando foi para a clínica. Ele me deixou agora cheia de dúvidas”, (40 anos, união estável, ensino superior completo).

Em nenhum dos dois últimos casos, constrangimentos econômicos parecem confluir nas decisões de ambas em continuar ou voltar com o cônjuge agressivo. A primeira não quer de maneira alguma que o Estado, o mundo de fora intervenha em questões que envolvem o mundo da casa; com isso o desejo de separar-se é explicitado sem, contudo, dirigir-se para tomadas de decisões mais concretas. Ela agüenta muita coisa, afinal de contas ele é um ótimo pai, “ninguém diz que ele é daquele jeito”. Mas tudo tem um limite, ou seja, dá para agüentar muita coisa, não dá para agüentar a agressão física, que ela colocou como limite, não para, finalmente, denunciá-lo, mas simplesmente, revidar.

A segunda apela para os “casados para sempre”⁶⁶ na esperança de instituir comportamentos e condutas esperadas para um pai de família. O “casados para sempre” entra como legitimador externo de pactos renegociados na relação a dois.

A resistência, as dúvidas sobre separar-se parecem refletir a divisão de mundos em que se encontram e que as mulheres gostariam de unir e manter. Não falam de paixão nem de amor, querem um parceiro para compor um casamento ordenado por regras próprias diretamente acordadas ou não entre ambos, que até podem incluir a mulher como provedora, ou por regras estabelecidas por uma instância superior que legitime e dê subsídios para a manutenção das mesmas. As usuárias quando “falam de homens que são ‘bons’ e ‘maus’, parecem não perceber que os atos de violência não são fatos isolados, mas que estão inseridos na dinâmica do casal” (Moreira, Ribeiro e Costa, 1992, p. 177).

e) sentem medo da reação do cônjuge ou dos filhos

⁶⁶ Grupos ligados a igrejas evangélicas que “têm o objetivo de levar os casais a redescobrir princípios bíblicos que os ajudem a fortalecer e curar seus casamentos, transformando os lares num oásis de paz, harmonia e contentamento” (www.jesusvem.com.br).

“Casada há 24 anos, tem três filhos adolescentes, está sofrendo violência física e psicológica. O marido é aposentado e não quer se separar, vivem separação de fato há mais ou menos cinco anos. Possui casa própria na qual ele quer ficar morando sozinho. Os filhos não aceitam que ela denuncie o pai apesar dele ter começado a agredi-la fisicamente. Ela não fez o boletim de ocorrência com medo da reação dele”, (43 anos, autônoma, ensino médio completo, casada).

“Há quinze anos sou casada com um homem e ele voltou a beber, me ameaçar, me bater, mas meu filho se coloca na frente. Ele tem uma arma e me ameaça. Tenho muito medo da morte. Não consigo dormir e trabalho o dia todo na creche. Peguei ele com outra, bebendo e de beijos e abraços. Ele recebeu ontem e o dinheiro já foi embora. A casa é nossa, compramos o terreno junto da casa da minha mãe. Ele já bateu no meu filho e eu dei queixa na DP, isso tem um ano...”, (33 anos, ensino fundamental incompleto, casada, ajudante em creche).

“Ele fala que vai queimar a casa se eu sair dela, diz: “... se você procurar a justiça eu faço do mesmo jeito”. Eu tenho 2 filhos, um de 15 e um de 12 anos, estamos juntos há 17 anos, não somos casados. Eu quero sair de casa e deixar tudo pra lá, mas tenho medo. Todo final de semana ele faz tudo isso e ainda quer fazer sexo. Todo final de semana sou agredida, ele quebra tudo em casa. O irmão dele matou um rapaz há um mês por ciúme da mulher, eles são violentos, resolvem tudo no soco. Ele me agrediu, me mordeu, me beliscou no braço. Minha sogra, minha cunhada e meu cunhado, todos têm medo. Na quarta feira, depois dele me bater ele ainda queria beijinho. Ele machuca até a filha. O filho quando começa a briga ele foge, ele é tão covarde..me joga no chão, corre atrás de mim com uma faca e diz você não quer fazer sexo comigo é porque já fez com outro...”, (32 anos, ensino fundamental incompleto, doméstica, união estável).

“Meu marido me bate sem deixar marcas e eu sofro também violência sexual, mas ninguém sabe, por que eu fico quieta. Nós vivemos juntos durante quatro anos e ficamos separados durante cinco anos, agora faz um ano e pouco que voltamos. Eu quero sair de casa, tenho condições de me manter sozinha, tenho o meu trabalho, mas ele não quer deixar eu ir e fala que se eu sair me mata. Sofro violência sexual direto, do jeito dele, na posição que ele quer e ninguém escuta nada, nem os vizinhos porque eu não faço escândalo. Eu vivo a base de calmantes, ele diz que é safadeza, que eu não preciso [dos remédios]. Ele me bateu e até me enforcou, mas não deixa marcas. Há cinco anos atrás eu fui na delegacia e não adiantou nada”, (30 anos, ensino fundamental incompleto, união estável, serviços gerais).

Esses casos serviriam de exemplo à interpretação estereotipada (e tão rechaçada por parte da literatura feminista) da situação de vítima-algoz. Os homens são apresentados como ensandecidos por sexo ou pelo controle. Agem espalhando o terror e às mulheres resta o medo, alimentando uma espécie de cumplicidade, quando a mulher redobra sua conduta submissa para que o homem a deixe em paz. Gregori (1993) compara essas situações de terror vividas por mulheres em casamentos violentos a situações das populações de países que vivem sob a égide da repressão política, em bases terroristas, a fim de pensar na cumplicidade

desenvolvida pelas mulheres. Autores⁶⁷ por ela citados, propõem que os opressores criam zonas de inefabilidade, onde a violência assume uma posição onde as palavras não dão conta de significarem e rediregirem os rumos de situações-limite, aniquilando o conjunto de referências identitárias do oprimido, destituindo-o de si mesmo.

Conforme observado pelas plantonistas do DM, a questão do medo surge freqüentemente nos relatos das mulheres como nutriente da paralisia frente a situações-limite. O medo vai tomando conta da mulher, levando-a a desenvolver ações calculadas nas possíveis reações agressivas do cônjuge, num processo que parece envolver um apagamento de si. Esse tema é pouco estudado entre os (as) autores (as) por mim pesquisados (as). Fui buscar junto a estudos sobre o trauma subsídios que para ampliar o entendimento da dinâmica do medo em relações conjugais violentas de longa duração.

Medo é sempre medo de ser destruído, lesado, roubado, invadido. Tendo justificativas racionais ou não, o ser humano sente medo, remetendo-nos a idéia de um estado ontológico de desamparo que é próprio do ser humano (Freud, 1926; Laplanche e Pontalis, 1996). Para Costa (2003), “é porque o *sujeito violentado* (ou o observador externo à situação) percebe no *sujeito violentador* o desejo de *destruição* (desejo de morte, desejo de fazer sofrer) que a *ação agressiva ganha o significado de ação violenta*.” (p. 39, grifo do autor). Assim a violência seria o “emprego *desejado* da agressividade com fins destrutivos” (p.39, grifo do autor). Se admitirmos que o que se ouve de todos os relatos de violência contra a mulher guarda um grau de relação com a intenção enfocada por Costa (2003), creio ser possível relacionar os conceitos oriundos dos estudos sobre trauma com o que as mulheres referem em relação aos medos de seus cônjuges.

⁶⁷ Apud Gregori, 1993: Bettelheim, Bruno. “Surviving and other essays”, Nova York, Vintage Books, 1980; Taussig, Michel. “Terror as usual”, Standford, Standford University, 1988 e O’Donnell, Guillermo. “On the fruitful convergences of Horschman’s exit, voice and loyalty and shifting involvements. Reflections from the recent argentine experience”, São Paulo, Cebrap, mimeo, 1985.

Conforme citado por Peixoto Jn. (prelo), Ferenczi equivale o choque traumático “à aniquilação do sentimento de si, da capacidade de resistir, agir e pensar com vistas à defesa do self” (p.6). Uma tentativa recorrente no pós-trauma e que observamos em vários relatos de mulheres vítimas de violência é a de apagar o acontecimento, esquecê-lo, deixando-o como um oco, sem continuidade dentro da própria história (que Ferenczi irá chamar de “ausentar-se, estar fora de si” [p. 7]).

Rovinski (2004), analisando a trajetória do conceito de trauma pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais da Associação de Psiquiatria Americana (DSM), demonstra o refinamento e a abrangência que foi tomando o conceito de transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), que pode ser de utilidade para a avaliação dos casos de violência contra a mulher. Fugindo ao escopo desse trabalho a apresentação detalhada deste debate, elejo alguns pontos pela autora abordados, partindo do conceito inicial de que trauma é todo evento que se situa fora do âmbito da experiência humana usual, provocando intenso e marcante sofrimento para a pessoa. Hoje aparece como fundamental no DSM quanto à caracterização de um trauma, o seguinte:

“evento traumático seja ameaçador à vida ou à integridade física da própria pessoa e que a resposta a este evento envolva intenso medo, impotência ou horror. A inclusão da reação do indivíduo ao evento resultou de pesquisas mostrando que o medo de morte ou de sério ferimento é um preditor dos sintomas de TEPT” (Rovinski, 2004, p. 50).

Em que medida as usuárias do DM vivem quadros de TEPT⁶⁸, não se pode afirmar. Índícios de transtornos psicológicos e físicos conseqüentes à longa permanência, comumente são comentados nos telefonemas, como, por exemplo, estarem tomando calmantes, terem emagrecido, apresentarem insônia e cefaléias. Trago esta digressão na tentativa de ampliação

⁶⁸ Os sintomas físicos do TEPT são os visíveis hematomas, fraturas ósseas, cortes, tentativas de homicídio, estresse crônico com dores de cabeça, alterações hormonais/menstruais, fadiga, etc. Os sintomas psicológicos são próprios às vivências traumáticas. Sintomas de choque, negação, recolhimento, confusão, entorpecimento e medo. Sintomas como depressão, desesperança, baixa auto-estima e negação, além de tendência da vítima se sentir responsável pelo que aconteceu e tendência ao suicídio completam, ou quase, o quadro psicológico (Rovinski, 2004, p. 78).

do entendimento sobre a relação conjugal quando impregnada de medo, na tentativa de ampliação do entendimento das relações entre medo e terrorismo abordados por Gregori (1993) e da cumplicidade estabelecida entre dominador e dominado, já discutida, proposta por Bourdieu (1999) quando aborda a violência simbólica (e comentada por Grossi [1998]).

Em 13 casos, as usuárias expressaram o desejo de separação sem hesitação. Várias querem, ao contrário, compreender pormenorizadamente as punições possíveis ao cônjuge com a abertura do processo de separação e/ou quais os procedimentos podem agilizar a separação.

“Eu liguei há algum tempo, mas você disse que eu tinha que ter certeza da separação. Agora eu tenho. Ele está mais agressivo e está ameaçando meu filho que saiu no meio da noite com medo dele. Moro com ele há um ano e cinco meses e tenho uma filha de quatorze meses. Ele ficava agressivo só quando bebia, agora não, mesmo sem beber ele é agressivo. Dei uma chance para ele, mas ele não mudou. Agora eu não quero mais.”, (35 anos, ensino fundamental incompleto, união estável, massagista).

Segundo Machado e Magalhães (1999, p. 175), a partir do ouvir atento das narrativas das vítimas da violência conjugal, duas demandas são evidenciadas: “a demanda por direitos e a demanda pelo deciframento dos motivos de seu envolvimento nas relações conflituosas”. Não há, pois, como descuidar-se da perspectiva individualista dos direitos, própria do início do feminismo dos anos 60/70, que foi o propulsor dos avanços nos campos jurídico e da saúde em relação à temática da violência contra a mulher. Aprofundar o entendimento de quais os investimentos subjetivos envolvidos nos vínculos conjugais violentos deve andar de mãos dadas com o compromisso militante de subsidiar casos como este, facilitando o acesso das mulheres aos meios legais para transformação de sua realidade. Espera-se que a aplicação Lei Maria da Penha, recém promulgada, possa se transformar numa realidade. Para tal, a sociedade civil tem que continuar criando mecanismos de pressão para que esta não seja letra morta.

Em 48 dos casos analisados, as mulheres estão vivendo processos de separação. Algumas delas já saíram de casa ou o agressor saiu, mas podem demonstrar dúvidas quanto aos direitos. Em 26 casos as mulheres relatam perseguições e ameaças.

“Viveu quatorze anos com um militar e tem dois filhos (um de quinze e outro de dezesseis). Somente a menina está com ela. Está separada há dois anos e sete meses, mas ele continua perseguindo e ameaçando. Ele é casado com outra e mora em Já teve audiência de conciliação do registro da delegacia e acabaram entrando num acordo e foram encaminhados para o psicólogo, mas não deu certo. Hoje ele a persegue dia e noite e diz que sua liberdade custará muito caro.”, (44 anos, ensino médio completo, comerciária, solteira).

“É separada há algum tempo, só que o marido não aceita e está ameaçando o filho de 9 anos...No último final de semana ele a seguiu do barzinho até em casa e no domingo não permitiu que ela saísse para almoçar. Ficou apertando a campainha durante um longo tempo e ela ligou para a polícia que disse que não poderia fazer nada. Já foi ao conselho tutelar que não fez nada. Já teve uma audiência no juizado especial criminal que não deu em nada. ‘Eu não agüento mais, são dois anos de perturbação’”, (48 anos, divorciada, autônoma, ensino médio completo).

Nesses casos a separação não foi suficiente para interromper um modelo de vínculo conjugal abusivo que provavelmente foi a própria causa da separação. A impressão é que as usuárias do DM buscaram a separação em absoluto confronto com os cônjuges que não queriam a ruptura do vínculo. Machado e Magalhães (1999), analisando homens agressores e perseguidores de mulheres que decidiram separar-se à revelia deles, afirmam que seus atos seriam formatados a partir de princípios como “o controle, desejo de ter, desejo de não perder, desejo de que as mulheres nada queiram a não ser eles mesmos” (p. 212). Para as autoras, a posição masculina mantém-se como da “centralidade da representação do poder das decisões” (p.231). Constataram, além do que chamaram de “um obsessivo desejo por controle”, a precária elaboração dos mesmos em relação às suas atitudes violentas contra as suas mulheres. Tais achados reforçam o que outras estudiosas vêm aportando em relação à violência conjugal praticada por homens (Grossi, 2004; Giddens, 1992), ou seja, uma âncora em torno do complexo moral de honra e vergonha. Como a honra masculina é vista como dependendo das mulheres manterem o “respeito”, os homens precisariam controlá-las. Caberia aos mesmos, pois, o controle da “virtude” feminina (Grossi, 2004). Estariam tentando

os homens dessas histórias recuperar o poder de controle perdido, pressionando violentamente às mulheres a retrocederem em suas decisões? São perguntas que lanço, consoantes com as indagações gerais da pesquisadora sobre o tema e que por ora ficarão sem um maior aprofundamento por fugirem ao escopo dessa pesquisa.

Permito-me, entretanto, uma última referência ao trabalho de Nascimento (2001), que desconstrói a visão unívoca e simplista que liga masculinidade à violência. Utilizando-se dos argumentos de Lori Heise⁶⁹, o autor afirma que a violência cometida por homens contra as mulheres é, como toda violência, um fenômeno que envolve múltiplos fatores pessoais, situacionais e socioculturais que estão interconectados. Acredito que a afluência dos recentes e profícuos estudos (Arihla, Ridenti e Medrado, 1998; Grossi, 2004) sobre masculinidades, será de grande contribuição para uma compreensão mais ampla do fenômeno da violência conjugal.

7.5) Identidade feminina e os impasses na clínica

Neste momento em que a apresentação dos resultados de minha pesquisa chega ao final, considero relevante refletir sobre os prolongados impasses femininos frente ao desejo de separação de relações violentas com aportes advindos de minha experiência clínica como psicoterapeuta. Não significa que irei estabelecer paralelos sólidos entre os relatos do DM e os oriundos de pacientes de classe média do interior do Rio de Janeiro, haja vista as limitações metodológicas, observadas anteriormente, com relação à fidedignidade e intermediação no registro dos relatos, além da limitação intrínseca do atendimento do serviço (o anonimato) que não permitiria entrevistas com as usuárias. Mesmo assim, apresentarei resumos de casos clínicos de mulheres com histórias de conjugalidade violenta como fonte de inspiração para

⁶⁹ Apud Nascimento (2001): HEISE, Lori. Violence against women: an integrated ecological framework. **Violence against women**. London, v.4, n.3, p. 262-290.

estudos futuros que venham a ampliar a compreensão das dinâmicas subjacentes aos prolongados impasses femininos. Questiono até que ponto os impasses estariam associados a peculiaridades da estruturação da identidade feminina. Entendendo que a identidade não é fixa ou imutável e acreditando que, ao longo da vida, a identidade se transforma e se desenvolve, estarei ressaltando uma existência feminina, em diversos graus, caracterizada ainda como frágil, dependente, pusilânime e instável emocionalmente. A análise dos casos visa questionar que processos (cognitivos, culturais e sociais) de construção da identidade e auto-imagem feminina estariam engendrando estados dramáticos de imobilização do desejo (no caso, de separarem-se de cônjuges violentos). É possível que, ao analisarmos discursos puros de sofrimentos provindos da clínica psicoterápica, identifiquemos nuances de como se tece a construção dessas identidades, aparentemente frágeis e pouco autônomas.

Ao refletir sobre essas dinâmicas tenho em mente algumas pacientes que procuraram psicoterapia após admitirem para si mesmas o desejo de romperem com as relações violentas que viviam. O desafio de recriarem dimensões da própria existência a partir da decisão de separarem-se era acompanhado por uma série de sintomas físicos e emocionais. São histórias em que a individualidade se obscureceu à sombra da expansão da outra, consentindo mutilações de si por conta da inércia, do medo, de um suposto sentimento de amor, por constrangimentos financeiros, por escassa consciência de si.

Elegi três histórias de mulheres que explicitam uma espécie de zona de obnubilação identitária nas quais transitam por longos períodos em seus casamentos, marcados pela tensão e agressividade. Os nomes e alguns dados passíveis de revelar as identidades foram modificados e a descrição das histórias é fruto de uma compilação dos registros por mim realizados. Destaco passagens relacionadas à dificuldade das mulheres se discriminarem da situação vivida e assumirem a decisão de separarem-se. Para tal, destacarei em *itálico* as

partes que servirão de base para as aproximações analíticas realizadas em seguida à apresentação das histórias.

Vânia, uma jovem de seus 35 anos, casada desde os 23, nível superior incompleto, dois filhos, trabalhava em uma firma de médio-grande porte e gosta de seu trabalho. Sua história pode assim ser resumida:

“Eu casei gostando, gostava muito dele. A gente viveu muita coisa boa juntos. Júlio é um cara legal, é humorado, é engraçado, é inteligente, bonito, carinhoso quando quer e lhe convém, bom de cama. Me prometia tanta coisa...Ficou me devendo muito. Tentei de tudo. Disso eu nunca vou me culpar. *Eu queria a família unida.* Mesmo quando tudo já estava muito desgastado eu me dizia que ainda gostava dele. Foi só quando eu comecei a cavar minha independência é que eu percebi o quanto ele me boicotava, o quanto ele me colocava prá baixo, o quanto ele dava o contra e não se interessava por nada do que eu lhe contava a meu respeito. Não vibrava com os elogios que eu lhe contava ter recebido no trabalho. Acho também que os filhos vieram rápido e seguidos demais. Eu, na época, era totalmente dependente dele. Foi um susto ver o quanto ele rejeitou os filhos. As agressões físicas eram esparsas. Foram quatro ao todo, mas a tensão era permanente. Um campo de batalha, todos os dias. Eu não abaixava a cabeça e isso o deixava louco. Depois demorava um pouco prá gente se reconciliar, mas acabávamos nos falando. *Eu não sei o que me amolecia. Se era uma preguiça, uma fraqueza, um medo, um não conseguir enxergar o que viria depois, o como a vida seria fora do casamento. Me sentia muito misturada com tudo. Com ele, com as crianças, com meu trabalho. Um embaralhamento de mim mesma. Não conseguia me separar de tudo a minha volta e pensar direitinho no que eu realmente queria para mim, para minha vida. Não conseguia me delimitar, pensar ser possível viver sem aquilo tudo a minha volta.* Filhos, marido, casa, trabalho. Acho que isso tudo não me deixava nem pensar em mais nada relativo a mim mesma. *Inconscientemente, acho que eu desejava me separar, mas essa idéia demorou muito a se concretizar na minha cabeça. Não via as coisas direito, era tudo muito nebuloso na hora de pensar.* Hoje consigo ver que simplesmente não quero essa vida, entende? Não quero e posso não querer. E não quero com muita força, que eu nem sabia que tinha essa força dentro de mim. Acho que essa força vem do medo que eu cultuei dele por tanto tempo. Um medo que eu dava o nome de cautela, de ‘não adianta insistir, vai acabar em briga’ ou ‘deixa eu atendê-lo ou bajulá-lo um pouco pra ver se ele amansa’. Acho que ele media tudo e ele fazia aquilo tudo {brigar por dinheiro, não pagar as contas, reclamar das crianças, colocar as crianças contra mim, exigir que eu pagasse coisas que estavam combinadas que ele pagasse, furar com tudo

que a gente combinava) prá ter certeza de que era ele que mandava, controlava os acontecimentos entre nós”.

Vânia se separou logo depois de iniciar a terapia e precisou de um bom tempo para “desembaralhar-se” da relação já que o ex-marido declarou guerra, tornando litigioso o processo de separação.

Nádia é uma mulher de 43 anos, tem o ensino fundamental incompleto e trabalhava com o marido desde o início do casamento:

“Eu tomava uma decisão, dizia pra mim mesma que iria me separar e logo depois eu esfriava. Não mantinha o que eu pensava. No início era porque eu acreditava que ele mudaria. Aí eu tentei psicólogo, advogado, a família conversava com ele. Eu saí de casa duas vezes. Acabei voltando pra ele, minha mãe dava conselho pra eu voltar, senão eu podia perder as coisas. Mas ele não mudava nadinha. Sempre de mal-humor, sem conversar comigo nem com os filhos. Estou com ele desde os 13 anos. Foram 7 anos de namoro e 23 anos de casamento. Agora chega. Todo mundo diz pra mim ‘você é bonita, trabalhadora, não tem que tá passando por isso’. Mas não sei, construímos muita coisa juntos. Mas penso que nada vale mais que a minha vida. De que adianta isso tudo se não tenho uma família unida? Meus filhos não acreditam mais que eu vá me separar. Eles também não agüentam mais a vida que levam. Eu falo que vou mudar, mas parece que fico esperando que no outro dia tudo já amanheça mudado. Tem um tempo que é o de sair de casa, esperar a reação dele, ver como tudo vai se ajeitar, que eu morro de medo. Ele tem uma arma e quando a gente brigava ele atirava pra fora de casa, me ameaçando com os tiros. Já tem três anos que a gente está separado vivendo dentro de casa. Estou acomodada. Quando eu acho que ele não está ligando mais pra nada entre a gente, ele aparece com um ciúme besta de um vendedor. Sempre que pensei no porque ele me batia e chegava à conclusão de que era porque ele cismava. Sabe, cismar? Um mês depois do casamento ele me deu uma surra quando chegamos em casa porque eu olhei pra prá dentro de um bar e ele achou que eu tivesse olhado pra algum homem. Hoje eu penso que ele quer controlar tudo meu, até meu olhar. Quando alguma coisa na loja não dava certo, ele acabava descontando a raiva em mim. Mas, na maioria das vezes, era porque ele estava irritado e cismava. Não tinha lógica. Eu ficava me perguntando por dias o porque que ele me batia, chegava a achar que era alguma coisa que eu tinha dito ou feito, ficava remoendo aquilo na cabeça. Hoje tenho certeza de que eu não tinha culpa de nada. Era e é tudo maluquice dele e eu não quero mais viver isso. Eu era pobre, passei muita dificuldade na vida, minha mãe ficou viúva cedo. Me sentia totalmente dependente dele, como se ele fosse meu pai, que me protegeria, não me deixaria faltar nada. Mesmo eu trabalhando muito e construindo as coisas junto dele era ele que parecia ter todos os direitos e o único que tinha trabalhado. Isso não é verdade. Tudo também é meu.”.

Duvidei de que Nádia conseguiria assumir a decisão da separação. Ela se dizia temerosa da reação do marido e o caracterizava como uma pessoa irascível, pronta para matá-la caso se separassem. Após um ano de terapia, ela procurou uma advogada, efetuou a separação e ele, surpreendentemente para ela, cumpriu as determinações acordadas perante a justiça.

Sandra procura a terapia com um quadro depressivo, fazendo uso de medicamentos, dizendo-se paralisada frente ao medo que desenvolvera do marido após uma série de ameaças e violências. Ela tinha 47 anos, vivia há vinte anos com ele, tinha nível superior completo e trabalhava em uma firma que ela e o marido haviam montado juntos e eram os únicos donos.

“Não sei explicar como vivi tanto tempo com ele. *Como foi que eu deixei que tudo acontecesse? Quem era que estava ali, deixando todas aquelas barbaridades acontecerem? Era eu? Era eu e não era eu ao mesmo tempo.* Ele tinha uma idéia mirabolante de ganhar dinheiro e eu era sempre parte dos planos dele. *Eu era um contra-regras da vida dele.* No fundo era eu que, realmente, trabalhava, dava duro e ele arruinava com tudo depois, se endividava, eu avisava, ele não me ouvia, ele nunca me ouviu. *Eu tinha responsabilidades sobre todos e cuidava de todos, menos de mim e eu não via isso.* Eu só agia. Uma sucessão de acontecimentos em que nunca era eu que estava no leme. Sabia que não queria muita coisa do que acontecia comigo, mas não tinha força para mudar, achava que um dia as coisas mudariam, mas não sabia como. Depois foi muita mágoa acumulada. Ele nunca me olhou, nunca prestou atenção no que eu dizia, eu era simplesmente uma peça na engrenagem dele. Eu era tão diferente de moça. Não pensava em me casar e ter filhos. Tinha medo de que depois deles eu estancaria minha vida. E foi isso que aconteceu por sete anos, enquanto eles eram pequenos. *Ao olhar pra trás, parece que vou me desanestesiando.* Não sei realmente como tudo aconteceu. Você vive, mas não vai se dando conta do que está vivendo. Fui omissa, fui fraca. Foi só quando eu pedi a separação que ele começou a ficar realmente agressivo comigo. Até então ele era de gritar, quebrar coisas, dar soco na mesa. Implicava com minhas roupas, mandava fechar a blusa, tirar o decote, aumentar o biquíni. Quando eu disse a ele que tinha passado uma vida pedindo para que ele mudasse, que ele me escutasse, que houvesse diálogo entre a gente e ele não escutou e que eu queria a separação, aí ele disse que ia mudar. Eu estava cansada da falta de atenção dele, do sexo porcaria, da estupidez e do autoritarismo dele. A decisão veio depois que ele me obrigou a descer do carro às duas da madrugada após uma discussão. Foi a gota d’água. De lá pra cá tudo o que ele tenta fazer com o discurso que quer me re-conquistar, só mostra cada vez mais quem ele realmente é. Um cara que não tem coração, que não tem caráter, que é mau”.

Após um ano de terapia e de viver situações dramáticas, ela conseguiu se separar, fazendo concessões patrimoniais importantes a favor do ex-cônjuge.

Fui buscar em duas autoras que estudaram o desenvolvimento da identidade feminina⁷⁰, Carol Gilligan (1982) e Nancy Chodrow (1979), embasamento teórico para a compreensão dos prolongados impasses femininos. As autoras, uma educadora e uma psicanalista, defenderam que “uma experiência discriminativa decisiva no desenvolvimento masculino e feminino surge pelo fato das mulheres universalmente serem as grandes

⁷⁰ O debate sobre até que ponto a natureza e a cultura estão jogando um papel na definição e conformação das identidades de gênero tem uma produção acadêmica extensa, que nesta dissertação estará sendo apenas referendada (Ortner, 1979; Beauvoir, 1980; Rosaldo e Lamphere, 1979; Rosaldo, 1979; Mead, 1979; Tubert, 2003; Butler, 1992; 2003).

responsáveis pelos cuidados dos (as) filhos (as) pequenos (as)” (Chodrow, 1979, p. 65). Analisam que as diferenças no desenvolvimento de homens e mulheres advêm das vivências do período pré-edípico⁷¹, onde meninos e meninas processarão identificação e separação da figura materna e conseqüente relação com o mundo objetal de maneiras distintas. As meninas não necessitariam de uma delimitação tão expressiva da mãe quanto precisam os meninos e por isso tenderiam a desenvolver a identidade egóica de forma mais permeável e contígua à mãe. Os meninos, ao contrário, desenvolveriam uma individuação mais enfática e fronteiras de ego mais rigidamente delimitadas.

Tanto Chodrow (1979) quanto Gilligan (1982) concluem que as características dessa formação da identidade (para os meninos, a separação e a individuação e, para as meninas, o apego e a empatia) acham-se fortemente vinculadas às identidades de gênero. Ambos os gêneros estariam sujeitos a diferentes perigos. Para os homens a intimidade, para as mulheres a separação, seria o fantasma das identidades. Os homens tenderiam a enfrentar dificuldades com o relacionamento e as mulheres com a individuação⁷².

Portanto, é possível que as dificuldades encontradas por homens e mulheres na “evolução da atividade de constituição de sentido”⁷³ (Kegan, 1982) difiram sobremaneira, levando a distintas percepções de si e das relações, e a distintos posicionamentos diante de conflitos morais e processos decisórios. A importância que Gilligan (1982) atribuiu à pesquisa sobre os processos decisórios de mulheres em realizarem ou não abortos, consistiu, principalmente, em estudar a relação entre seus julgamentos morais e suas ações

⁷¹ Freud desenvolveu o conceito de complexo de Édipo (baseado no mito de Édipo-rei onde o personagem mata o pai e casa-se com a mãe sem saber quem eram) como pano de fundo para o desenvolvimento da identidade. O eu se desenvolveria em relação ao pai e à mãe, ou seja, a dois sujeitos separados, mas sexual e socialmente inter-relacionados. Todo ser humano tem que negociar sua posição perante a presença conflitante e complementar de ambos. Para Freud, todas as relações sociais, privadas ou públicas, têm como base a dinâmica edípica (Laplanche e Pontalis, 1996; Brunner, 2000).

⁷² Giddens (1993) segue os passos de Chodrow ao explicar o desenvolvimento psicosssexual masculino afirmando que: “O senso masculino de auto-identidade é forjado em circunstâncias em que a orientação para a auto-suficiência está associada a uma desvantagem emocional potencialmente mutiladora” (p.131).

⁷³ Tradução livre de “activity of meaning-constitutive evolution”.

conseqüentes. Os dilemas das mulheres girariam em torno dos modos pelos quais uma tomada de decisão afetaria suas opiniões sobre si mesmas e seus relacionamentos com outras pessoas.

As categorias utilizadas pela autora –conflito moral e escolhas, pensamentos acerca de si e da relação eu-outro- são bastante pertinentes para a presente pesquisa, desde que a prolongada hesitação (sugerindo muitas vezes um conflito moral) frente a uma tomada de decisão (separarem-se ou não) aponta para questões ligadas às identidades das mulheres (pensamentos acerca de si) e como elas sentem e pensam suas relações conjugais violentas (pensam a relação eu-outro). O problema da mulher seria, segundo Gilligan (1982), equacionar uma distância dentro das construções simbólicas de seus relacionamentos e da construção de si mesmas, de modo a garantir a possibilidade de, ao tomarem decisões em meio a conflitos morais, não terem de se auto-sacrificarem, se auto-anularem em nome de uma ética certamente desenvolvida via a exclusão de si mesma. A certeza de que o eu e o outro são interdependentes não pode ser confundida com a necessidade de um maior apagamento de um dos membros da relação em função da sobrevivência do outro.

O apagamento identitário não detém a progressão da tensão dentro do casamento e, muitas vezes, as mulheres têm que ceder, cada vez mais, partes de si mesma. Há, entretanto, como se pode perceber nos relatos citados, uma possível “virada” dessa trajetória voltada para sustentar a integridade da relação conjugal e da família sem maiores questionamentos. Essa “virada” não tem regras em sua gênese e manifestação. Pode ser fruto do acúmulo das experiências, um episódio mais dramático, uma doença grave, a cobranças dos filhos, a pressão de amigos e familiares. O que as mulheres vão percebendo, de forma insidiosa, gira em torno da premente necessidade de assumirem o controle sobre suas vidas. Geralmente, as mulheres passam por um período em que elaboram o “direito” a não se sacrificarem em nome da família (apesar de, por muito tempo, esse sacrifício ter sido incorporado numa noção virtuosa sobre si mesma aos olhos do julgamento alheio). No momento em que a mulher se

pergunta se não seria possível ser, ao mesmo tempo, fiel a si mesma, a seus sentimentos e percepções e também, continuar preocupada e responsável com o cuidado da família, ela começa a pavimentar um caminho de maior discernimento sobre ela e os outros.

Segundo Gilligan (1982), a intimidade seria a experiência transformadora para os homens⁷⁴, enquanto que para as mulheres, diferentemente (já que definem sua identidade através dos relacionamentos, da intimidade e do cuidado), a escolha torna-se central e o “conflito decisivo entre o eu e o outro constitui assim o problema moral decisivo para as mulheres, suscitando um dilema cuja solução exige a conciliação entre feminilidade e idade adulta” (p. 81). Para a autora, as divergentes construções da identidade, pela via da afirmação da auto-expressão ou pela via da auto-anulação, criam diferentes problemas para um maior desenvolvimento de ambos.

Como foi afirmado, ao longo desta dissertação, as construções sociais e simbólicas do masculino e do feminino, os gêneros, são construções históricas, passíveis de desconstrução, portanto. O que esta pesquisa observou, entretanto, é que há um enraizamento entre as identidades de gênero e os tipos de conflitos (com ou sem violência física) prevalentes encontrados na conjugalidade ocidental contemporânea (Machado e Magalhães, 1999; Gregori, 1993) e expressos nos relatos do DM e de pacientes, acima citados. As experiências individuais do masculino e feminino são múltiplas. Não poderemos deixar de admitir, entretanto, que existem construções hegemônicas dessas categorias que são engendradas e reproduzidas no cotidiano da vivência conjugal e familiar. Este foi o cenário tomado como privilegiado para as referências ocidentais modernas de construção social dos gêneros “...assim como também para a psicanálise, para constituir as diferentes estruturações do feminino e masculino” (Machado e Magalhães, 1999, p 236).

⁷⁴ Giddens (1993) irá reafirmar esta idéia, anos depois.

O que estaria colocado hoje como desafio central para as relações entre os gêneros, especialmente na esfera amorosa, é da ordem da reinvenção, numa revolução simbólica (Bourdieu, 1999) dos mitos estruturantes do ideal masculino e feminino. Assim, talvez, seja possível aplicar as idéias que fundamentam a democracia como base da intimidade (Giddens, 1993). A intimidade, recriada nessas bases, dependeria, pois, do desenvolvimento da autonomia de cada parceiro, que, ao contrário do egoísmo e do isolacionismo, significa “a realização bem sucedida do projeto reflexivo do eu -a condição de se relacionar com outras pessoas de modo igualitário. A autonomia permite o respeito pelas capacidades do outro, intrínseco à ordem democrática” (Giddens, 1993, p. 206).

9) Considerações finais

Nesta dissertação, foi apresentada uma experiência exitosa de combate à violência contra a mulher desenvolvida no interior do Estado do Rio de Janeiro, pela ONG Ser Mulher, desde 1996, passando pela fase de Projeto (2001-2004), e chegando até o momento atual como Programa Cidadania, Direitos e Violência contra a mulher. Analisei a implementação da estratégia, ressaltando a importância da ONG na luta pela conquista da cidadania para as mulheres da Região Serrana. Suas ações, coordenadas, trouxeram visibilidade para uma agenda de reivindicações de direitos da mulher, dentre os quais o direito a não violência, que as feministas brasileiras nas capitais já vinham revelando há muito tempo.

Refletindo sobre o papel das organizações civis, resaltei a necessidade dos movimentos organizados de mulheres manterem a pressão política e o papel de fiscalização das ações do Estado, mesmo quando as reivindicações do movimento se tornam realidade, como foram, inicialmente, as DEAMs e mais recentemente os CREMs e a Central de Atendimento à Mulher (pelo telefone 180). As dificuldades encontradas por organizações civis pequenas ou do interior, em garantirem a sustentabilidade de suas ações representam grande desafio, já que os recursos governamentais são restritos e a cooperação internacional

condiciona, muitas vezes, seu apoio ao cumprimento de suas agendas. O caminho democrático rumo à cidadania moderna é tenso e contraditório, demandando articulação das instâncias civis e governamentais na pressão pela concretização dos avanços legais alcançados. Como foi apontado, conjugar as atividades contestatórias e manter a interlocução com o poder público é um desafio para as ONGs mais combativas.

A complexidade dessas articulações pode ser exemplificada através de duas situações, uma local e outra nacional. O Ser Mulher vem assessorando a Prefeitura Municipal, através do CREM⁷⁵, na coordenação da Conferência Regional de Políticas Públicas para as Mulheres (em preparação para a Conferência Nacional), fomentada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Esta interlocução, que promove avanços na execução de compromissos assumidos pelo governo local na última Conferência (ocorrida há dois anos), infelizmente não representa inteiramente as relações entre o terceiro setor e o poder público. Apesar dos êxitos do Programa Cidadania, Direitos e Violência contra a Mulher, inclusive na promoção da instalação de um CREM no município, e à nível nacional, de acompanharmos a instalação de uma Central de Atendimento à Mulher vítima de violência, há em curso uma ameaça de desarticulação do Programa por falta de apoio financeiro. A dificuldade na sustentabilidade da iniciativa aqui apresentada levanta questões sobre as conseqüências de uma possível descontinuidade do Programa Cidadania, Direitos e Violência contra a Mulher que, numa cidade do interior, foi o responsável por agregar a articulação de diversos atores sociais (integrantes da REMUV, Universidades e outros movimentos sociais) imbricados no enfrentamento da violência contra a mulher. Nesses seis anos acumularam-se experiências importantes que não deveriam ser negligenciadas pelo poder público, nem pela cooperação internacional.

⁷⁵ Percalços e fragilidades nas relações entre Ser Mulher e poder público foram comentadas no capítulo 4.

A pesquisa destacou a experiência do Programa apontando limites e possibilidades da execução deste tipo de estratégia de enfrentamento da problemática da violência contra a mulher. A mudança de metodologia no atendimento telefônico, realizada após três anos de experiência, visava não apenas modificar a forma de coletar e registrar os relatos das usuárias do Serviço. Ao traduzir as percepções das plantonistas quanto às suas vivências no atendimento, visei a formulação conceitual e crítica dos passos necessários para a execução do plano estratégico deste tipo de enfrentamento, num Programa com um viés que incorpora o âmbito subjetivo-idiossincrático tanto das usuárias como da própria equipe. Meu olhar para o fenômeno da violência nas relações erótico-afetivas sofre a influência de dois âmbitos de atuação: como psicoterapeuta, alguém que ouve cotidianamente histórias de relações amorosas fracassadas, muitas vezes expressando-se em forma de violências e, como ativista feminista. Acreditava que minha experiência clínica – ancorada numa escuta atenta e minuciosa - beneficiava a estratégia de enfrentamento empreendida pela ONG, ampliando o entendimento das plantonistas do DM acerca das dinâmicas subjacentes ao relatos das usuárias. O investimento em desenvolver a competência da escuta das plantonistas visava qualificar a informação obtida e fornecida, além de tornar o atendimento telefônico mais solidário e efetivo.

Num momento em que uma Central de Atendimento à Mulher é lançada em nível nacional⁷⁶, é oportuno aprofundar questões discutidas nessa dissertação, relativas à coleta de

⁷⁶ Iniciativa lançada em 25/11/05 que, de acordo com o site da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SEPM), tem as seguintes características: funciona 24 horas por dia, inclusive feriados. As atendentes foram capacitadas e recebem supervisão do Instituto Patrícia Galvão (SP) para compreenderem as políticas do Governo Federal para as mulheres, e prover orientações sobre o enfrentamento da violência contra a mulher (principalmente na forma de receber a denúncia e acolher a mulher). O banco de dados baseia-se em mais de 260 perguntas e respostas elaboradas com base nas informações disponíveis na SEPM (e em todas as denúncias já recebidas em sua Ouvidoria). As mulheres são encaminhadas para os serviços especializados de acordo com um banco de dados dos estabelecimentos por região brasileira. No site também podem ser pesquisados dados estatísticos do período de novembro de 2005 a novembro de 2006. <www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sepm/nucleo/publicacoes>

informações, sua padronização e sistematização⁷⁷, e ao preparo das plantonistas para realizarem esse tipo de atendimento. O objeto de trabalho do DM (ou de outros serviços semelhantes) é a escuta de fenômenos complexos e multifacetados como a violência e o acesso a direitos. Este tipo de trabalho requer capacitação continuada da equipe com supervisões que envolvam apoio às atendentes e discussão dos casos. O trabalho pressupõe também redobrada atenção no “aperfeiçoamento da grade categorial e das codificações” dos registros (Soares et. al., 1996, p. 87). Em qualquer projeto dessa natureza as estratégias de registros devem ser planejadas com antecedência, para garantir a qualidade das informações. Pensar uma possível integração dos dados⁷⁸ sobre violência contra a mulher (na confluência de esforços entre o setor público e o civil) inclui formular linhas de treinamento de plantonistas e o estabelecimento das variáveis que devem ser observadas nos relatos, além da classificação dos motivos principais das chamadas telefônicas. Acredito ser necessária uma reflexão sobre as maneiras de proceder com as categorizações sobre a violência contra a mulher. Para tal teríamos que começar pesquisando sobre a história dessa nomenclatura. Como vimos nesta dissertação, são diversas as formas, os objetivos e as tendências influenciando na eleição dos conceitos e categorizações da violência.

A reflexão teórico-metodológica realizada nesta pesquisa poderá fortalecer a confluência de iniciativas de serviços dessa natureza distribuídos pelo país. Como foi demonstrado, um serviço telefônico, mesmo sendo uma iniciativa barata, pode ajudar a combater a violência contra a mulher e aumentar o conhecimento e acesso de mulheres a seus direitos. À medida que a demanda, no campo da violência e dos direitos, é bastante

⁷⁷ As estatísticas relativas à Central Nacional baseiam-se nas variáveis: número de chamadas por região; tipos de chamadas: informação, reclamação, sugestão, denúncia ou serviços; denúncias de violência; tipos de violência física; tipos de violência psicológica; tipos de violência sexual; relação entre ligação recebida e interrompida; tempo de duração da ligação.

⁷⁸ De acordo com a página da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, um Sistema Nacional de Informações de gênero e um sistema de informações com dados censitários relevantes para a análise das condições de vida das mulheres vêm sendo alimentados e podem ser acessados.

pulverizada, é muito difícil se ter uma localização física tão descentralizada como o acesso a um telefone.

Além de categorizar o motivo principal dos telefonemas, foi realizada, nesta pesquisa, uma análise dos significados atribuídos pelas usuárias às violências sofridas e à temática da separação conjugal (banco de dados específico). A análise da última permitiu a emergência de alguns sentidos dados pelas usuárias aos impasses frente ao desejo de separar-se e tentativas de concretizá-la. À luz da reflexão de antropólogas brasileiras acerca do paradoxo que associa afetividade e violência, questionei, primeiramente, em que medida tais impasses estariam relacionados a tensões entre a subjetivação feminina, na qual a empatia e baixa autonomia seriam traços⁷⁹ marcantes, e as mudanças sociais, que permitiram às mulheres ampliar sua autonomia. Este questionamento incorporou contribuições de minha experiência na clínica psicoterápica, na tentativa de subsidiar a compreensão dos sentidos atribuídos pelas mulheres às vivências de conjugalidades violentas. Como foram apresentadas, as distintas perspectivas que discutem as identidades e as relações de gênero estão na base dos estudos sobre violência contra a mulher e também alimentam os estudos sobre conjugalidade e estruturação familiar.

Há uma necessidade de aprofundamento das bases teóricas de duas das principais correntes que estudam a questão da identidade de gênero: o pensamento pós-estruturalista “em que nada possui uma essência, tudo é estruturado no jogo móvel dos significantes” (Giddens, 1993, p. 128), não abrindo a possibilidade de pensar em identidade como algo padronizável, e; um pensamento mais ligado a teóricos psicanalistas, que priorizam as relações objetais⁸⁰ no processo de aquisição das identidades, afirmando a existência de formações identitárias mais estáveis.

⁷⁹ Utilizo a palavra traço e não padrão, que denota referências culturais formatadoras de identidade bastante impositivas.

⁸⁰ Relações objetais tem a ver com o: “modo de relação do sujeito com seu mundo, relação que é resultado complexo de uma determinada organização da personalidade, de uma apreensão mais ou menos fantasística dos objetos e de certos tipos privilegiados de defesa” (Laplanche e Pontalis, 1996, p. 443).

As perspectivas de estudos sobre gênero refletem-se diretamente sobre os estudos sobre violência contra a mulher. Evidenciou-se também, sem ter sido possível o necessário aprofundamento, o debate entre distintas perspectivas teóricas sobre as causas da violência contra a mulher, em especial, a conjugal. Uma das linhas revela a divisão dos teóricos que representam a mulher como vítima ou cúmplice e os que salientam a não universalidade da experiência do feminino (Heilborn e Sorj, 1999), demonstrando que elementos pessoais/ idiossincráticos estão envolvidos no engendramento dos conflitos nas relações interpessoais de gênero e não podem ser relegados a segundo plano.

Os relatos do DM ofereceram *flashes* de histórias de violência onde os sentidos são apenas sugeridos. Porque as mulheres se mantêm casadas ou quais os sentidos que dão as suas vivências de violência conjugal, só poderiam ser mais bem investigados mediante entrevistas com as usuárias. Essa impossibilidade de uma coleta ampliada e análise mais precisa também impede tecer analogias mais sólidas entre as experiências de mulheres que atendo no consultório e das usuárias do DM.

Após descrever e analisar modalidades de impasses frente ao desejo de separação, encontrados nos registros telefônicos, expus exemplos da clínica em que mulheres relataram de forma mais elaborada os sentidos atribuídos às suas vivências de violência. As cenas explicitadas relacionam-se com estados psíquicos relatados pelas pacientes como “embaralhamento de mim mesma”; “era mesmo eu que estava ali?”; “não conseguia me delimitar de tudo a minha volta” e que denominei de “zona de obnubilação identitária”. O que observei na clínica dessas mulheres foi que a separação (de situações geralmente consideradas como insuportáveis) mobilizava afetos (raivas e medos principalmente) que abalavam profundamente os pensamentos e sentimentos sobre si mesmas e sobre os outros, gerando angústias acerca de suas delimitações identitárias. Fui buscar em autoras como Chodrow (1979) e Gilligan(1982), subsídios para um entendimento dessa dinâmica. Conjugação

autonomia e relação com o outro (e não “ser para o outro”, como Chauí [1985] adverte) parece ser o desafio para que as relações entre homens e mulheres possam florescer de maneira mais promissora nesses tempos de transição.

Novos arranjos de relações erótico-afetivas vêm sendo pensados. Mesmo nas classes populares, os efeitos do individualismo se consolidam, promovendo mudanças nos perfis conjugais e familiares. A chamada crise do casamento configura-se hoje como a crise da autoridade paterna e do papel secundário da mulher, confinada, até pouco tempo atrás, aos afazeres domésticos e à educação dos filhos. As transformações dos valores e formas de organização familiares estão intimamente relacionadas às transformações contemporâneas das relações de gênero e, acredito, que os conflitos e a violência conjugal se apresentam como campos privilegiados para essas observações.

Até que ponto, estar investigando os conflitos violentos entre casais não sofisticaria os estudos sobre os “desafios da conjugalidade”, mesmo em famílias e casais que não são considerados disfuncionais, mas que em outra quantidade, os elementos do conflito já estariam em jogo? Investigar as subjetividades em grandes coletivos é um desafio que está posto para a transdisciplinaridade no campo dos estudos sobre violência doméstica.

Uma análise mais pormenorizada⁸¹ de como as alianças entre o Estado e a sociedade civil podem ser construídas, com suas crises e conflitos, visando a busca de soluções no campo da violência contra a mulher, extrapola o escopo dessa pesquisa, mas permitiria compreender melhor as fragilidades que ameaçam a solidez e qualidade dos avanços alcançados. A maior visibilidade e melhor enfrentamento da violência na sociedade também irão depender, em parte, do engajamento das Instituições de Ensino Superior, de modo que cursos de diversas áreas do conhecimento ofereçam aos alunos subsídios teóricos e oportunidades de práticas vinculadas aos problemas reais e às soluções possíveis. Uma

⁸¹ Uma interessante experiência sobre a construção das parcerias entre Estado e sociedade civil, foi descrita por Martins (2002) em sua dissertação de mestrado sobre a implantação de um Disque-Defesa Homossexual no Estado do Rio de Janeiro.

sistematização das estratégias e capacitações concernentes ao tema podem ser produtos da interlocução entre a experiência do terceiro setor e a produção acadêmica desenvolvida a partir daí. Algumas perguntas ficarão como ponto de partida para futuras pesquisas e intervenções. Por ora, acredito ter contribuído para a reflexão da temática da violência contra a mulher, salientando seu aspecto polissêmico e valorizando considerar a violência em seus contextos individuais e coletivos, ouvindo o que as pessoas envolvidas têm para dizer.

10) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGACINSKI, Sylviane. **Política dos sexos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

ALVAREZ, Sonia E. **Feminismos latinoamericanos. Reflexiones teóricas y perspectivas comparativas**. Departamento de Política, Universidade da Califórnia – Santa Cruz, abril de 1998 (mimeo).

ANÁLISE da Fundação Getúlio Vargas de dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br>>. Acesso em 01 de dezembro de 2006.

ÀRIES, Philippe. O amor no casamento. In: ÀRIES, P. e BÉJIN, A. **Sexualidades Ocidentais**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. p. 153-163.

ARILHA, Margareth; RIDENTI, Sandra G.U.; MEDRADO, Benedito. (Orgs). **Homens e masculinidades: outras palavras**. São Paulo: ECOS, Ed. 34, 1998.

AZEVEDO, Maria Amélia. **Mulheres espancadas: a violência denunciada**. São Paulo: Cortez, 1985.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Fatos e mitos. V. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980 [1949]. 309p.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: [1998], 1999. 169p.

BRANDÃO, Elaine Reis. Violência conjugal e o recurso feminino à polícia. In: BRUSCHINI, C. e HOLLANDA, H. B. **Horizontes Plurais. Estudos de gênero no Brasil**. Fundação Carlos Chagas. São Paulo: Editora 34, 1998. p. 52-81.

BRASIL. Lei 10.778, de 24 de novembro de 2003. Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, dos casos de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados. **Diário Oficial da União** de 25/11/2003. Disponível em <<http://www.mulheres.org.br/violencia/leis/lei>> Acesso em: 11 de novembro de 2006.

BRASIL. Lei no. 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha). Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do par. 8^o. do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. **Diário Oficial da União** de 08/08/2006. Disponível em <http://www.planalto/ccivil_03/_ato2004-2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em 12 de outubro de 2006.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas Públicas para Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para Mulheres**. Brasília, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, 2004. 104p.

BRUNNER, José. Oedipus politicus: o paradigma freudiano das relações sociais. In: ROTH, Michael (org.). **Freud. Conflito e Cultura: ensaios sobre sua vida, obra e legado**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. p. 76-86.

BUTLER, Judith. Problema de los géneros, teoría feminista y discurso psicoanalítico. In: NICHOLSON, L.J. **Feminismo/pós-modernismo**. Buenos Aires: Editora Feminaria, 1992. p.75-95.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 236p.

BRITO, Benilda Regina Paiva de. Reflexões sobre a experiência brasileira de Casa Abrigo. In: RUFINO, A. **Violência contra a mulher. Um novo olhar**. Belo Horizonte: Casa da Cultura da Mulher Negra, 2001. p. 133-135.

CARRARA, Sérgio *et al.* **Violência contra a mulher no Rio de Janeiro – Brasil**. Rio de Janeiro: Núcleo de pesquisas ISER, 1996. (mimeo)

CASADOS para sempre. Disponível em <<http://www.jesusvem.com.br>>. Acesso em 11 de novembro de 2006.

CENTRAL DE ATENDIMENTO À MULHER. LIGUE 180. **Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres**. Disponível em <www.presidencia.org.br/estrutura_presidencia/sepm/nucleo/publicacoes>

CENTROS de referência à mulher. **Secretaria Especial de Políticas para Mulheres**. Disponível em <<http://www.spmulheres.gov.br>>. Acesso em 23 de novembro de 2006.

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In: CARDOSO, R.; CHAUÍ, M.; PAOLI, M. C. **SOS-Mulher. Perspectivas antropológicas da mulher**. Rio de Janeiro: Zahar editores, V.4, 1985. p. 23-62.

CHODROW, Nancy. Estrutura Familiar e Personalidade Feminina. In: ROSALDO, M. Z. E LAMPHERE, L. **A Mulher, a Cultura, a Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 65-94.

CLADEM. Comitê latino-americano e do Caribe para a defesa dos direitos da mulher. **Balanco sobre esforços e atividades dirigidas a erradicar a violência contra a mulher na América Latina e no Caribe**. Disponível em: <<http://www.cladem.org/port>>. Acesso em 20 de novembro de 2006.

CONVENÇÃO Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher – Convenção de Belém do Pará – 1994. Disponível em: <<http://www.mulheres.org.br/violencia/leis/Conven>>. Acesso em 25 de novembro de 2006.

CORREA, Mariza. **Morte em Família**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. 282p.

_____. **Violência e psicanálise**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003. 250p.

DATAFOLHA. **Dossiê família**. A família vem em primeiro lugar na vida dos brasileiros. Apesar da maioria valorizar a família, apenas 31% classificam o casamento como muito importante. Disponível em <http://datafolha.folha.uol.com.br/po/dossie_familia_10111997a.shtml> Acesso em: 15 de outubro de 2006.

DUARTE, Luis Fernando. Pouca vergonha, muita vergonha: sexo e moralidade entre as classes trabalhadoras urbanas. In: LOPES, J.S.L (org.). **Cultura e Identidade operária. Aspectos da cultura da classe trabalhadora**. Rio de Janeiro: UFRJ/Marco Zero, 1987.

_____. **A sexualidade nas ciências sociais: leitura crítica das convenções**. (formato preliminar, 28/08/2003). Rio de Janeiro, 2003 (mimeo).

FÈRES-CARNEIRO, Terezinha. Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. In: **Psicologia: reflexão e crítica**. Porto Alegre, Vol. 11, n. 2, 1998.

FLANDRIN, Jean-Louis. A vida sexual dos casados na sociedade Antiga. In: Áries, P. e BÉJIN, A. (orgs). **Sexualidades Ocidentais**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. p.135-152.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: o cuidado de si**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Graal, 1985. 246p.

FRAISSE, Geneviève. Da destinação ao destino. História filosófica da diferença entre os sexos. In: DUBBY, G. e PERROT, G. **A História das Mulheres no Ocidente**. Porto: Edições Afrontamento, 1991. p. 59-96.

FREUD, Sigmund.[1926] **Inibições, sintomas e ansiedade**. In: Obras completas, Edição Standard, v. XX. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade. Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Editora da Unesp, 1993. 230p.

GILLIGAN, Carol. **Uma voz diferente. Psicologia da diferença entre homens e mulheres, da infância à idade adulta**. Rio de Janeiro, Editora Rosa dos Tempos, 1992. 190p.

GOUGH, Kathleen. A origem da família. In: LEVI-STRAUSS, C.; GOUGH, K.; SPIRO, M. **A família. Origem e evolução**. Coleção Rosa dos Ventos. Porto Alegre/RS: Editorial Villa Morth, 1980. p. 47-81.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas. Um estudo sobre mulheres, relações violentas e práticas feministas**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1993. 218p.

_____. Relações de violência e erotismo. In GREGORI, M. F. (org.). **Erotismo, prazer, perigo**. Cadernos Pagu, nº 20, Universidade Estadual de Campinas. Campinas: 2003. p.87-120.

GROSSI, Mirian Pillar. Rimando amor e dor: reflexões sobre violência no vínculo afetivo-conjugal. In: PEDRO, J. M.; GROSSI, M. P. (orgs). **Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998. p. 293-313.

_____. Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, vol. 2, II semestre, CIEC/ECO/UFRJ, p. 473-483, 1994.

_____. Masculinidades: uma revisão teórica. **Revista Antropologia em Primeira Mão**. Florianópolis/SC. n. 75. PPGAS/UFSC, 2004. (mimeo)

- GROSSI, Mirian; MINELLA, Luzinete Simões; PORTO, Roseli. **Depoimentos: trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006. 384p.
- HEILBORN, Maria Luiza & SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, S. (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Editora Sumaré, ANPOCS. Brasília, DF: CAPES, 1999. p. 183-221.
- HEILBORN, Maria Luisa. **Dois é par: gênero e identidade sexual no contexto igualitário**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 217p.
- HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro Salles. **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- IBGE. Diretoria de Pesquisa. **Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estatísticos de Registro civil**, 2005. PNAD - 2005 – Vol. 26 – Brasil.
- JOHNSON, Holly. Rethinking survey research on violence against women. In: DOBASH, E.; DOBASH, R. **Rethink violence against women**. London, New Delhi: Sage Publications, 1998. p. 23-50.
- KEGAN, Robert. **The evolving self. Problem and process in human development**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press: 1982.
- KHEL, Maria Rita. **Deslocamentos do feminino**. Rio de Janeiro: Imago, 1998. 348p.
- LAPLANCHE, Jean e PONTALIS, Jean B. **Vocabulário da psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 552p.
- LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumarà, 2001. 313p.
- LEMINSKI, Paulo. **Caprichos & relaxos**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

LEVI-STRAUSS, Claude. A família. In: LEVI-STRAUSS, C.; GOUCH, K.; SPIRO, M. **A família. Origem e evolução.** Coleção Rosa dos Ventos. Porto Alegre/RS: Editorial Villa Morth, 1980. p. 7-28.

MACHADO, Lia Zanotta & MAGALHÃES, Maria Teresa Bossi. Violência conjugal: os espelhos e as marcas. In: SUÁREZ, M. e BANDEIRA, L. (orgs). **Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal.** Brasília: Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília, 1999. p.173-237.

MACHADO, Lia Zanotta. Família, honra e individualismo. In: OLIVEIRA, R. C. de. **Anuário antropológico,** 1985. p.138-151.

_____. Famílias e individualismo: tendências contemporâneas no Brasil. **Revista Interface. Comunicação, saúde e educação.** Fundação UNIBotucatu/UNESP, vol. 5, N. 8. Botucatu, SP: Fundação UNI, 2001.

MARTINS, Hildeberto Vieira. **Basta um telefonema? O Disque-defesa homossexual e a militância homossexual no campo da violência.** 2002. 147p. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2002.

MEAD, Margaret. **Sexo e Temperamento.** São Paulo: Ed. Perspectiva, 1979. 316p.

MENDES, Corina Helena Figueira. **Vozes do Silêncio. Estudo Etnográfico sobre Violência Conjugal e Fertilidade Feminina.**2005. 140p. Tese (Doutorado em Saúde da Criança e da Mulher) – Instituto Fernandes Figueira, FIOCRUZ – Ministério da Saúde, Rio de Janeiro, 2005.

MENEGHAL, Stela Nazareth et. al. **Mulheres cuidando de mulheres: um estudo sobre a casa abrigo Viva Maria, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.** Cadernos de Saúde Pública, V.16, n. 3. Rio de Janeiro, jul/set., 2000.

MEZAN, Renato. Adão e sua costela: busca da felicidade e crise atual no casamento. In: GOMES, P. B. **Vínculos amorosos contemporâneos**. São Paulo: Callis Ed., 2003. p.159-172.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência social sob a perspectiva da saúde pública**. Cadernos de Saúde Pública. V. 10. Suplemento 1. Rio de Janeiro, 1994.

_____. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. 132p.

MODELO 'pai, mãe, filhos' perde espaço. Cresce proporção de casais sem filhos e mães solteiras. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21. dez. 2006. Cotidiano.

MS. Ministério da Saúde. "Violência intrafamiliar. Orientações para a prática em serviços". Cadernos de Atenção Básica. N. 8. Brasília/DF, 2002 (a). 96p.

MS – Ministério da Saúde. **Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes** [Norma técnica]. Brasília: Ministério da Saúde, 2002 (b).

MOORE, Henrietta L. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. In: GREGORI, M.F. e PISCITELLI, A. (orgs.). **Corporificando gênero**. Cadernos Pagu, vol. 14. Campinas: Unicamp, 2000. p.13-44.

MOREIRA, Ignez Costa; RIBEIRO, Sônia Fonseca; COSTA, Karine Ferreira. Violência contra a mulher na esfera conjugal: jogo de espelhos. In: COSTA, A. de O. e BRUSCHINI, C. (orgs.). **Entre a virtude e o pecado**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, SP: FCC, 1992. p.169-189.

NASCIMENTO, Marcos Antônio Ferreira. **Desaprendendo o silêncio: uma experiência de trabalho com grupos de homens autores de violência contra a mulher**. 2001. 99p. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

OMS. Organização Mundial da Saúde. Cap. 1. Violência – Um problema mundial de saúde pública. **Relatório Mundial sobre violência e saúde**. Genebra: OMS, 2002. (mimeo).

ORTNER, Sherry B. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In: ROSALDO, M.Z. e LAMPHERE, L. **A mulher , a sociedade e a cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 95-120.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. 350p.

PAZO, Concepcion, G.; MURY, Laura B. e MUNIZ, Alessandra. **Guia de Formação de Redes para Prevenção e Erradicação da Violência de Gênero**. Nova Friburgo: Centro de Estudo da Mulher – Ser Mulher, 2005.

PEIXOTO JUNIOR, Carlos Augusto. **Trauma, vida nua e estado de exceção: notas sobre clínica e política**. Revista Interações – Estudos e Pesquisas em Psicologia. São Paulo: Unimarco (prelo).

PNAD/IBGE. **Pesquisa Nacional por amostra de domicílios**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2005/comentarios.pdf>.

Acesso em 27 de novembro de 2006.

REDE NACIONAL FEMINISTA DE SAÚDE E DIREITOS REPRODUTIVOS. **Saúde da mulher e direitos reprodutivos: Dossiês**. São Paulo, 2001. 186p.

RELATÓRIO Mundial sobre Violência e Saúde. Disponível em: http://www.who.int/violence_injure_prevention/. Acesso em 10 de dezembro de 2006.

ROHDEN, Fabíola. **Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001. 224p.

ROSALDO, Michelle Zimbalist e LAMPHERE, Louise. Introdução. In: ROSALDO, M.Z. e LAMPHERE, L. (Orgs.). **A Mulher, a sociedade e a cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p.17-32.

ROSALDO, Michelle Zimbalist. A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica. In: ROSALDO, M.Z. e LAMPHERE, L. **A mulher, a sociedade e a cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p.33-64.

ROTANIA, Alejandra e ESCURRA, Maria Fernanda. **Diagnóstico sócio-econômico da Região Serrana**. Nova Friburgo: Centro de Estudos e Ação da Mulher – Ser Mulher, 2004 (mimeo).

ROTANIA, Alejandra e ESCURRA, Maria Fernanda. Construindo caminhos e enfrentando desafios. In: **Relatos e Experiências**. Nova Friburgo/RJ: Publicações Ser Mulher, 2006. 72p.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003. 199p.

ROUGEMONT, Denis de. **História do Amor no Ocidente**. São Paulo: Ediouro, 2003.

ROVINSKI, Sônia Liane Reichert. **Dano psíquico em mulheres vítimas de violência**. Rio de Janeiro: Ed. Lúmen, 2004. 271p.

SAFFIOTTI, Heleieth I.B. e ALMEIDA, Suely Souza de. **Violência de gênero. Poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995. 218p.

SAFFIOTTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. Violência de gênero no Brasil atual. **Revista Estudos Feministas**, N. especial/ 2 semestre. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, p. 443-461,1994.

_____. Contribuições feministas para o estudo de violência de gênero. In: **LABRYS, Estudos feministas**. N. 1-2. Jul/dezembro. São Paulo, 2002.

_____. **Violência estrutural e de gênero: mulher gosta de apanhar?**. Brasil. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres, 2003.

SCHRAIBER, Lilia Bilma; D'OLIVEIRA, Ana Flávia P.Lucas; FALCÃO, Maria Thereza Couto; FIGUEIREDO, Wagner dos Santos. **Violência dói e não é direito. A violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos**. São Paulo: Ed. Unesp, 2005. 184p.

SCHRAIBER, Lilia Bilma e d'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas. **Violência contra a mulher: interfaces com a saúde**. Interface – Comunicação, Saúde, Educação. V. 5, São Paulo: agosto, 1999.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e realidade**. Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 71-99, 1990.

SIMMEL, George. **Filosofia do amor**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SIMPÓSIO 2005. **Violencia de Genero, Salud y derecho de las Americas**. Cancun, 2001.

Disponível em: <<http://www.paho.org/spanish/http/ldw/symposium2001finalreportsp.pdf>>

Acesso em: 21 de dezembro de 2006.

SINGLY, François de. **O eu, o casal e a família**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000. 343p.

SLEDZIEWSKI, Elisabeth G. Revolução Francesa. A viragem. In: DUBBY, G. e PERROT, M. (orgs.). **História das Mulheres no Ocidente**. v. IV. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

SOARES, Luis Eduardo; SOARES, Bárbara Musumeci; CARNEIRO, Leandro Piquet. Violência contra a mulher: as DEAMs e os pactos domésticos. In: SOARES, L. E. (org.). **Violência e política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ISER: Relume-Dumará, 1996. p.65-105.

SOARES, Bárbara Musumeci. Delegacia de atendimento à mulher: questão de gênero, número e grau. In: SOARES, L. E. (org.) **Violência e política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ISER: Relume-Dumará, 1996. p.107-123.

_____. **Mulheres Invisíveis. Violência conjugal e as políticas de segurança**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. 320p.

SORJ, Bila; Montero, Paula. SOS Mulher e a luta contra a violência. In: CARDOSO, R.; CHAUI, M.; PAOLI, M. C. **Perspectivas antropológicas da mulher**. Rio de Janeiro: Zahar editores, V. 4, 1985. p. 101-137.

SOUZA, Otávio. Uma visita ao amor e à conjugalidade na época de Freud. In: CALLIGARIS, C. **O laço conjugal**. Porto Alegre/RS: Artes e Ofícios, 1999. p.25-40.

SPIRO, Melford. Será a família universal?. In: LEVI-STRAUSS, C.; GOUCH, K.; SPIRO, M. **A família. Origem e evolução**. Coleção Rosa dos Ventos. Porto Alegre/RS: Editora Villa Morth, 1980. p.85-101.

SUAREZ, Mireya; BANDEIRA, Lourdes. A politização da violência contra a mulher e o fortalecimento da cidadania. In: BRUSCHINI, C. e UNBEHAUM, S. G. **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/ Ed. 34, 2002. p.295-320.

TAXA de separação bate recorde histórico. Total de casamentos em 2005 é o maior em dez anos; crescem uniões de separados com mães solteiras. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 06. dez. 2006. Cotidiano.

TEIXEIRA, Analba Brazão e GROSSI, Miriam Pillar (orgs.). **História para contar: retrato da violência física e sexual contra o sexo feminino na cidade de Natal**. Natal: Casa Renascer, Florianópolis: NIGS, 2000. 147p.

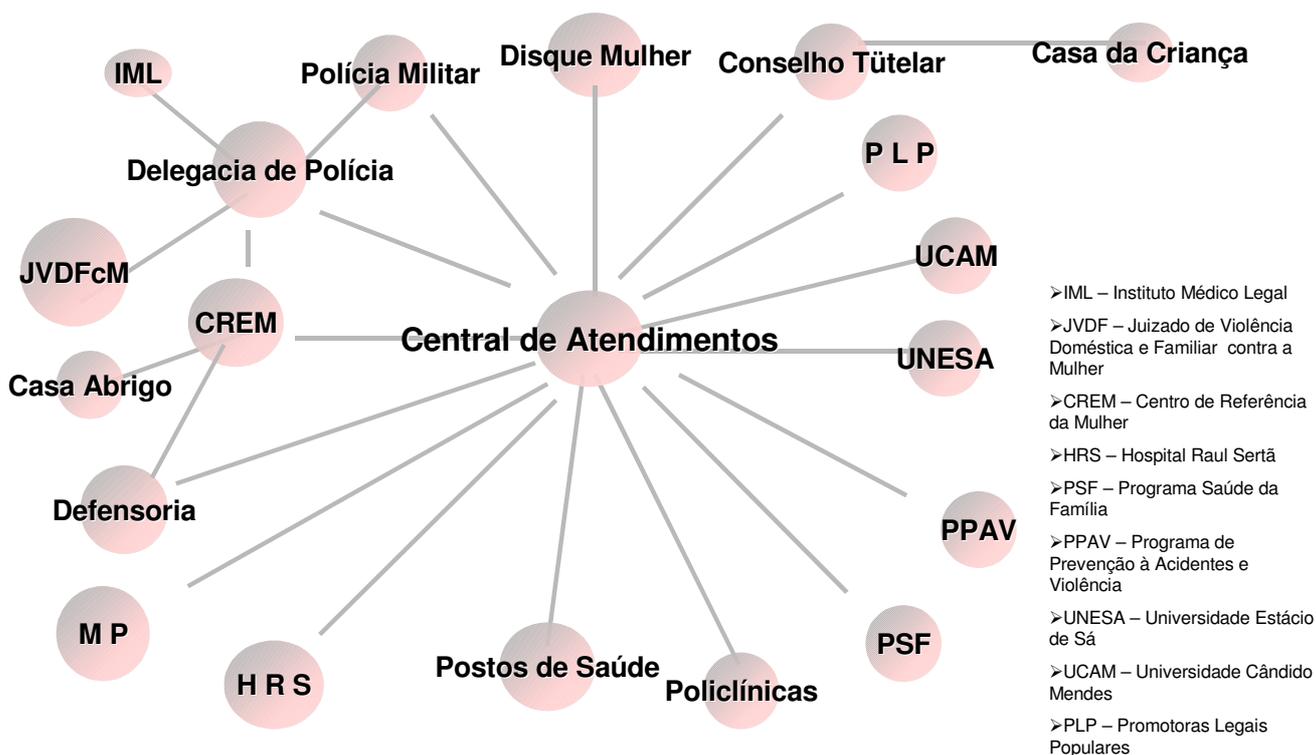
TUBERT, Sílvia. Introducció. In: TUBERT, S. (ed.). **Del sexo al género. Los equívocos de un concepto**. Madrid: Ediciones Cátedra. Universitat de València, 2003. p. 7-37.

VILELA, Wilza e CORREA, Sonia. **Indicadores da saúde sexual e reprodutiva**. MS/DATASUS, 2001. Disponível em www.social.watch.org/es/informelpreso/pefs/panorabrasileirod2002_bra.pdf >. Acesso em 15 de novembro de 2006.

WHO. **The WHO Multi-country Study on Women's Health and Domestic Violence Against Women**. Disponível em: <http://www.who.int.gender/violence/em>>. Acesso em 20 de novembro de 2006.

A N E X O S

Gráfico da Rede Multissetorial de Atendimento às Mulheres nas áreas de Violência e Direitos de Nova Friburgo - RJ.



SER MULHER / Programa Cidadania, Direitos e Violência contra a Mulher



2523 2706

DISQUE MULHER

**Serviço de Orientação, Informação e Apoio nas
Áreas de Direitos e Violência contra a Mulher**

ENCAMINHAMENTOS JURÍDICOS

DELEGACIA

É o primeiro local a ser procurado na ocorrência de alguma violência ou ameaça. Onde será feito o Registro de Ocorrência que dará início aos procedimentos jurídicos.

Registro de Ocorrência

- Quando o autor for conhecido e a lesão for leve, será encaminhado para o JECRIM / Juizado Especial Criminal / após mais ou menos 03 meses ocorrerá à audiência de conciliação.
- Quando o crime for grave dará início ao inquérito civil que investigará o crime: o autor, suas causas, os meios, etc. Para, ao final, ser encaminhado para o Ministério Público, que iniciará o processo.
- A vítima tem direito a uma cópia do Registro de Ocorrência.

UCAM - Escritório de Prática Jurídica

Nos casos de urgência poderá ocorrer os atendimentos dessas mulheres no Escritório de Práticas jurídicas da Universidade Cândido Mendes-UCAM, com marcação prévia pelo atendimento telefônico "Disque Mulher".

NIAM – Núcleo Integrado de Atendimento a Mulher

Presta os primeiros atendimentos às mulheres vítimas de violência. O atendimento é realizado por um advogado e uma psicóloga. O advogado encaminhará a vítima através de uma carta-encaminhamento para a Defensoria Pública, que possibilitará um atendimento imediato (sem precisa de uma marcação prévia).

Acesso à Justiça

- Com a cópia do Boletim de ocorrência poderá solicitar o afastamento do agressor do lar, junto à vara de família, uma medida cautelar que visa a proteção da integridade física e psíquica dos componentes da família.
- Processo de Separação Judicial – direitos;
- Processo de Alimentos – direitos;
- Processo de Guarda dos Filhos;

CONSELHO TUTELAR

São órgãos independentes que visam à proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes.

MINISTÉRIO PÚBLICO

Através da atuação do promotor de justiça, o Ministério Público tem como atribuição:

- a fiscalização a lei;
- a defesa dos interesses da sociedade;
- dos direitos do cidadão e da cidadã;
- defesa do meio ambiente,
- defesa das crianças e adolescentes.

Consentimento livre e esclarecido para participação de membros da equipe da Ong Ser Mulher e da equipe de plantonistas do Serviço Telefônico Anônimo de Orientação, Apoio e Encaminhamento para mulheres nas áreas de Direito e Violência.

Eu, Concepcion Gandara Pazo, mestranda do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, venho convidá-la a participar do trabalho de campo da pesquisa “Enfrentando a violência contra a mulher: uma experiência pioneira no interior do Estado do Rio de Janeiro”.

Sua participação consistirá de uma entrevista de cerca de 30 (trinta) minutos, realizada na própria Ong, que versará sobre as motivações e dificuldades de atuação no Serviço Telefônico e/ou da participação em supervisões de equipe.

Todas as entrevistas serão gravadas em fitas cassetes e depois ouvidas e transcritas por mim. Em caso de qualquer DESCONFORTO durante a entrevista, você poderá pedir para interrompê-la a qualquer momento. Poderá ainda decidir não participar mais da pesquisa ou mesmo pedir para apagar algum trecho da gravação, caso se arrependa do que tenho dito ou não queria que o mesmo seja divulgado.

Sua PARTICIPAÇÃO é VOLUNTÁRIA, o que significa que você tem plena AUTONOMIA para decidir se quer ou não participar, bem como de desistir a qualquer momento.

Será garantida a CONFIDENCIALIDADE de todos os relatos, bem como o ANONIMATO de todas que participarem dos grupos e das entrevistas.

Os RESULTADOS serão utilizados com fins de compor a dissertação, assim como para publicações de periódicos especializados e/ou divulgados oralmente em congressos, mesas redondas e outros eventos científicos.

Acredito que este trabalho trará BENEFÍCIOS para o atendimento às mulheres vítimas de violência, assim como para a formulação de políticas públicas na área da saúde.

Em caso de qualquer dúvida, vocês poderão entrar em contato com meu Orientador, Prof. Carlos Alberto Plastino ou com minha Co-orientadora, Profa. Adriana Cavalcanti de Aguiar, no endereço do Instituto de Medicina Social: Rua São Francisco Xavier, 524/7^o. Andar – Secretaria de Pós-graduação – Maracanã – Rio de Janeiro.

Concepcion G. Pazo (CRM/RJ 5245942-6)

Eu abaixo assinado, _____ (nome por extenso),
em _____ (data da autorização), declaro estar esclarecida sobre os
termos apresentados e aceito participar da referida pesquisa.

(Assinatura)